

Rozane Jorge de Andrade

Educação, Tecnologia e Políticas Públicas: um estudo da proposta político pedagógica de uma escola do município do Estado de São Paulo.

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho – UNESP – Campus de Presidente Prudente, como exigência parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação, sob a orientação do Prof. Dr. Klaus Schlünzen Junior.
Área de concentração: Tecnologias de Informação e Comunicação em Educação

UNESP
Presidente Prudente
2008

AGRADECIMENTOS

Por ordem cronológica,

À Deus, pela vida.

À espiritualidade amiga pelo amparo, pela força, pela razão e pela fé de ir sempre em frente...

Aos amigos meus pais, irmãos e sobrinha pela concepção, pela família, pelo amor, pela educação, pelo amparo moral e financeiro Ao amor que é essencial e invisível aos olhos.

Aos meus amigos e companheiros de profissão, os quais me ensinaram muito, em especial aos que iniciaram a História da Tecnologia comigo nos NRTE: Cida, Deise, Wagner, Helder, Lena (GIP-FDE), Roberta, Jean, João Luiz Oliveira, mentor amado de muitas aprendizagens e a Maria Lúcia Lanza.

Ao meu orientador, pela paciência de ensinar, por me escolher como orientanda no programa e ter me dado a chance e a ajuda necessária para realizar um sonho antigo.

Aos amigos da EE Ivo Liboni (Regente Feijó – SP) em especial à D. Julieta Félix que apostou e confiou em mim como profissional, sem me conhecer e saber de onde vinha...

Aos profissionais e alunos da escola pesquisada pelo suporte ao trabalho.

Aos profissionais da EE Neusa Demétrio pelo companheirismo, aprendizagem e por me tolerarem como coordenadora, em especial a Diretora Sr^a Mariluce C. Gaspar e às Vices Maria A. Cocciufo e Lucineide.

À três amigos verdadeiros de todas as horas, boas e ruins, que sem suas existências nesta vida, tudo seria muito mais cinza e vazia: Regina Olinda Venturim, Eliana Rita e Rildo.

À minha segunda família que encontrei nesta vida e me acolheram tão bem: Sr. Orlando, Sr^a Cida, Deverson e em especial ao Dawys pelo brilhante profissional que é.

Às minhas duas companheiras de Fé, amizade e de amor e que em momentos muito difíceis me reergueram para começar a andar: Fatiminha e Danila.

Um agradecimento especial à Danila, a quem dedico parte deste trabalho, pois foram noites sem dormir e finais e finais de semana compartilhados na correção e na concepção. Muito obrigada pelo carinho, pela paciência e pela tolerância.

“Quando o viajante disse, não há o que ver, sabia que não era assim... É preciso ver o que foi visto, ver outra vez o que se viu já, ver na primavera o que vira no verão... Ver a seara verde, o fruto maduro, a pedra que mudou de lugar. É preciso recomeçar a viagem sempre.”

José Saramago (Viagem a Portugal, 1984)

Resumo

Esta investigação, vinculada à linha de pesquisa Tecnologias de Informação e Comunicação e Educação, do Programa de Pós-Graduação da FCT/Unesp, analisou o ambiente de aprendizagem de uma escola pública municipal com um processo de informatização e de formação dos professores sob a responsabilidade de uma empresa terceirizada. Para desenvolvermos a pesquisa focamos as ações nos seguintes aspectos de organização interna: observamos e descrevemos os espaços físicos e o ambiente educativo; analisamos o processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita; investigamos, observamos e descrevemos os aspectos da gestão escolar, da formação, o perfil dos profissionais da escola e os investimentos da gestão municipal na formação dos profissionais da educação para o uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC). A metodologia adotada foi amparada na análise de conteúdo qualitativo, no método de estudo de caso, tendo como ponto de partida os resultados positivos da Prova Brasil de 2005 e o seguinte questionamento: quais são as ações políticas, administrativas e os investimentos em recursos físicos, humanos e pedagógicos da gestão (Municipal e escolar) que nortearam os trabalhos dentro desta unidade escolar e a levaram a obter estes resultados?

Os resultados desta pesquisa levaram-nos ao entendimento que, resultados positivos em educação estão fortemente atrelados ao desenvolvimento de uma política educacional que garanta um processo de formação contínua dos professores e aos investimentos na aquisição de bens e materiais pedagógicos. Este resultado positivo tem sido garantido também pelo fato dos alunos, desde os seis anos de idade já terem uma aula semanal de informática, o qual é o primeiro passo para garantir o acesso ao mundo da tecnologia. Neste caso, o município optou por contratar uma empresa para desenvolver os trabalhos de informática pedagógica como: a contratação dos professores facilitadores de informática, os cursos de formação dos professores e a manutenção permanente dos equipamentos. As conclusões obtidas são surpreendentes e apresentam fortes indícios de que estes investimentos são responsáveis pelo bom resultado em qualidade no processo ensino-aprendizagem.

Palavras chaves: educação políticas públicas tecnologia

Abstract

This research, linked to online search of Information and Communications Technology and Education, of the Postgraduate Program of the FCT / Unesp, examined the environment of learning a municipal public school with a process of computerization and training of teachers under the responsibility of a company outsourced. To develop the research focuses on the actions in the following aspects of internal organization: observe and describe the physical spaces and educational environment; analyze the process of teaching and learning of reading and writing; investigate, observe and describe aspects of school management, training, the professional profile of the school and municipal management of the investments in the training of professional education for the use of information and communications technologies (ICT). The methodology was supported in the analysis of quality content, in the case study method, taking as a starting point for the positive results of Brazil Proof of 2005 and the following question: what are the actions political, administrative and investments in physical resources, human and educational management (municipal and school) that guided the work of this unit within school and led to obtain these results? The results of this research led us to the understanding that positive results in education are strongly coupled to the development of an educational policy that ensures a process of continuous training of teachers and investment in the acquisition of goods and teaching materials. This positive result has also been guaranteed because of the students, ranging from six years of age already have a weekly class of information technology, which is the first step to ensure access to the world of technology. In this case, the council opted to hire a company to develop the work of educational computer as: the recruitment of teachers facilitators of information technology, the training courses for teachers and ongoing maintenance of equipment. The findings are surprising and have strong indications that these investments are responsible for the good result in quality in the teaching-learning process.

Key words: education technology policies public

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
GESTAÇÃO DA PESQUISA: A EDUCAÇÃO	10
OBJETIVO	24
CAPÍTULO 1	25
ESCOLA PÚBLICA E A GESTÃO ESCOLAR	25
CAPITULO 2	39
REFERENCIAL TEÓRICO	39
EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	39
1. <i>Políticas públicas educacionais: um cenário em construção</i>	39
1.2 <i>Políticas públicas para a inclusão das TIC na educação básica</i>	45
1.3 <i>Políticas públicas para a formação de professores</i>	50
CAPITULO 3	58
A PESQUISA: O MUNICÍPIO E A ESCOLA	58
3.1 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	58
3.2 A ESCOLA E O MUNICÍPIO EM CONTEXTO	65
3.2.1 <i>Descrição do espaço físico e ambiente educativo</i>	69
3.2.1.1 <i>Descrição do laboratório de informática</i>	70
3.2.2 <i>Ensino e aprendizagem da leitura e da escrita</i>	71
3.2.2.1 <i>Matriz Curricular do Ensino Fundamental</i>	71
3.2.2.2 <i>Plano de curso do Ensino Fundamental I (EF I)</i>	72
3.2.2.3 <i>Plano de curso da 4ª do EF I</i>	74
3.2.2.4 <i>Organização do currículo da 4ª do EF I</i>	76
3.2.2.5 <i>Projetos proposto para a 4ª série do EF I</i>	77
3.2.2.6 <i>O perfil e o trabalho realizado pelo professor da classe</i>	79
3.2.2.7 <i>O perfil e o trabalho realizado pelo professor facilitador de informática da classe</i>	81
3.2.3 <i>Gestão, formação e perfil dos profissionais da escola</i>	83
3.2.3.1 <i>O papel do gestor, sua visão e a utilização das TIC na educação</i>	85
3.2.3.2 <i>A introdução das TIC no município, o papel da empresa e a formação dos professores</i>	87
CAPITULO 4 - DISCUTINDO OS RESULTADOS	92
4.1 RETOMANDO ALGUNS CONCEITOS	92
4.2. <i>Quanto ao espaço físico e ao ambiente educativo</i>	94
4.3. <i>Quanto à gestão e a formação dos profissionais da escola</i>	96
4.4. <i>Quanto ao processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita</i>	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
1. <i>Quanto à gestão e a implantação de computadores na educação</i>	104
2. <i>Quanto à formação de professores para uso dos computadores</i>	107
3. <i>Quanto ao ensino e aprendizagem mediada pelo computador e a internet</i>	111
BIBLIOGRAFIA	115
FIGURAS	119
FIGURA 2 – RESULTADO DA ESCOLA NA PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA	120
FIGURA 3 – RESULTADO DA ESCOLA NA PROVA DE MATEMÁTICA	120
ANEXOS	121
ANEXO 1 – MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL	121
ANEXO 2 - PLANO DE CURSO DO ENSINO FUNDAMENTAL	122
ANEXO 3 – PLANO DE ENSINO (PLANEJAMENTO) DA 4ª SÉRIE	123
ANEXO 4 – PROJETOS PROPOSTOS PARA A 4ª SÉRIE	126
ANEXO 5 – PROJETO POVO CIVILIZADO	127
ANEXO 6 – PROJETO JORNAL NA SALA DE AULA	129
ANEXO 7 – ENTREVISTA REALIZADA COM O PROFESSOR DA CLASSE	130
ANEXO 8 – JORNAL PRODUZIDO PELOS ALUNOS DA 4ª SÉRIE	132

ANEXO 9 – ENTREVISTA COM O PROFESSOR FACILITADOR DE INFORMÁTICA DA CLASSE	135
ANEXO 10 – REGISTRO DO PERFIL DOS PROFESSORES DA ESCOLA	138
ANEXO 11 – MÓDULOS DOS CURSOS OFERECIDOS	140
ANEXO 12 – ENTREVISTA COM O GESTOR DA ESCOLA.....	143



INTRODUÇÃO

"Não basta saber, é preferível saber aplicar. Não é bastante querer, é preciso saber querer."

Goethe

Gestação da Pesquisa: a educação.

Este trabalho nasceu de uma história de vida que se entrelaçou com outras histórias de vidas, que compuseram o cenário educacional por onde passei nos últimos oito anos. Este entrelaçar de histórias de sujeitos, por hora anônimos, mas que são os atores principais de peças educacionais que variam de enredo constantemente, contribuíram muito para o fortalecimento dos questionamentos iniciais pertinentes a esta pesquisa. Estes questionamentos iniciais, que os citarei mais adiante, me reportou a outros questionamentos, e estes a outros. Conseqüentemente gerou uma cadeia de questionamentos que não termina. Hoje sei que, quando os questionamentos acabam, é porque o sujeito morreu. Eles serão infindáveis e com certeza digo: após a conclusão deste trabalho, muitos outros questionamentos estarão movendo as nossas vidas para frente, muitos estarão esperando respostas e muitos deles não tiveram sentido em existir.

Certa vez, assistindo a uma palestra da Prof^a Dr^a Ivani Fazenda, marcou-me uma parte de sua fala, onde ela reforçava algo neste sentido: “o educador-pesquisador tem que firmar, antes de qualquer coisa, um encontro com sua própria história de vida”. Não apenas um simples encontro com sua história de vida, mas ir muito além disso. Ele tem que fazer uma volta reflexiva sobre sua história profissional e pessoal. Possivelmente, seja neste trajeto de volta à sua formação profissional que encontre, não as respostas, mas sim as perguntas certas e necessárias para fazer as reflexões sobre os inúmeros questionamentos que

pretende desvelar ao longo de sua carreira profissional. É fazendo o meu trajeto de volta que vou buscar razões que justifiquem o andamento desta pesquisa.

Minha história de contato com o computador, de forma pedagógica, começa em 1997 quando cheguei em São Paulo para trabalhar como professor da rede Estadual de Ensino, admitida em caráter temporário (os chamados ACT) na Diretoria de Ensino de Taboão da Serra - SP. Fiquei em sala de aula, no ensino médio, por aproximadamente seis meses, o suficiente para me deparar com uma realidade de vida que não conhecia: trabalhar em escolas e com crianças da periferia, com um perfil social menos favorecido e que viviam em ambientes onde as condições sanitárias e ambientais, principalmente, eram extremamente precárias. É nesta fase que surgiram as primeiras indagações pessoal e profissional, como: em que momento de minha formação eu havia sido preparada para encarar este tipo de realidade? Quando, em minha formação inicial, alguém me disse que além dos conhecimentos específicos da disciplina eu ia ter que saber lidar com valores morais e sociais e que estes muitas vezes valeriam muito mais e seriam muito mais estimulantes e importantes do que uma bela aula sobre estrutura molecular? Nunca. Comecei a sentir uma reviravolta dentro de mim, um desconforto muito grande, pois a sensação que me acompanhava, sempre, ao final de cada aula era: nada do que disse, nada do que falei fizera o menor sentido para os alunos! Entendi, então, que não bastava dominar os *saberes teóricos*¹, eu teria que desenvolver os *saberes práticos*². Mas como fazer?

¹ Segundo ALTET (2001, p 29) os saberes teóricos, da ordem do declarativo, entre os quais podemos distinguir: **os saberes a serem ensinados**, compreendendo os disciplinares, os constituídos pelas ciências e os tornados didáticos a fim de permitir aos alunos a aquisição de saberes constituído e exteriores; **os saberes para ensinar**: incluindo os pedagógicos sobre a gestão interativa em sala de aula, os didáticos nas diferentes disciplinas e os saberes da cultura que os está transmitindo.

² IBID (2001, p. 30) *Os saberes práticos* oriundos das experiências cotidianas da profissão, contextualizados e adquiridos em situação de trabalho, são também chamados de saberes empíricos ou da experiência. Na psicologia cognitiva são categorizados em: *os saberes sobre a prática*, isto é, saberes procedimentais sobre o “como fazer” ou formalizados; *os saberes da prática* aqueles

Precisava buscar formas de fazer com que minhas aulas se tornassem aulas e eu me sentisse, então, professor. Comecei a buscar formas e materiais para trabalho dentro da escola, encontrei pela primeira vez a sala ambiente de informática (SAI). Como eu já possuía um pequeno conhecimento de informática, explorei o ambiente e as máquinas que ali estavam. Era uma sala extremamente pequena e contava com apenas cinco microcomputadores com todos os periféricos e uma impressora. Mas o que mais me deixou feliz foi quando abri um armário e me deparei com uma infinidade de software de todas as áreas, inclusive de Ciências e Biologia. Sem perder tempo, comecei a explorá-los. Conforme “navegava” no software, aprendia a manuseá-lo e encontrar informações preciosas, as quais contribuiriam muito para a minha aprendizagem pessoal. Porém, o acesso a este “paraíso de informações” estava restrito aos que soubessem utilizá-los, aos que dominassem os equipamentos, ou seja, eu e mais um ou dois professores dentro de uma escola que possuía quase sessenta professores. Tornei-me freqüentadora absoluta daquele espaço, sempre durante uma aula vaga eu me refugiava na SAI. Aos poucos alguns colegas professores foram chegando e, assim como eu, cada um buscava neste espaço ocupar o tempo de acordo com os interesses pessoais.

Nestas idas e vindas à SAI, fui aprimorando alguns conceitos da Biologia e vislumbrando algumas possibilidades de inovar os conteúdos a serem trabalhados. A grande dificuldade era adaptar as idéias para serem utilizadas fora da SAI e dentro da sala de aula, pois nem de longe vislumbrava a possibilidade de levar alunos para este espaço.

oriundos da experiência, produto da ação que teve êxito, da práxis e, ainda os saberes condicionais de Sternberg (1985) (saber quando e onde): os *savoirs-faire* (saber fazer) e os saberes de ação muitas vezes implícitos; situa-se neste nível o saber do professor profissional que permite distinguir o novato do especialista.

Certo dia apareceram na escola várias pessoas que trabalhavam na Diretoria de Ensino de Taboão da Serra eram ATP (Assistentes Técnico Pedagógicos) e Supervisores. Fui convidada pela Coordenadora da Escola para participar de uma reunião com eles, na SAI. Aceitei. Lá tomei conhecimento das ações governamentais (em âmbito estadual e federal), no sentido de informatizar as escolas e capacitar os professores para utilizarem essa nova tecnologia, ali representada pelos computadores. Como a reunião se resumia em mostrar aos professores da escola o conteúdo dos softwares, me senti literalmente à vontade, pois já havia explorado uma boa parte deles. Acabei sendo uma “colaboradora” voluntária durante toda a reunião. O fato que mais me marcou neste primeiro encontro foi a fala de uma dessas pessoas no sentido de que aquele espaço e que aqueles equipamentos ali existentes deveriam ser utilizados pelos professores junto com os alunos. Senti, então, pela primeira vez um forte pânico dentro de mim. Como? Com cinco computadores e quarenta e cinco alunos, em média, por sala? Como acomodá-los em um espaço tão minúsculo? O que eu poderia pedir que fizessem? Como planejar um bom trabalho? Impossível, pensei. Neste momento não vislumbrava nenhuma possibilidade de uso sob essa perspectiva de utilização pedagógica, por mais remota que fosse. Desde esse dia eu afirmava o tempo todo, para eu mesma, como se fosse uma forma de me convencer que era verdade: *“eu uso o computador para o meu aprimoramento enquanto professor, mas jamais com aluno aqui dentro. Isto é impossível!”*. Entretanto, as indagações de como usá-lo com os alunos, me perturbava o tempo todo. E sem ao menos dar conta, comecei a fazer tentativas no sentido de encontrar uma forma de levar os alunos para lá.

A primeira experiência foi de trazer alguns alunos no período oposto ao das aulas para desenvolver algumas atividades. O objetivo era de fazer com que

os alunos pesquisassem, fora da escola (postos de saúde, farmácia) e descobrissem os tipos de métodos contraceptivos existentes, sem necessariamente ficarem somente lendo sobre isso ou eu falando nas aulas. Nesta época eu já sentia a necessidade da diversidade, da inovação e de um trabalho diferenciado pedagogicamente.

Essa iniciativa consistia apenas em ensiná-los a utilizar o editor de texto *Word* para digitar trabalhos solicitados por mim e as planilhas do *Excel* para tabular alguns dados. O resultado foi a descoberta de uma possibilidade de uso da SAI com eles, um número pequeno e restrito de alunos. O bom seria se pudéssemos garantir um uso com equidade para todos, sem exclusão, permitindo o acesso de todos à SAI e ao uso das máquinas. Mas para que isso acontecesse era necessário que os meus colegas professores estivessem disponíveis e preparados para utilizá-la também.

Em meados de 1997 fui convidada a compor o quadro de ATP do NRTE³ da Diretoria de Ensino da Região de Taboão da Serra - SP. Foi nesta função, durante cinco anos aproximadamente, que comecei a entender um pouco sobre políticas educacionais, de onde surgem as orientações, as leis e as normatizações que permitem a organização das propostas educacionais, sejam elas em nível nacional, estadual ou municipal. Esta entrada para o NRTE me levou a conhecer, um pouco, sobre o início da trajetória da informática educacional no Brasil. Este processo, do qual eu estava fazendo parte nesta época, era apenas o continuar de uma proposta para educação nacional, que havia se iniciado há alguns anos antes. Esta proposta é relatada de forma resumida, porém precisa por ALMEIDA (2000),

³ Núcleo Regional de Tecnologia Educacional

quando descreve o começo das iniciativas de uso de computadores no sistema brasileiro de educação pública por meio do Ministério da Educação:

Inicialmente, o MEC patrocinou o Projeto EDUCOM (1985-1991, destinado ao desenvolvimento de pesquisas metodologias sobre o uso do computador como recurso pedagógico, do qual participaram quatro importantes universidades públicas: Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Universidade Federal Do Rio de Janeiro – UFRJ, Universidade Federal Do Rio Grande do Sul, UFRGS e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. ALMEIDA (p. 139, 2000)

Por meio de leituras e cursos oferecidos pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo – SEE-SP aos ATP dos NRTE, passamos a conhecer e a entender essa nova proposta de trabalho com as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) dentro da escola pública. O processo que resultou na criação do então Programa de Informática na Educação (PROINFO), começou da seguinte forma: a partir desta pioneira iniciativa, o MEC cria em cada Estado um CIED⁴ e junto a esta iniciativa vem a necessidade de formar profissionais, os quais formariam outros e que posteriormente serviriam de multiplicadores dentro das sua instituições de origem. É criado então o Projeto Formar (depois desmembrado em Formar I e II) que foi desenvolvido com apoio da Unicamp. Este projeto representou um choque para os estudiosos em educação na época, que segundo ALMEIDA (p. 143, 2000), começaram a perceber a força com o qual os computadores poderiam chegar às escolas públicas, pois neste momento estava em curso um programa do Governo Federal, o PRONINFE⁵ o qual mais tarde se transformaria no PROINFO.

Em meados da década de noventa, o PROINFO estava em pleno funcionamento. As ações de implantação de computadores nas escolas, a de formação de multiplicadores, a criação dos Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE) em todos os estados da Federação e a formação dos profissionais da educação, fez deste programa um dos mais importantes projetos voltado para a

⁴ Centro de Informática Educacional

⁵ Programa Nacional de Informática Educacional

implantação e a utilização do computador dentro da educação brasileira. De caráter Federal, o PROINFO não foi somente um projeto político educacional, foi um programa do governo federal que permitiu o desenvolvimento de ações junto as renomadas instituições de ensino superior do país e ajudou a revelar importantes pesquisas que hoje fazem a história da educação brasileira ter um outro rumo.

Neste mesmo período, alguns estados assumiram a responsabilidade de implantar computadores nas escolas e a formação de seu pessoal. No caso do estado de São Paulo, foi criado o Projeto Ensino On Line (EOL), o qual consistiu à época na criação de aproximadamente cinquenta NRTE distribuídos em todo o estado, os quais ficaram centralizados em algumas Diretorias de Ensino, que formavam um total de oitenta e nove.

Cada NRTE tinha uma estrutura física de vinte microcomputadores dotados com um pacote de software, todos adquiridos por meio de licitação pública, e uma equipe formada por três professores, os ATP, com a função de serem os multiplicadores desta nova ferramenta pedagógica nas escolas da região, formando e capacitando educadores. Além disso, em cada diretoria de ensino onde haviam escolas com computadores enviados pelo PROINFO (cinco ao todo), elas também receberiam mais cinco microcomputadores e o pacote de software. Ao todo a escola ficaria com dez microcomputadores.

Hoje, dez anos depois, não encontramos informações no site da Secretaria da Educação (SEE/SP - www.educacao.sp.gov.br) com relação ao EOL. Também não há nenhuma referência ou avaliação no mesmo sentido, apenas a citação de alguns trabalhos realizados em algumas escolas do estado referente aos projetos de alunos monitores e de projetos de recuperação e reforço voltados para alunos de 5ª e 6ª. Não há informações, por exemplo, quanto à aquisição de novos

equipamentos e ou outros investimentos em equipamentos já existentes nas escolas ou em programas ou cursos de formação continuada de professores como aconteceu no período de 1998 à 2002.

Mesmo não tendo esses dados publicados na página da Secretaria, sabemos que ele teve uma importância decisiva para que a educação paulista vivenciasse novas experiências de uso de tecnologia em ambientes de aprendizagem.

O programa foi alvo de vários artigos, monografias, dissertações e teses entre outras publicações, entre eles podemos destacar Almeida, Hernandez, Schlünzen, Morelatti & Schlünzen (1998) e Tavares (2001). Além de formar muitos profissionais e auxiliá-los a entrar em programas de pós-graduação em renomadas instituições do Estado como a UNICAMP, USP, UNESP, e PUC-SP. Este programa, entre tantos méritos, colaborou muito para o desenvolvimento de outros novos programas de formação continuada de professores e de gestores da educação, principalmente no início do ano 2000 em parceria com estas mesmas instituições.

Sob o aspecto da avaliação, na década de 90 a escola começa a ser avaliada externamente pelos sistemas Federal e Estadual de educação. Os resultados não são animadores, pois apresentam à sociedade uma escola e um perfil de professores ineficientes, descompromissados e incompetentes (SOUZA, p.482, 2006).

A escola não consegue atingir resultados que indiquem qualidade e o grande responsável pelo ensino, o professor, continua a ser considerado o grande responsável por esta incompetência. Fato este que, aliado a outros fatores, os quais não são avaliados nem apresentados pelos resultados, causam um grande mal estar docente. Este mal estar, tornou-se meu também e me reportou a outras indagações,

pois o professor não faz a escola sozinho, ele faz junto com outros colegas, com uma direção, com uma comunidade e, principalmente, com um sistema de governo. Portanto, dizer que a escola e o professor são ineficientes ou responsáveis por estes tipos de resultado é olhar para a questão da educação apenas com um olho. Graças aos trabalhos de pesquisa realizados na educação ao longo dos anos, principalmente o realizado por PATTO (1990) sobre a questão do fracasso escolar, tem colaborado para quebrar este paradigma.

Ao adquirir essa capacidade de olhar a escola sobre uma outra vertente, descobri também o quanto a estrutura organizacional de uma escola é complexa e o quanto é grande a demanda para que a escola seja considerada uma escola de sucesso. Uma escola de sucesso é entendida como aquela que alcança o seu objetivo, desenvolvendo o seu papel na sociedade contemporânea. Quais são os objetivos da escola? O objetivo primordial da escola é, portanto, o ensino e a aprendizagem dos alunos e por ser

uma instituição social este ensinar e aprender deve visar o desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e afetivas dos alunos, por meio da aprendizagem dos conteúdos (conhecimentos, habilidades, procedimentos, atitudes e valores), para tornarem-se cidadãos participativos na sociedade em que vivem (LIBÂNEO, 2005, p. 300)

Ao atingir os seus objetivos primordiais a escola passa a ser considerada uma escola de sucesso ou uma escola de qualidade. Como esses dois adjetivos são dois termos difíceis de serem definidos, principalmente no contexto educacional, a Ação Educativa⁶ lançou em 2004 um documento em parceria com outros órgãos intitulados Indicadores de qualidade na educação. Resumidamente são sete os indicadores: Ambiente educativo, Prática pedagógica e avaliação, Ensino e aprendizagem da leitura e da escrita, Gestão escolar democrática,

6 Indicadores da qualidade na educação / Ação Educativa, Unicef, PNUD, Inep-MEC (coordenadores), São Paulo: Ação Educativa, 2004.

Formação e condições de trabalho dos profissionais da escola, Espaço físico escolar e Acesso, permanência e sucesso na escola.

Segundo esse documento, essas dimensões são pontos que devem ser trabalhados e desenvolvidos dentro das escolas com a efetiva participação da comunidade. Na verdade os Indicadores foram criados para ajudar a comunidade escolar na avaliação e na melhoria da qualidade da escola levando-a a perceber os seus pontos fortes e fracos e a criar formas de intervenção para melhorar sua qualidade de acordo com seus próprios critérios e prioridades.

Mas essas dimensões somente poderão ser trabalhadas e os objetivos de qualidade escolar somente poderão ser alcançados, em uma escola bem organizada e bem gerida, que segundo LIBÂNEO (2005) é aquela que cria e assegura condições organizacionais, operacionais e pedagógico-didáticas que permitam o bom desempenho dos professores em sala de aula, de modo que todos os seus alunos sejam bem-sucedidos em suas aprendizagens.

Uma idéia então puxa outra: como então se organizar nesta complexidade de objetivos propostos para formar o cidadão do século XXI? ALONSO (2003) afirma que na complexidade a organização escolar deve se estruturar sobre os principais instrumentos de gestão, ou seja, prime por uma administração que trabalhe sempre por um bom planejamento, uma boa organização, um processo de avaliação contínuo e paralelo, uma boa comunicação entre os membros da instituição e de processos que garantam a formação continuada de todos.

A escola no atual contexto de pós-modernidade deve ser uma instituição que conta, além da preparação do seu pessoal, com toda uma equiparação tecnológica que são o rádio, a televisão, a parabólica, o *dvd*, o

computador, o livro, o giz, a lousa, entre outros equipamentos que são a soma das velhas e das novas mídias. A disponibilização de recursos tecnológicos constitui somente a ponta do *iceberg* que a telemática representa para o campo educacional (LIBÂNEO, 2005).

É preciso mergulhar e ir mais a fundo nas razões, nos impactos e nas perspectivas dessa revolução para a educação e, especialmente, para a escola, de modo que se possam avaliar as políticas públicas educacionais que incluem a equipação eletrônica ou a propagação dos multimeios didáticos (LIBÂNEO, p. 109, 2005).

Os grandes projetos nacionais criados para utilizar a tecnologia na educação (com destaque para o EDUCOM, PROINFO e EOL) tiveram seu foco nos estados. Nos municípios iniciativas como essas ficaram a cargo das lideranças locais.

Os municípios brasileiros possuem autonomia para elaborar e os seus planos municipais de educação, gerenciando-os e administrando-os, além de poderem criar os seus próprios sistemas de ensino. Essa autonomia foi assegurada aos municípios brasileiros pela Constituição Federal de 1988 e pela LDBEN (nº 9394/96), que segundo AZEVEDO (p. 141, 2001) aponta:

Definiram com clareza o papel e a importância do município como ente federativo autônomo, na formação e na gestão da política educacional, criando inclusive o seu próprio sistema de ensino.

Estas duas leis nacionais, principalmente a Constituição Federal, definem as competências e as responsabilidades dos municípios com relação à

Municipalização, financiamento, regime de colaboração que são questões centrais no panorama da educação municipal, além de outras, não menos importantes como a formação de professores, avaliação do desempenho, autonomia das escolas, gestão democrática e projeto político pedagógico.

Com uma autonomia de uso de recursos financeiros e uma rede de escolas infinitamente menor que a dos estados, os municípios possuem infinitas possibilidades de ousarem na implantação de projetos educacionais, inclusive para

criar centros de formação de professores e de gerenciamento para o uso das TIC. Ousar em projetos inovadores, não se limita a colocar computadores na escola. É preciso pensar no acesso e na formação para o uso pedagógico desta ferramenta. Para que o seu uso seja racional e tenha qualidade com objetivo de uso pedagógico, é necessário um planejamento mínimo de ações ao longo do ano, as quais deverão permitir o desenvolvimento deste processo.

Somente será possível descobrirmos como as redes municipais têm encontrado formas de aliar estes quatro ingredientes, se começarmos a investigar as iniciativas públicas municipais de ensino, as quais, hoje, possuem disponibilidade financeira para investir em programas nesta área. Uma autonomia ainda muito relativa, mas que vem cada vez mais se firmando como possibilidade após a promulgação do FUNDEB⁷. Com a disponibilidade de recursos financeiros, algumas secretarias podem optar pela forma de investir os recursos na educação e quais ações serão prioritárias. Isto é uma questão de gestão educacional.

Portanto, pesquisar educação pública com o objetivo de checar a qualidade do trabalho que se faz em um município, em uma escola, em uma classe requer um olhar sobre a forma de gerenciamento dos recursos financeiros disponíveis, da autonomia pedagógica e administrativa, a participação efetiva dos professores e da comunidade na elaboração do PPP (Projeto Político Pedagógico) e nas tomadas de decisões e a preocupação com a formação permanente dos professores.

Estes são alguns dos elementos responsáveis pela chamada qualidade na educação. Nos municípios, por exemplo, a gestão do sistema municipal deve constituir-se como um processo de articulação de todos estes elementos e

⁷ Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica.

estes elementos, por sua vez, devem estar associados, concatenados e respaldados por um Plano Municipal de Educação, o qual deve servir de referência para que as escolas de sua jurisdição elaborem os seus PPP, e estes dois documentos devem ser concebidos para superar o modelo burocrático que situa o (a) secretário (a) de educação e o (a) diretor (a) de escola, apenas como gerenciadores de rotinas e recursos (BORDIGNON & GRACINDO, p. 157, 2004)

Como a escola, então, planeja, organiza e desenvolve suas atividades objetivando a qualidade e o desenvolvimento do seu papel na sociedade atual? Somente é possível responder esta questão se olharmos a escola por dentro e analisarmos com mais detalhe os trabalhos de ensino-aprendizagem que é feito nela. Pesquisar a escola pública tem uma relevante importância, pois são os resultados destas pesquisas que trazem para nós, preocupados com a educação no Brasil, luz aos mais variados questionamentos da ordem pessoal, profissional ou social.

Foram estes quase dez de trabalho direto com os projetos estaduais (São Paulo) de informatização das escolas, com a formação de professores e com a leitura de documentos, indicadores, relatórios e pesquisas sobre a educação que despertou em mim a curiosidade de saber como os municípios têm definido estas políticas em suas jurisdição. Como esses sujeitos públicos pensam e priorizam a questão da Tecnologia para educação. Que contribuições o trabalho mediado pelas TIC tem dado para a questão da qualidade da educação.

Hoje posso dizer que muitas coisas aprendi desde o primeiro contato com o computador na escola e o tempo em que fiquei como ATP do NRTE. Foi no decorrer desta trajetória profissional que surgiu em mim o desejo de aprender mais e

este desejo me levou sempre a percorrer o caminho permeado pelo uso das TIC e ir em busca de uma melhor formação profissional.

Talvez uma importante aprendizagem tenha sido a de olhar a escola sobre um novo prisma e percebê-la como uma organização que tenta acompanhar a evolução e a revolução tecnológica, mas que ainda continua fechada para o meio exterior e não estabelece trocas com eles (ALONSO, p. 26, 2003). Mas, para entender esta estrutura, foi necessário um entendimento de

(...) que a escola é uma instituição que há cinco mil anos se baseia no falar/ditar do mestre, na escrita manuscrita do aluno e, há quatro séculos em um uso moderado da impressão. Numa verdadeira integração da informática (como do audiovisual) supõe, portanto, o abandono de um hábito antropológico mais que milenar o que não pode ser feito em alguns anos. LÉVY (p. 8)

E por que não pensar e fazer uma gestão ou uma escola que se utiliza das TIC, não somente como recurso de registro e documentação, mas como meio que permite elevar e desenvolver as habilidades de leitura, escrita, investigação, reflexão dos alunos e dos professores?



OBJETIVO

O objetivo principal desta pesquisa é estudar e analisar o ambiente de aprendizagem e o projeto político pedagógico de uma escola municipal do Estado de São Paulo, que tem seu processo de informatização e de formação dos professores sob a responsabilidade de uma empresa terceirizada.

Para desenvolvermos a pesquisa vamos focar os seguintes aspectos da organização interna da escola estudada:

1. Espaço físico e ambiente educativo: Observar e descrever os ambientes físicos da escola e materiais disponíveis;
2. Ensino e aprendizagem da leitura e da escrita: Ler e analisar a proposta pedagógica, focando o plano de ensino da escola, a matriz curricular, o plano de curso do ensino fundamental (4ª série) e a organização do currículo; observar e investigar a utilização das TIC processo de ensino aprendizagem dos alunos da 4ª série; Observar e registrar o uso dos recursos e dos materiais didáticos pedagógicos existentes; observar a utilização dos espaços físicos da escola como sala de vídeo, biblioteca e informática;
3. Gestão, formação e perfil dos profissionais da escola: Investigar os investimentos da gestão municipal na formação dos profissionais da educação para o uso das TIC; registrar e analisar o perfil e a formação do grupo gestor e dos professores.

Objetivos específicos:

- a) Estudar a o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola municipal;
- b) Analisar os espaços físicos e o ambiente educativo;
- c) Analisar a introdução das TIC no município e o papel da empresa;
- d) Analisar o projeto de ensino e aprendizagem da 4ª série;
- e) Analisar a formação e o perfil dos professores da escola;
- f) Analisar o perfil do diretor, do professor e do professor facilitador da 4ª série;



Capítulo 1

Escola pública e a gestão escolar

Por que esta pesquisa em educação na escola pública? Entre outros motivos porque ela serve para entendermos como os seus profissionais têm atuado no sentido de desenvolver habilidades (leitura, interpretação, escrita, reflexão) que objetivam preparar os alunos para se inserirem na chamada sociedade do conhecimento.

Com toda certeza algumas coisas na escola permanecem da mesma forma que sempre foi. Entre elas a forma utilizada para ministrar aulas: o professor fala e os alunos ouvem (quando ouvem!). Mas, algumas mudanças, talvez poucas, vêm acontecendo. Entre essas mudanças podemos destacar a forma como elas vêm sendo administradas, ou seja, muitas escolas entraram na era do conhecimento apostando nas inovações e dando importância e certo destaque para a chamada gestão democrática. Gestão, na definição de LIBÂNEO (p. 318, 2005), é atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para atingir os objetivos da organização, envolvendo, basicamente os aspectos gerenciais e técnico-administrativos. Gestão é administração, é tomada de decisão, é organização, é direção (FERREIRA, p. 306, 2004). Este termo não deve estar relacionado ao papel do diretor da escola e que ele passe a ser entendido como o único gestor da educação. No sistema Municipal de ensino, por exemplo, a gestão constitui-se essencialmente, como um processo de articulação para o desenvolvimento da Proposta política Pedagógica das escolas de sua jurisdição (BORDIGMON, p.149, 2004)

A década de noventa é apontada na literatura e na pesquisa nacional como sendo a década das grandes transformações da educação. Vale a

pena ressaltar que é exatamente neste período que a questão da gestão escolar toma destaque. Foi exatamente em 1993, quando foi elaborada a proposta do plano decenal de educação, é que se encontra como uma de suas linhas estratégicas o "desenvolvimento de novos padrões da gestão educacional" (VIEIRA, p. 138, 2003). Segundo este autor, ainda, a gestão escolar teve ao longo da história da educação brasileira um caráter de cunho fortemente centralizador. Mas, é a partir de 1995 que ocorre na política nacional da educação um movimento que rompe com esta centralização de poder, e os Estados e Municípios passam a exercer significativos graus de liberdade ao assumir suas funções de coordenação do sistema escolar.

A aprendizagem, por sua vez, tem saído deste espaço formal, que é a escola e ela não se constitui mais no único local onde a aprendizagem acontece. Neste mundo tecnológico as pessoas aprendem na fábrica, na televisão, na rua, nos centros de informação, nos vídeos e no computador e cada vez mais, ampliam-se os espaços de aprendizagem (LIBANEO, p. 52, 2005). Será então o fim das escolas? De forma alguma. Entretanto, a escola de hoje precisa não apenas conviver com outras modalidades de educação não formal, informal e profissional, mas também articular-se e integrar-se à elas, a fim de formar cidadãos mais preparados e qualificados para um novo tempo (IBID, p. 53). Por isso mesmo que a chamada gestão democrática e participativa deve, cada vez mais, ser praticada pela escola, pois a participação de todos (pais, comunidade, alunos, professores e funcionários) na elaboração das propostas políticas e pedagógicas da escola é que dão o caráter de gestão democrática e é a participação coletiva que proporciona melhor conhecimento dos objetivos e metas da escola (IBID, 2005), o que faz o projeto político pedagógico da escola ter um outro significado. Esta questão de escola e

gestão democrática e participativa está fortemente ressaltada na LDB (Lei nº 9394/96).

Embora estejamos em 2008, a educação ainda aguarda algumas implementações da LDB mesmo depois de quase doze anos passados da sua promulgação. Esta lei, com caráter normativo, tem as suas diretrizes genéricas, como são genéricas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação básica, pois focam as competências que se quer constituir nos alunos e deixam ampla margem de liberdade para que os sistemas de ensino e as escolas definam conteúdos ou disciplinas específicas. Talvez seja por isso que algumas mudanças, tanto na questão da gestão, como no processo de ensino-aprendizagem, ainda demoram em acontecer, mesmo com toda a autonomia e liberdade de construção política (relativas) que lhes foi conferida pela Constituição de 1998 e pela LDB.

É exatamente sobre esta liberdade e autonomia política de construção de proposta pedagógica que o olhar deste trabalho está centrado no município. Os municípios, por sua vez, podem dispor desta autonomia criando os seus sistemas de ensino e auxiliando as suas escolas na elaboração das suas propostas. Devem também administrar, gerir e investir com seriedade na educação do ensino fundamental do ciclo I, tanto no que se refere aos investimentos na aquisição de materiais pedagógicos, construção e reforma das unidades escolares, como na formação inicial e continuada dos gestores, dos administrativos e, principalmente, dos professores. Quando há competência técnica e vontade política na administração municipal, caminhos alternativos são encontrados para que estes e outros objetivos que almejam a qualidade da educação sejam alcançados. Em muitos casos, como o do município que iremos estudar, empresas são contratadas

com a finalidade de elevar a qualidade técnica e pedagógica das pessoas que trabalham na e com a educação.

Para entender alguns dos temas que permeiam o cotidiano escolar, como as políticas públicas, a gestão, o projeto político pedagógico, a formação dos professores e, conseqüentemente, a qualidade da aprendizagem adquirida pelos alunos, é preciso entrar na escola pública e olhá-la por dentro.

Para isso é necessário dissertar sobre as orientações e as leis nacionais para a educação, a implementação das políticas públicas para o desenvolvimento da educação (em especial as voltadas para as TIC), a gestão pública escolar, o projeto político pedagógico, a formação de professores para uso das TIC e o processo de ensino e a efetiva aprendizagem dos alunos. Todos esses temas, somados às experiências singulares dentro da escola, poderão nos levar a restaurar certezas científicas ou não, ou a validar ou não os "achismos" do senso comum quanto ao fracasso ou sucesso da escola.

As indicações para uma educação igualitária e de qualidade para o século XXI vêm da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, em 1990. Nesta conferência, patrocinada pelo Banco Mundial estiveram presentes representantes da ONU⁸, da UNESCO⁹, dos governos de vários países e das organizações não-governamentais. Esta conferência precedeu a de Nova Delhi (1993); e das reuniões do Projeto Principal de Educação na América Latina e do Caribe.

Os compromissos e as metas estabelecidas por esta conferência ficaram conhecidas como Declaração mundial sobre a educação para todos. O foco dela foi a educação básica, o qual reforça que todas as pessoas têm o direito

⁸ Organização das Nações Unidas

⁹ Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e a Cultura.

garantido aos conhecimentos básicos para uma vida mais humana e digna. Condições garantidas para duas situações: o acesso a educação e a permanência na escola; ficando, para isto, os governos e os governantes com a responsabilidade de garantia desse processo.

Após a promulgação da Declaração, a ONU solicita um estudo mundial para educação do século XXI. Em março de 1993 Inicia-se então o trabalho, presidido por Jacques Delors, realizado juntamente a uma comissão internacional representada por especialistas do mundo todo. Ao proceder a elaboração de um documento que dialoga e faz reflexões importantes nesta diversidade contemporânea, o relatório destaca os quatro pilares básicos essenciais a um novo conceito de educação: aprender a conhecer, aprender a viver junto, aprender a fazer e aprender a ser. Esses quatro pilares do conhecimento baseiam-se em um paradigma para uma educação que não pára nunca, uma educação ao longo da vida.

Dentre as dificuldades enfrentadas pela comissão presidida por Delors, talvez a maior delas tenha sido o de lidar com as desigualdades mundiais em todos os sentidos. Então, como selecionar e encaminhar resultados, a partir de estudos de realidades com extremas diversidades de situações mundiais? A Comissão decide, então, escolher seis indicações que são chamadas de "pistas":

Educação e cultura; educação e cidadania, educação e coesão social; educação trabalho e emprego; educação e desenvolvimento; educação, investigação e ciência. Estas seis pistas foram completadas pelo estudo de três temas transversais, mais diretamente relacionados com o funcionamento dos sistemas educativos, a saber: as tecnologias da comunicação; os professores e o processo pedagógico; financiamento e gestão. (DELORS, p. 269)

A partir da conclusão desta pesquisa mundial, da elaboração e da publicação do relatório, a UNESCO "assume" a responsabilidade mundial com a educação e estabelece como seus princípios, os seguintes objetivos:

- Promover a educação como um direito humano fundamental;
- Proporcionar avanços na qualidade da educação;
- Estimular a experimentação, a inovação e o diálogo no campo de políticas educacionais.
(http://www.unesco.org.br/areas/educacao/1index_html/mo5ira_documento)

Para atingir esses objetivos propostos, a UNESCO realiza parcerias junto aos ministérios de 188 países e com outros parceiros, através de iniciativas de apoio técnico, da elaboração de modelos, projetos inovadores, reforço da capacidade especializada e trabalhos em redes.

A erradicação da pobreza e o uso das tecnologias estão no centro das suas ações, assim como priorizou a democratização do ensino básico, a formação de professores, a alfabetização de adultos, entre outros entraves do desenvolvimento cultural-educacional.

A Declaração de Jomtien colaborou muito, aqui no Brasil, para a elaboração do plano decenal da educação onde os compromissos e as metas nele contidos deveriam ser desenvolvidos e aplicados em dez anos (1993 à 2003). Mas, o plano decenal de educação para todos foi editado em 1993 e não saiu do papel, sendo abandonado com a posse do presidente Fernando Henrique Cardoso em 1990 (LIBÂNEO, p. 156, 2005)

Antecedendo a este processo, um ponto importante a ser destacado para a educação brasileira, acontece a promulgação da Constituição Brasileira em 1988. As reformas de Estado que dela advém envolvem, principalmente, a educação básica a qual passa a englobar a educação infantil, o ensino fundamental e médio. A década de noventa é toda marcada por essas reformas e a escola começa a ter que se adaptar a um mundo que muda rapidamente e as mudanças e as reformas na educação no período mencionado são implantadas de forma gradativa, difusa e segmentadas (OLIVEIRA, p. 94, 2004). Nesta década o Estado começa a trabalhar

para garantir a universalização da escola. Os problemas passam, então, a serem relacionados a questão da alocação das vagas e o tempo em que os alunos perdem na escola, ou seja, a repetência. Segundo o mesmo autor (IBID, p. 96) esta última questão é que deu origem ao chamado "fracasso" escolar que é caracterizado pela persistência de altas taxas de evasão e repetência. Pois, na verdade os compromissos maiores do país em matéria educativa que estão expressos na Constituição, nas leis e nos compromissos nacionais e internacionais ficam com raras exceções, como uma declaração de intenção, um discurso que os atores sociais são levados a esquecer. (GARCIA, p. 115, 2004)

Finalmente em 1996 é promulgada a LDBEN (lei 9394/96), após ficar oito anos em tramitação. Ela veio para aplicar ao campo da educação os dispositivos constitucionais, tornando-se, assim, a referência fundamental da organização do sistema educacional brasileiro. Vale lembrar que de 1961 à 1996, a estrutura e a organização da educação escolar brasileira foi regida pela lei 4.024/61 (que foi a primeira LDB nacional), pela lei 5.540/68 (reforma do ensino superior), pela lei 5.692/71 (reforma do ensino de primeiro e segundo graus) e pela lei 7.044/82 que alterou a lei 5.692/71 referentes ao ensino profissional do segundo grau (LIBÂNEO, p. 240, 2005). Entre as reestruturações propostas pela LDB de 1996, está a proposta de organizar os diferentes sistemas de ensino, especialmente os municipais, dado, segundo LIBÂNEO (2005), pelo caráter impositivo dos Estados sobre eles.

Esta lei além de estabelecer os níveis de ensino (educação básica e educação superior), as novas modalidades de ensino (educação de jovens e adultos, educação profissional, educação especial e educação a distância) ela estabelece novas normas de formação de professores que pode ser em nível médio

(atuar na educação infantil, nas séries iniciais e nas primeiras séries do ensino fundamental) ou formá-los em licenciaturas para as diferentes áreas do saber. Prevê, ainda, a formação em serviço (educação continuada) dos profissionais da educação (LIBÂNEO, 2005)

De 1996 para cá, década esta que não podemos chamar de pós LDB, pois ainda estamos no seu processo de implementação, podemos dizer que houve uma sucessão de eventos ocasionados por reformas (ou tentativas de reformas) que culminaram num ciclo de transformações político-educativas. Para saber se estas transformações estão acontecendo e de que forma estão acontecendo, a União, os Estados e os Municípios necessitaram avaliar como está a educação no país. Para chegar a um diagnóstico, são criados os provões (Ensino superior), as provas do SAEB e do ENEM (educação básica). São realizadas, ainda, as reformas do ensino profissionalizante e a regulamentação da educação a distancia. Assim, alguns destes instrumentos avaliativos serão utilizados mais adiante para estabelecer alguns parâmetros de comparação e de análise de resultados.

Ao pensarmos em melhora na educação, temos antes que entender que é um processo longo. Alguns países que entenderam isso levaram cerca de cinquenta anos para atingir os objetivos propostos, ou seja, erradicar literalmente o analfabetismo, formar o sujeito para atuar no desenvolvimento da sociedade dando-lhe condições de ser inserido no mercado de trabalho e de posteriormente acompanhar as evoluções que a própria dinâmica da vida exige.

Portanto, para melhorar a qualidade da educação é preciso, antes de tudo

melhorar o recrutamento, a formação, o estatuto social e as condições de trabalho dos professores pois estes só poderão responder ao que deles se

espera, se possuírem os conhecimentos e as competências, as qualidades pessoais, as possibilidades profissionais e a motivação requerida (THOMPSON, in DELORS, p. 153)

Dentro destas expectativas, o que pode a sociedade esperar de seus professores e os professores por sua vez dos seus governos? Que tipo de exigência pode ser feita aos professores, uma vez que não há investimentos adequados para garantir a sua formação ao longo da sua vida profissional? Como podemos transformar um professor comum em um profissional comprometido, reflexivo e atuante? Quem pode vir a ser um bom professor, como descobrir uma pessoa dessas, formá-la e fazer preservar a sua motivação, assim como a qualidade de seu ensino? (DELORS, p. 153, 2001)

Espera-se do sujeito que "decide" ser professor, que ele seja tão complexo e globalizado quanto é o mundo hoje. Essas exigências mundiais advindas de uma sociedade que se transforma a todo o momento, não são mais supridas pelos programas de formação de professores, pois a maior parte deles consiste em simplesmente "treiná-los" para que saibam transmitir as informações ou os conhecimentos inerentes à sua área de formação.

A sociedade, por sua vez exige que este profissional saiba apresentar estes conhecimentos adquiridos sob a forma de problemas a resolver, contextualizá-los com as dinâmicas de um mundo cheio de fome, de violências, de desigualdades e que exige que o aluno seja autônomo, crítico e que, de uma forma geral, saiba transformar para melhor o mundo e a sociedade em que vive.

A formação de professores passa por duas vertentes: a inicial e a continuada, sendo que a segunda é um processo que independe da primeira, mas que não deveria ser assim, pois o tratamento dado a esta questão é a seguinte: a primeira cuida da formação teórica e a segunda deve cuidar da formação prática do professor.

Quando o tema é formar o professor para o uso das novas tecnologias dentro da educação, a impressão que temos é que este problema pode ser resolvido com um curso ou uma oficina de carga horária de trinta horas, pois esse é o número de horas mínimas exigidas para uma certificação. A maior parte dos programas de formação continuada de professores, oferecidos pelas secretarias estaduais ou municipais repetem essa prática, pois a ênfase dada nestes cursos é os de "cursos de informática", onde ensinam os professores a lidar com planilhas e redatores de texto, sem muitas vezes lhes ensinar como utilizá-los pedagogicamente. Isto acontece, porque segundo SCHLÜNZEN (2000 in TERÇARIOL, 2005)

A maioria das capacitações e dos cursos realizados sobre o uso do computador ainda prioriza as fórmulas prontas para serem aplicadas, sem adaptar o seu uso à situação em que o educador se encontra, ou pelo menos, atentá-lo para tal fato. Com isso, o educador não modifica a sua prática, e quando retorna à sua realidade, não consegue ter autonomia para um novo caminhar.

O objetivo de muitos cursos ditos de "formação continuada" é apenas de cumprir a legislação. Como esperar então que estes sujeitos inovem suas práticas pedagógicas com cursos de trinta horas aulas e que são elaborados sem pensar no papel reflexivo deste profissional? A questão poderia ser respondida se houvesse, por exemplo, uma reformulação dessas propostas de formação, onde os elaboradores se colocassem como alunos cursistas de seus próprios cursos de formação ou capacitação. Aliando a isso uma forma simples e eficiente de acompanhamento e avaliação da execução desta formação ao longo do trabalho pedagógico do professor, para quando as dúvidas surgirem, o professor tenha com quem pensar sobre as possibilidades de mudar as práticas pedagógicas, adaptando-as ao seu real contexto e suas necessidades.

A formação dada ao professor tem que fornecer a ele momentos e condições para realizar uma reflexão sobre essa nova prática, ou seja, desenvolver-lhes as competências e habilidades técnicas e proporcionar a ele o entendimento da importância de aliar a teoria com a prática e que eles possam entender que ambas são complementares, uma não deve se sobrepor a outra.

Uma das finalidades essenciais da formação de professores quer seja inicial, quer seja contínua, é desenvolver neles as qualidades de ordem ética, intelectual e afetiva que a sociedade espera deles de modo a poderem em seguida cultivar nos seus alunos o mesmo leque de qualidades. DELORS. p. 182)

Quanto ao ato de formar, capacitar ou reciclar os professores, BARRETO (2004, p. 191) chama atenção para o seguinte:

Essa formação esvaziada também tem sido marcada por pelo menos duas cisões importantes. A primeira delas diz a dicotomização: formação inicial X formação continuada, em nova feição. Se, até os anos os 1990, o termo "formação" parecia remeter apenas a inicial, agora passa a apontar para a continuada, destinação de quase todos os investimentos nacionais e internacionais. Como afirma Torres (1993, p. 178): "A questão mesma da formação inicial está se diluindo, desaparecendo". Ao mesmo tempo, a formação continuada fica restrita a "capacitações", "treinamento" e "reciclagem".

É neste sentido que os programas públicos, principalmente oferecidos pelos Estados e Municípios, que têm o objetivo de "formar" os professores para o uso das novas tecnologias, acabam fazendo de suas ações apenas um treinamento profissional e, como completa BARRETO (2004), as condições necessárias e concretas para a realização deste trabalho, a produção de alternativas teórico-metodológicas para a aproximação dos objetos e o exercício de reflexão para a chamada apropriação profissional das TIC como ferramenta pedagógica ficam esvaziadas. Reforçando a crença de que os computadores trazem junto consigo um "pacote" de conhecimento elaborado na forma de software.

SILVA JÚNIOR (2003) cita o Programa Nacional de Informática na Educação - PROINFO (criado em 1997) - o qual foi criado para ser desenvolvido em

parceria com os Estados e Municípios, com o objetivo principal de introduzir as novas tecnologias na educação para que auxiliem o processo de ensino-aprendizagem¹⁰ e junto com os computadores, "acredita-se" que vai junto toda a contribuição que os métodos, técnicas e tecnologias de educação podem ajudar à construção de um novo paradigma para a educação brasileira. Como fica, então a formação dos profissionais? A formação dos profissionais assume a seguinte metodologia:

Formam-se os professores para agirem como multiplicadores, especialistas que formariam os professores cursistas nas próprias escolas. Por sua vez, os professores multiplicadores seriam formados em cursos de pós-graduação *lato sensu* "ministrados por universidades brasileiras (públicas ou privadas em função da excelência na área do uso de tecnologia da educação)¹¹

A formação dos profissionais envolvidos no programa foi previsto para atender as três seguintes linhas:

1. Capacitação dos professores, que seriam os multiplicadores;
2. Capacitação dos professores, em especial aos da rede estadual, mas com a possibilidade de se estender para os da rede municipal e
3. Capacitação dos técnicos de informática.¹²

Como dito anteriormente, estes programas de formação e de inserção de computadores proporcionado pelo MEC, atingiu apenas as Secretarias Estaduais de Educação. Alguns Estados, como o de São Paulo, ainda ousou em implantar um sistema próprio de informatização das escolas e de formação continuada de professores. Esse processo, o de formação, foi muito bem desenvolvido por profissionais nos chamados Programas de Educação Continuada – PEC – entre muitos podemos citar: Almeida, Hernandez, Schlünzen, Morelatti & Schlünzen, 1998; Pelegrino, Schlünzen, Schlünzen, Almeida, Morelatti & Hernandes,

¹⁰ Disponível em: www.mec.gov.br/seed

¹¹ IBID

¹² IBID

1998 (ALMEIDA, p. 188, 2006) este trabalho além de contribuir para a pesquisa sobre o uso da tecnologia na educação, serviu para revelar pesquisadores de grande relevância nacional, os quais têm contribuído até hoje para esse processo.

Os municípios, por sua vez, não chegaram a ser contemplados essas iniciativas públicas. Couberam a eles, dada a sua autonomia financeira, decidir pela implantação ou não desta tecnologia. Para entendermos como tem acontecido esse processo e se ele tem contribuído para a qualidade da educação, temos que realizar algumas ações, as quais estão propostas nos objetivos deste trabalho.

1. Quanto à pesquisa e ao referencial teórico

Um único referencial teórico que dê conta da questão que tentamos investigar não dá conta das reflexões ou experiências apontadas nesta área. Segundo TRIVINOS (2007) há três enfoques principais na pesquisa em ciências sociais: o Positivismo, a Fenomenologia e o Marxismo. Mas, para a pesquisa educacional há três enfoques teóricos importantes: o Estruturalismo, o Sistêmico e a Função, Funcionalismo e Análise estrutural-funcional. Este trabalho que propomos é representado pelo último método, o da análise estrutura-funcional (como método de investigação), pois é um método que se pauta no contexto e na história da nossa sociedade, ou seja, a pesquisa sobre educação, que é o que nos interessa. A análise estrutural-funcional prescinde da historicidade dos fenômenos sociais, coloca em relevo a idéia do equilíbrio do sistema social, ressalta a adaptação do sujeito ao organismo, ao meio e superando as suas limitações é um efetivo meio para conhecer a realidade dos agrupamentos humanos (TRIVIÑOS, p. 89, 2007).

Segundo o mesmo autor a maioria dos estudos que se realizam em educação é do descritivo e alguns destes estudos definem-se como estudos de caso. O que é um estudo de caso? É uma categoria cujo objeto de estudo é uma unidade que se analisa aprofundadamente (IBID, p. 133).

Segundo o autor os estudos de caso enquadram-se em três categorias: estudos de casos históricos-organizacionais, observacionais e o histórico de vida. A atual pesquisa situa-se na primeira categoria, pois ela poder ser feita realizando-se um estudo sobre uma instituição, sobre a análise de seus documentos, arquivos ou realizando entrevistas com pessoas e observações e as coletas de dados para este tipo de estudo podem ser feitas, principalmente através da observação, a qual permite destacar de um conjunto objetos ou pessoas e dar destaque as suas características.

O amparo teórico para a pesquisa virá de bibliografias básicas, as quais tratam exatamente das questões que são pertinentes ao desenvolvimento do trabalho, ou seja, o papel do gestor em educação e os impasses e as perspectivas para educação neste século denominado tecnológico. As obras principais são: *Gestão tecnológica*, organizada por Alexandre Thomas Vieira; *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*, organizado por José Carlos Libâneo; *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos*, organizado por Naura Silvia C. Ferreira, *Inclusão digital do professor*, Maria Elizabeth B. Almeida; *Novas tecnologias e mediação pedagógica*, organizado por José Manuel Moran, Marcos T. Masetto e Marilda A. Behrens, entre outros resultados de pesquisas realizadas neste sentido.



Capítulo 2

REFERENCIAL TEÓRICO

Educação, Tecnologia e Políticas Públicas.

1. Políticas públicas educacionais: um cenário em construção

Historicamente falando, a educação no Brasil, sempre esteve em construção. Por um lado, diriam os otimistas, isso é bom, pois é algo que não fica estagnada, sempre mudando de acordo com o momento histórico de cada época, de cada década. Por outro, diriam os pessimistas, nunca construímos nada de bom, nunca construímos nada, nem sequer um modelo simples de administração educacional de qualidade. Por falar em qualidade, GADOTTI (1999) utiliza as referências de Pedro Demo para distinguir, na educação este termo tão usado, mas muito vazio de sentido, que é a seguinte: é necessário distinguir “qualidade formal” de “qualidade política”. A primeira detém-se apenas nos instrumentos, métodos, tecnologias, mas não se refere aos conteúdos, fica nos regimentos, nos rituais da escola, principalmente nas notas e nos boletins escolares. O segundo implica na representatividade, legitimidade, convivência, solidariedade comunitária, consciência política, capacidade crítica, autogestão.

As leis referentes à educação, partem exatamente do desejo e do trabalho dos políticos, seja a nossa constituição, seja a nossa LDB. Porém, poucas vezes houve o envolvimento e a participação direta da sociedade na elaboração delas. Após a elaboração e a aprovação destas leis, ainda dependemos do interesse e do compromisso político para a implementação delas. Mas, como reforça GADOTTI (2003): a educação sempre foi política, mas não é suficiente afirmar que toda educação é política, porque finalmente “tudo é política”. É preciso saber em que

a educação é política, precisamos ter clareza do projeto político que ela defende, politizando-a. Assim sendo,

Antes de pensarmos em formar profissionais do ensino é preciso que saibamos que modelos sociais iremos transmitir, que conteúdos estamos veiculando, que classe estamos defendendo, de que ponto de vista estamos pensando educação: do ponto de vista do povo ou do sistema? (GADOTTI, p. 148, 2003)

Como o cenário nacional, no aspecto político educacional é marcado ao longo da história pela descontinuidade e interrupções, cada período governamental se inicia, em geral, com o abandono dos programas e projetos da administração anterior, elegendo novas prioridades e recomeçando como se tudo estivesse nascendo a partir daquele momento (GARCIA, p. 115, 2004). Porém, as propostas políticas assumidas para ela têm tido um caráter de curto prazo, típico de propostas inconsistentes (IBID, 2004), quando na verdade, deveriam os políticos, a quem compete definir o futuro da educação através de projetos leis, assumirem compromissos para longo prazo. Assegurando, assim, a estabilidade do sistema educacional e a sua capacidade de reformar, garantido a coerência de um conjunto de normas e prioridades e finalmente abrir um debate verdadeiro com a sociedade sobre as opções econômicas e financeiras (DELORS, p. 169, 2001).

Bem, se a educação que hoje temos é pautada nas duas leis máximas (Constituição Federal – CF – e LDB), que são frutos de árduos trabalhos políticos, por que então não outorgamos a chamada crise educacional e a má qualidade da educação, tão propagada pelo senso comum, aos políticos? Pois, se há crise na educação e hoje ela se apresenta de má qualidade, ela é causada por uma série de fatores, que para os envolvidos diretamente com a educação está diretamente relacionada aos cortes de verbas, aos baixos salários, ao inchamento das salas de aula com o programa “toda criança na escola”, pessoal mal qualificado e a perda de pessoal melhor qualificado (SINGER, p. 12, 1996) e estes fatores são

frutos das ações e dos programas políticos ao longo dos anos. Os baixos resultados atingidos pelos alunos nas avaliações adotadas no Brasil desde o início da década de 90, os quais são traduzidos ao final como a má qualidade da educação, revelam apenas o conhecimento, ou não, dos alunos em relação à determinados conteúdos de Matemática e Português, ou a habilidade que eles possuem (ou não possuem) de leitura e interpretação. Por outro lado, não revelam como andam outros aspectos educacionais como, por exemplo, os relacionados aos investimentos em recursos físicos e humanos.

A educação, hoje, não pode ser avaliada somente sobre esses aspectos, pois quando Demo definiu as duas formas de qualidade na educação, elas têm que estar respaldadas, também, nos instrumentos que avaliam a escola, a gestão escolar, a gestão pública, pois estas dimensões são as que dão respaldo para um processo de ensino com qualidade e diversidade, conseqüentemente amplia as possibilidades de aprendizagem.

Portanto,

Os sistemas educativos devem dar respostas aos múltiplos desafios da sociedade da informação, na perspectiva de um enriquecimento contínuo dos saberes e do exercício de uma cidadania adaptada às exigências do nosso tempo. (DELORS, p. 68)

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (Art. 1º. da LDB)

As organizações que tratam da questão mundial da educação, também trabalham com referências em bases políticas, o Relatório Delors¹³, que é o resultado de várias reuniões anteriores de cúpulas internacionais, é um deles. No Brasil foi publicada com o título *Educação: um tesouro a descobrir* e ficou conhecido pelo nome de *Relatório Delors*, pois o organizador e presidente da comissão foi

¹³ Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a educação para o século XXI.

*Jacques Delors*¹⁴. Os trabalhos reunidos neste documento expressam a reflexão de especialistas de várias partes do mundo e especialistas em vários temas. A expressão máxima deste Relatório foram os quatro pilares, sobre os quais a educação para o Século XXI deverá primar: *Aprender a Conhecer, Aprender a Viver Juntos, Aprender a Fazer e a Aprender a Ser*. Como não poderia ser diferente isso virou chavão de “propostas e projetos bem intencionados sobre a educação”, porém a grande maioria dos educadores, professores e estudantes continuam sem entender estes quatro pilares e conseqüentemente sem saber exatamente como contextualizá-los.

Ao ler o relatório deparamos com uma descrição do nosso planeta transformado em uma aldeia global. Cheia de contrastes, pois temos países em conflito com outros países de forma armada e de forma política. Temos países em eternas guerras civis internas e temos países que lutam dia a dia contra o desemprego, a mortalidade infantil, a fome e uma enorme falta de perspectiva de vida. Temos ainda, países que superaram a linha da pobreza e do desenvolvimento econômico e social e tenta encontrar formas de combater o alto índice de suicídios de jovens, por não terem também, perspectiva de vida.

De todas as certezas e incertezas descritas no relatório, o mais importante talvez seja que

O relatório dá especial ênfase ao papel dos professores como agentes de mudanças e formadores do caráter e do espírito das novas gerações, tendo em vista a necessidade de evitar os preconceitos étnicos e o totalitarismo. Destaca, também o papel político daqueles a quem compete assegurar ao mesmo tempo a estabilidade do sistema educativo e a capacidade de se formar e garantir a coerência do conjunto. (DELORS, p. 09)

O desenvolvimento da educação ao longo de toda a vida é o mínimo que se espera de um processo educacional, pois o aprender não deve findar quando

¹⁴ Presidente da comissão, antigo ministro da Economia e Finanças, antigo presidente da Comissão Européia (1985-1995)

findam os anos escolares básico, médio ou superior. Em cada fase de ensino é importante que se prime pelo desenvolvimento dos valores e conteúdos intrínsecos nos quatro pilares propostos pela UNESCO, pois as transformações mundiais sejam de ordem política ou econômica afetam diretamente a educação escolar em todo o mundo e educar nesta nova ordem mundial, significa aprender sempre. Aprender para aprender a fazer, aprender para aprender a ser ou aprender para ensinar, não importa. O ato da aprendizagem é processo, é evolução e tanto processo quanto evolução são duas condições inerentes ao ser humano e são fatores imprescindíveis ao desenvolvimento. Para que as pessoas sejam, ou, estejam preparadas para estar em sincronia com as mudanças exigidas pela nova ordem mundial, cada um em cada atividade que desenvolve tem que entender ou saber lidar com as necessidades tecnológicas contemporâneas.

O desafio da educação ao longo da vida está posto aos estados e aos municípios, pois é à eles que está outorgada a responsabilidade sobre a educação básica desde o acesso até a permanência (LDB TÍTULO II - *Dos Princípios e Fins da Educação Nacional*), pois é nesta fase de desenvolvimento que devem ser feitas ações para que o aluno adquira gosto pelo estudo e pela escola e a aprendizagem tenha significado para ele.

É importante que todos, principalmente os gestores educacionais e políticos, entendam que educar é um processo que não pára. Portanto, as propostas para a educação não podem findar quando finda uma gestão. É necessário, então, que sejam elaborados e implementados planos de educação, como dito no início deste capítulo, com propostas e prazos maiores de realização e para, principalmente, que

Toda pessoa – criança, adolescente ou adulto – possa se beneficiar de uma formação concebida para responder as suas necessidades educativas

fundamentais. Estas necessidades dizem respeito tanto aos instrumentos essenciais de aprendizagem (leitura, escrita, expressão oral, cálculo, resolução de problemas), como conteúdos educativos fundamentais (conhecimentos, aptidões, valores e atitudes) de que o ser humano tem necessidade para sobreviver, desenvolver, participar plenamente no desenvolvimento, melhorar a qualidade de sua existência, tomar decisões esclarecidas e continuar a aprender¹⁵. (DELORS, p. 126, 2001)

A tendência atual das políticas públicas e, conseqüentemente da construção de um projeto de educação que atenda as necessidades e as especificidades locais é caminhar para a descentralização, atribuindo-se à escola maior poder de decisão, embora nem sempre acompanhado das condições necessárias para o exercício dessa autonomia, conferindo-lhe ao mesmo tempo a responsabilidade pelos resultados finais, ou seja, sucesso e fracasso escolar (ALONSO, p. 23, 2003).

A evolução da sociedade provocou uma mudança das funções da escola e, conseqüentemente, dos papéis dos professores (VAN CAMPENHOUDT, 1991 in PAQUAY, p. 142, 2001). Essa evolução provocou uma exigência mundial para que a escola acompanhe as mudanças advindas dela, a qual recai diretamente em quem trabalha com os alunos, os chamados *agente de mudança* (DELORS, p. 152, 2001), ou seja, os professores. Para PAQUAY & WAGNER (p. 25, 2001) o professor passa a ser considerado como *professor profissional*, ou seja,

uma pessoa autônoma, dotada de competências específicas e especializadas que repousam sobre uma base de conhecimentos racionais, reconhecidos, oriundos da ciência, legitimado pela Universidade, ou de conhecimentos explicitados, oriundos da prática.

Este profissional, além de ensinar conteúdos, tem que ser autônomo, responsável e competente é o “*homem da situação*”, capaz de “*refletir em ação*” e de adaptar-se dominando qualquer nova situação (IBID, 2001). Essa pesada e difícil responsabilidade é cobrada de um personagem histórico que sempre foi

¹⁵ Conferência de Jomtien (Art. I – I)

formado para ser professor. De forma, um pouco genérica, ser professor significa falar sobre os conhecimentos teóricos adquiridos sobre a disciplina na qual se formou, pois o ofício de professor é adquirido em formações que têm o eixo em conceitos teóricos, decorrendo uma grande distância entre uma formação acadêmica que acaba revelando-se inútil e uma prática intuitiva que responde aos imprevistos e aos problemas do momento, dando, assim a impressão de um eterno recomeçar (IBID, 2001).

Na verdade é que, todo mundo espera que os professores tragam nas mãos o “*passaporte para a cidadania*”, ao mundo da tecnologia e ao mercado de trabalho através de um ensino que abarque as dimensões científica, técnica, étnica e humana que são constituídas de elementos cognitivos (aprendizagem, habilidades, conhecimentos, capacitações, qualificações) e elementos atitudinais (socialização, disciplina, conduta, disposições) (FERREIRA, p. 296, 2004) e entregue-o aos alunos na forma de ensino. Muito bem, quem é então, que traz e entrega ao professor essa complexidade de conhecimento, principalmente aos professores que já estão formados? O que as políticas públicas têm feito para inserí-los neste mundo globalizado e invadido pelas multimídias? É o que vamos ver a seguir.

1.2 Políticas públicas para a inclusão das TIC na educação básica

Devemos entender que tanto a implementação de projetos ou programas para o uso de TIC na educação, quanto o preparo das pessoas para a sua utilização devem partir, principalmente do interesse público.

No início de 1990, a característica marcante dos projetos públicos de introdução ao computador na educação era a aquisição de hardware e a formação do professor dissociada do seu contexto de atuação (ALMEIDA, p.26, 2006). Tanto a

autora quanto IMBERNÓM (2006) concordam que a formação continuada ou permanente do professor deve acontecer dentro do ambiente da própria escola, pois segundo o autor a formação sendo centrada na escola é possível redefinir as funções, os papéis e a finalidade da instituição educacional.

Em 1996 é criada em 1996 a SEED – Secretaria de educação a distância – sob a responsabilidade do MEC – Ministério da Educação e Cultura – assumindo assim a tarefa de implantar recursos tecnológicos (computadores) nas escolas públicas, dar orientações e direções para a implantação desta nova política nacional da educação nacional. Este projeto vem em resposta as necessidades mundiais de preparação de sujeitos sociais para serem “*info incluídos*”. Três grande programas são criados, para este objetivo: O programa nacional de informática, o Tv Escola e o de Formação de professores em exercício. Conforme destaca SILVA JUNIOR (2003):

O primeiro programa deve se desenvolver em parceria com os estados e municípios (a partir do qual o Estado de São Paulo cria o seu programa EOL - Ensino on Line) e tem como objetivo a introdução das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação na escola pública, como ferramenta de apoio ao processo de ensino-aprendizagem. (p. 81);

O segundo, o Programa TV Escola é o núcleo forte do Programa Nacional de Informática na Educação e expressa em sua concretização as orientações da SEED. É “dirigido à capacitação, atualização e aperfeiçoamento de professores de Ensino Fundamental e Ensino Médio da rede pública”, além de ser uma “das ações prioritárias da Secretaria de Educação a Distância” (p. 83)

O terceiro, O Programa de Formação de Professores em Exercício (Proformação) orienta-se pelos dois programas anteriormente apresentados e a eles se articula. Caracteriza-se como um curso de magistério de nível médio, “dirigido aos professores que, sem a formação específica, encontram-se lecionando nas quatro séries iniciais do ensino fundamental e nas classes de alfabetização das redes públicas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste”.(p.84)

O grande precursor do primeiro programa de informática acima citado, foi o EDUCOM¹⁶, criado em 1983 pelo Governo Federal, e várias foram as metas deste projeto, uma delas era

desenvolver a pesquisa do uso educacional da informática, ou seja, perceber como o aluno aprende sendo apoiado pelo recurso da informática e se isso melhora efetivamente sua aprendizagem. Outra meta era levar os computadores às escolas públicas, para possibilitar as mesmas oportunidades que as particulares ofereciam a seus alunos. (TAVARES, p. 02, 2004)

A autora destaca, ainda que é percebido nas propostas deste projeto o termo “*capacitação de recursos humanos*”, que sinonimamente quer dizer formação de professores, porém não dá ênfase a um compromisso mais sério. Mesmo assim, estes programas permitiram muitas conquistas neste sentido, pois foi um trabalho pioneiro no país, que mais tarde serviu como base para a criação de muitos outros projetos regionais que também tinham o objetivo de informatizar escolas e formar professores.

EM 1989, ainda, o Governo Federal lança o PRONINFE¹⁷ (mais tarde passa a ser PROINFO) com o objetivo de desenvolver a informática educativa no Brasil, através de projetos e atividades apoiada em fundamentação pedagógica sólida e atualizada, assegurando a unidade política, técnica e científica e com foco a capacitação contínua e permanente dos professores de primeiro, segundo e terceiros graus (IBID, p.06).

O PROINFO¹⁸ por sua vez é lançado somente em 1997, com o objetivo de formar 25 mil professores e atender a 6,5 milhões de estudantes, através da compra e distribuição de 100 mil computadores interligado à Internet. A proposta é clara: Preparar os professores para utilizá-los pedagogicamente. A capacitação,

¹⁶ O projeto EDUCOM é o primeiro projeto público a tratar da informática educacional, agregou diversos pesquisadores da área e teve por princípio o investimento em pesquisas educacionais.

¹⁷ Programa Nacional de Informática educativa

¹⁸ Programa Nacional de Informática na Educação

então, é o caminho escolhido e estava prevista para acontecer em três linhas: capacitação de professores multiplicadores, capacitação dos professores da rede estadual e municipal e a capacitação de técnicos de informática.

Segundo o documento de Diretrizes, o Proinfo tinha como objetivos:

1. Melhorar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem nas escolas públicas, através da igualdade no acesso instrumentos tecnológicos e desenvolvimento de atividades apropriadas de aprendizagem partindo da realidade regional. Busca-se a melhoria do processo de construção do conhecimento, através da diversificação dos espaços do conhecimento, dos processos e das metodologias empregadas;
2. possibilitar a criação de uma nova ecologia cognitiva nos ambientes escolares mediante incorporação adequada das novas tecnologias da informação pelas escolas, diminuindo o espaço existente entre a cultura escolar e a cultura extra-escolar;
3. propiciar uma educação voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico, para a criatividade, a agilidade na resolução de problemas, o raciocínio, o manejo da tecnologia e para um maior conhecimento técnico por parte do educando;
4. educar para uma cidadania global numa sociedade tecnologicamente desenvolvida. (IBID, p. 08)

Estes quatro objetivos deveriam ser alcançados através das seguintes estratégias:

1. subordinar a introdução da informática nas escolas aos objetivos e meta educacionais definidos pelos conjuntos de leis governamentais, por exemplo a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
2. instalar recursos tecnológicos nas escolas que mostrarem capacidade física de recebê-los e recursos humanos para gerenciá-los;
3. propiciar suporte técnico às escolas;
4. estimular a interligação de computadores nas escolas públicas para possibilitar a formação de uma rede de comunicações vinculada à educação;
5. fomentar a mudança de cultura no sistema público de ensino, de forma a preparar o educando para interagir numa sociedade tecnologicamente desenvolvida;
6. articular pesquisadores e especialistas em informática educacional;
7. avaliar o PROINFO através de um sistema adequado de acompanhamento. (IBID, p. 08)

É importante reforçar que a formação de professores, tanto a inicial quanto a continuada em serviço ou em cursos de pós-graduação em modalidades presenciais ou a distância, é de suma importância para a construção de um Projeto Nacional de Educação fadado ao sucesso.

Em 1997, a Secretaria de Estado da Educação – SEE- do Estado de São Paulo, enviou computadores para 984 escolas junto com um pacote de software este programa foi chamado de Projeto Ensino on line, porém não se constituiu como um segmento do PROINFO. Este projeto fazia parte do programa da secretaria “*A escola de cara nova na era da informática*” (TAVARES, p.61, 2001). Os software e os equipamentos foram licitados e a empresa ganhadora na época foi a Positivo Informática. O apoio dado à formação dos professores e o atendimento às escolas era dado pelos então criados NRTE, que inicialmente eram 50 e posteriormente foram ampliados para 89, ou seja, um por Diretoria de Ensino. O trabalho neste departamento era realizado por três professores designados para a função e que recebiam a denominação de ATP (Assistente técnico pedagógico).

Mais recentemente em 2001 a SEE monta no estado de São Paulo uma rede de vídeo conferência, interligando através dela as 89 Diretorias de ensino. Tendo como centro de origens de imagens e informação a sede da própria SEE em São Paulo. Esta estrutura serviu posteriormente para formar os professores de primeira a quarta série da rede, que ainda não possui formação Universitária e foi chamado de PEC¹⁹ – For Prof, que é uma herança de uma série de políticas públicas que vinham se consolidando no Estado de São Paulo desde 1995, mas ainda não direcionadas para formação docente em nível superior. Posteriormente a esta iniciativa pública estadual, é realizada uma parceria com a UNDIME²⁰ e o programa passa a atender os municípios, sob a designação de PEC - Municípios (ANDRADE, p. 18, 2007). Veremos a seguir como estas três iniciativas privilegiaram a formação dos professores.

¹⁹ Programa de educação continuada – Formação Universitária

²⁰ União dos Dirigentes Municipais de Educação

1.3 Políticas públicas para a formação de professores

Esta tarefa de formar os professores cabe a União, aos Estados e aos Municípios. Estes devem criar programas, tanto de investimentos em recursos físicos como em humanos, estabelecer metas a serem atingidas a curto, médio ou longo prazo. Todas estas propostas devem estar de acordo com a Constituição Federal, LDBEN e com os respectivos planos nacionais, estaduais e municipais de educação.

A formação de professores passa por duas vertentes: a inicial e a continuada, sendo que a segunda é um processo que independe da primeira, mas que não deveria ser assim, pois o tratamento dado a esta questão é a seguinte: a primeira cuida da formação teórica e a segunda deve cuidar da formação prática do professor. A formação inicial deve fornecer as bases para poder construir um conhecimento pedagógico especializado (IBERNÓM, p. 58, 2006) e a formação permanente tem como objetivo remover o sentido pedagógico comum, para recompor o equilíbrio entre esquemas práticos e os esquemas teóricos que sustentam a prática educativa (IBID, p. 59)

Espera-se do sujeito que "decide" ser professor, que ele seja tão complexo e globalizado quanto é o mundo, hoje. Essas exigências mundiais advindas de uma sociedade que se transforma a todo o momento, não são mais supridas pelos programas de formação de professores, pois a maior parte deles consiste em simplesmente "treiná-los" para que saibam transmitir as informações ou os conhecimentos inerentes à sua área de formação.

A sociedade, por sua vez exige que este profissional saiba apresentar estes conhecimentos adquiridos sob a forma de problemas a resolver, contextualizá-los com as dinâmicas de um mundo cheio de fome, de violências, de

desigualdades e que exige que o aluno seja autônomo, crítico e que de uma forma geral, saiba transformar para melhor o mundo e a sociedade em que vive.

Quando o tema é formar o professor para o uso das novas tecnologias dentro da educação, a impressão que temos é que este problema pode ser resolvido com um curso ou uma oficina de carga horária de trinta horas, pois esse é o número de horas mínimas exigidas para uma certificação. A maior parte dos programas de formação continuada de professores, oferecidos pelas secretarias estaduais ou municipais repetem essa prática, pois a ênfase dada nestes cursos é os de "curso de informática" onde ensinam os professores a lidar com planilhas e redatores de texto, sem muitas vezes lhes ensinar como utilizá-los pedagogicamente. O objetivo, na verdade é apenas o de cumprir a legislação. Como esperar então, que estes sujeitos inovem suas práticas pedagógicas, com cursos de trinta horas aulas e que de cara já são elaborados sem pensar no papel reflexivo deste profissional? A questão poderia ser respondida se houvesse, por exemplo, uma reformulação dessas propostas de formação, onde os elaboradores se colocassem como alunos cursistas de seus próprios cursos de formação ou capacitação. Aliando a isso uma forma simples e eficiente de acompanhamento e avaliação da execução desta formação ao longo do trabalho pedagógico do professor, para quando as dúvidas surgirem, o professor tenha com quem pensar sobre as possibilidades de mudar as práticas aprendidas, adaptando-as ao seu real contexto e suas necessidades.

A formação dada ao professor tem que fornecer a ele momentos e condições para realizar uma reflexão sobre essa nova prática, ou seja, desenvolver-lhes as competências e habilidades técnicas e proporcionar a ele o entendimento da

importância de aliar a teoria com a prática e que eles possam entender que ambas são complementares, uma não deve se sobrepor a outra.

Uma das finalidades essenciais da formação de professores quer seja inicial, quer seja continua, é desenvolver neles as qualidades de ordem ética, intelectual e afetiva que a sociedade espera deles de modo a poderem em seguida cultivar nos seus alunos o mesmo leque de qualidades. DELORS. p. 182)

Quanto ao ato de formar, capacitar ou reciclar os professores, BARRETO (2004, p. 191) chama atenção para o seguinte:

Essa formação esvaziada também tem sido marcada por pelo menos duas cisões importantes. A primeira delas diz a dicotomização: formação inicial X formação continuada, em nova feição. Se, até os anos os 1990, o termo "formação" parecia remeter apenas a inicial, agora passa a apontar para a continuada, destinação de quase todos os investimentos nacionais e internacionais. Como afirma Torres (1993, p. 178): "A questão mesma da formação inicial está se diluindo, desaparecendo". Ao mesmo tempo, a formação continuada fica restrita a "capacitações", "treinamento" e "reciclagem". (BARRETO, p. 1191)

É neste sentido que os programas públicos, principalmente oferecidos pelos Estados e Municípios, que têm o objetivo de "formar" os professores para o uso das novas tecnologias, acabam fazendo de suas ações apenas um treinamento profissional e como completa BARRETO (2004) as condições necessárias e concretas para a realização deste trabalho, a produção de alternativas teórico-metodológicas para a aproximação dos objetos e o exercício de reflexão para a chamada apropriação profissional das TIC como ferramenta pedagógica ficam esvaziadas. Reforçando a crença de que os computadores trazem junto consigo um "pacote" de conhecimento elaborado na forma de software.

Como dito anteriormente, ao ser lançado em abril de 1997, o PROINFO surge com a intenção de formar 25 mil professores e atender 6,5 milhões de estudantes através da compra e da distribuição de 100 mil computadores interligado à Internet, para atingir este objetivo o programa de formação dos profissionais assume a seguinte metodologia:

Formam-se os professores para agirem como multiplicadores, especialistas que formariam os professores cursistas nas próprias escolas. Por sua vez, os professores multiplicadores seriam formados em cursos de pós-graduação *lato sensu* "ministrados por universidades brasileiras (públicas ou privadas em função da excelência na área do uso de tecnologia da educação)²¹

A formação dos professores para o uso dos computadores, fica sob a responsabilidade dos profissionais alocados nos 200 NTE²² criados em vários estados brasileiros entre 97 e 98, exceto em São Paulo, como dito anteriormente, que criou os seus NRTE. O Investimento inicial para a formação e capacitação do pessoal foi de R\$ 220 milhões. A capacitação de professores no Programa é tratada com muita atenção, mas ao invés de investir em uma formação mais ampla e completa, ele insiste em usar o termo "capacitação de recursos humanos". Até 200, seguindo a metodologia de formar multiplicadores para trabalhar nos estados, foram realizados três cursos de formação de multiplicadores e foram formados 1.324 profissionais mas o número de professores atendidos pelo programa, ainda não havia sido divulgado (TAVARES, 2001).

Paralelamente, em 1997, a formação dos professores da rede estadual paulista começa a acontecer a partir de uma iniciativa da Secretaria de Estado da Educação, com apoio financeiro do Banco Mundial, o subprojeto Informática na Educação do PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA - INOVAÇÕES NO ENSINO BÁSICO (PEC/IEB), sob a responsabilidade da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo da PUC/SP, com execução do Núcleo de Currículo e Formação (ALMEIDA et al, 1998).

Este projeto de capacitação foi previsto para acontecer em três módulos, o primeiro compreendia explorar e dar conhecimentos básicos de

²¹ IBID

²² Núcleos de Tecnologia Educacional

windows95, do editor de desenhos *Paint*, do processador de texto *word97*, além do software educacional *Introdução ao Micro*. O segundo módulo por sua vez, seria planejado em cima das reflexões e das necessidades levantadas pelo grupo no primeiro módulo e conseqüentemente o terceiro módulo seria fruto do segundo. A técnica pedagógica estruturante desse processo de capacitação é o desenvolvimento de projetos, os quais orientam os caminhos a seguir, sem uma prévia hierarquização, articulando técnica, teoria e prática, formação e pesquisa, inter-relacionando aspectos de distintas áreas de conhecimento. (IBID, p. 6)

A partir de 2000, as oficinas oferecidas aos professores da rede são desenvolvidas pelos ATP dos NRTE e pelos Técnicos da GIP/CENP²³ e ficam centradas no uso e exploração dos software educacionais para as disciplinas do ensino fundamenta II. Em 2001 e 2003 as oficinas são oferecidas para os professores do ensino médio. Os dois processos de capacitação utilizaram a metodologia de multiplicadores e para cada oficina foi capacitado um professor da área para que este, posteriormente, capacitasse os professores de sua Diretoria. Infelizmente, não há dados disponíveis para consulta, quanto ao número de professore capacitados neste período. Podemos dizer com certeza, que esse período foi o que a SEE mais investiu em recursos físicos e em formação de professores e gestores, chegando até mesmo a desenvolver projetos envolvendo diretamente os alunos.

A partir da promulgação da LDB em 1996 foi instituída a década da educação (1997 – 2007), este também foi o prazo para “*somente*” serem admitidos *professores habilitados em nível superior ou formados em por treinamento em serviço*” (Art. 87, parágrafo 4º, inciso III, Das Disposições Transitórias) ficando ainda

²³ Gerência de Informática Pedagógica/ Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas

estabelecido no parágrafo 3º (Art. 87, inciso III, Das Disposições Transitórias) que o poder público deverá “*realizar programas de capacitação para os professores em exercício, utilizando também, para isso, recursos da educação a distância*”. No sentido de contemplar a legislação em vigor, a SEE/SP elabora um programa de formação de professores *com o uso* da tecnologia da EaD – Educação a Distância, o qual foi chamado de PEC-ForProf e que foi uma adaptação da proposta similar criada no Estado do Paraná. Entre 2002 e 2003 este programa formou mais de seis mil professores. O curso foi administrado pela Fundação Carlos Alberto Vanzolini – FCAV – e certificou os professores em nível superior com o *Curso Normal Superior em Mídias Interativas*. Este curso, embora aglutinasse os alunos em determinados espaços, onde foram montadas as tele salas, ele formou, todos os participantes na modalidade a distância, valendo-se dos recursos da Internet e das Vídeos e das Teleconferências. A Universidade Estadual Paulista (UNESP), a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e a Universidade de São Paulo participaram da realização desta versão (ANDRADE, 2007).

Em 2002, tendo em vista uma boa aceitação e as avaliações positivas relativas ao programa, segundo a mesma autora, a UNDIME²⁴, solicita uma parceria com a rede estadual de disponibilização dos recursos e o compartilhamento dos recursos para possibilitar uma formação similar dos professores da rede municipal que chegava a aproximadamente 10.000 sem formação superior. O resultado foi o *PEC-Formação Universitária Municípios*, que em dois anos de funcionamento atendeu 41 municípios da grande São Paulo e do interior do Estado e contou com o trabalho de 144 docentes (SPÓSITO, 2004 APUD ANDRADE, p. 61,2007).

²⁴ União dos Dirigentes Municipais de Educação

Para ANDRADE (2007), a empolgação dos alunos e alunas ao participar das Vídeo conferências e Tele conferências não era a mesma quando a aula se tratava de uso dos computadores, chegando até a recusar a utilização dos mesmos (IBID, p. 153). A autora destaca ainda, que o programa nada mais é, ou foi, do que uma maneira de dar uma formação em massa e cumprir os prazos estabelecidos pela LDB para formar os professores da educação básica em nível superior.

ANDRADE (p. 152, 2007), concluiu em sua pesquisa com relação a esta iniciativa de formação de professores que,

o PEC Municípios foi um projeto que, sobretudo pela titulação concedida e perspectivas de ascensão profissional, trouxe contribuições significativas para a auto-estima das professoras. Além do mais, trata-se de um empreendimento que, no contexto brasileiro, pode se mostrar válido, ao se considerar a necessidade, posta pela LDBEN de qualificar em nível superior um contingente tão extenso de professores, em curto prazo.

Formar professores (na modalidade inicial ou na continuada) *usando os recursos* das tecnologias mais modernas de forma presencial ou em EaD²⁵, é uma proposta. Formar professores *para utilizar* esses recursos como ferramenta pedagógica, é uma outra proposta que requer mais que prática, requer reflexão. ANDRADE (p.151, 2007) reforça que

curiosamente, não houve a mesma preocupação com a formação *com* as novas tecnologias, de forma a incluí-las nas reflexões necessárias à atuação consciente desses profissionais, inclusive com relação a, como e por que adotar as tecnologias em suas salas de aulas.

Embora, a questão da apropriação das TIC para uso pedagógico estivesse presente na proposta inicial do PEC-Municípios, é necessário, nesses tipos de curso, a reflexão sobre a inserção das tecnologias na escola e sobre as políticas que as incluem na própria formação (IBID, p.155). Para esta autora, um

²⁵ Educação a Distância

aspecto ainda em aberto e que mereceria melhor atenção consiste justamente em investigar em que medida e de que modo a formação propiciada pelo PEC-Municípios, ou por outros programas de formação continuada de professores, ainda que restrita, se repercute nas práticas destes profissionais.

Somente saberemos se um curso de formação continuada atinge os seus objetivos (quando estes são para a inserção das TIC como ferramenta pedagógica), se realizarmos investigações junto à prática dos professores formados, pois é exatamente lá na sala de aula que as técnicas e as reflexões obtidas em curso, devem fazer a diferença. E esta diferença deve ser entendida como a capacidade do professor de utilizá-las para melhor desenvolver as habilidades inerentes ao processo de aprendizagem.

É por isso que neste trabalho, um dos pontos a ser investigado foi uma outra iniciativa pública de caráter também municipal de inserção de computadores na escola, pois faz parte da política de investimentos em recursos materiais e a formação continuada de professores, pois faz parte da política de investimento em recursos humanos. Agora, vale a pena saber se a formação dos professores é realizada *com o uso* das TIC ou se é *para o uso* delas.

Capítulo 3

A PESQUISA: O MUNICÍPIO E A ESCOLA



3.1 Desenvolvimento da pesquisa

Pesquisar significa, entre outras coisas, buscar informações escritas ou não, sobre o tema eleito pela nossa curiosidade profissional e ou pessoal. Essa busca, muitas vezes, oscila entre a curiosidade e a criatividade, entre o senso comum e o científico, entre o perguntar e o responder e outras vezes é a junção de tudo isso. SILVA utiliza as idéias de GARVEY (SILVA, p.13, 2005) para definir pesquisa como sendo um sistema de comunicação da ciência, dotado de dois tipos de canais de comunicação com um conjunto de funções diferentes. Esses canais de comunicação dividem-se basicamente em dois: Canal informal e canal formal de comunicação. Sendo assim definidos:

O canal informal de comunicação, que reapresenta a parte do processo invisível ao público, está caracterizado por contatos pessoais, conversas telefônicas, correspondências, cartas, *pré-prints* e assemelhados. Os canais formais, que é a parte visível (pública) do sistema de comunicação científica estão representados pela informação publicada em forma de artigos de periódicos, livros, comunicações escritas em encontros científicos, etc. GARVEY (in SILVA, p.13, 2005)

Segundo a mesma autora (p. 17), os dois canais cumprem um papel muito importante no processo de construção do conhecimento científico e tecnológico e auxiliam-nos a procurar as respostas para as indagações propostas.

Em educação, tanto os objetos quanto os temas das pesquisas variam conforme varia a ordem mundial contemporâneas a elas e a elas estão, também, associadas às condições históricas conjunturais. Como o mundo se transforma em uma velocidade maior do que as pessoas evoluem intelectualmente,

a aplicação dos resultados adquiridos nas pesquisas educacionais perde-se no processo de desenvolvimento histórico-social, ou seja,

Os tempos dos caminhos da investigação científica e da disseminação de sínteses são bem diferentes dos tempos do exercício “em tempo real” da docência e da gestão educacional. Os estudos, as pesquisas têm um tempo de maturação e o professor não pode suspender sua ação, nem os gestores de sistemas em seus diferentes níveis de responsabilidade. Enquanto a pesquisa questiona e tenta compreender cada vez melhor as questões educacionais, os administradores, técnicos e professores estão atuando a partir dos conceitos e informações que lhe foram disponibilizadas em outra oportunidade. (GATTI,p. 71, 2001)

Segundo a autora (IBID. p. 70, 2001), a produção de pesquisas educacionais no Brasil tem uma forte tendência a assumir certa característica em relação ao período em que são produzidas. Esta tendência flexível e mutável determina os objetos e as linhas de pesquisa de acordo com cada época (ou década), o que atribui a este processo o termo: “modismo periódico”. Neste contexto, a pesquisa em educação no Brasil percorreu e percorre uma trajetória convergente entre temas, objetos e métodos.

Ao lançarmos um olhar panorâmico para o mundo a partir da década de 90, perceberemos que o cenário mundial sofreu significativas transformações de ordem tecnológica, organizacional, comercial, financeira, cultural, social e política.

É a partir desta década, principalmente, que o mundo todo passa a centrar esforços para que a educação passe a fazer parte da chamada terceira revolução científica e tecnológica (LIBÂNEO, 2005). Mas para que toda essa transformação aconteça há uma necessidade urgente de duas ações primordiais: permitir o acesso das pessoas aos recursos tecnológicos e prepará-las para os utilizarem. Para que esta revolução aconteça é necessário prepararmos e formarmos as atuais e as novas gerações para que se apropriem da utilização dos meios informacionais, tanto para o aprendizado na escola quanto no seu dia a dia.

Há ainda muito que fazer para que a sociedade da informação torne-se uma sociedade aprendente. No tocante à aprendizagem e ao conhecimento, chegamos a uma transformação sem precedentes das ecologias cognitivas, tanto nas internas da escola, como das que lhe são externas, mas que interferem profundamente nela (ASSMAN, p.7, 2001).

Para a realização de uma pesquisa, que utiliza uma escola como objeto, não basta apenas os resultados publicados de uma avaliação externa. É necessário conhecer outros aspectos da escola, pois a própria escola é um conjunto de pessoas, de recursos e de ambientes que favorecem ou não o processo ensino-aprendizagem, é necessário descobrir e revelar fatos ocultos dela e que estes exames e avaliações não revelam. Como, por exemplo, a sua organização político-administrativa, o perfil dos gestores, o perfil dos docentes, o perfil dos alunos, sua comunidade, sua história, seus investimentos, sua estrutura física e a própria dinâmica diária dos seus acontecimentos, entretanto

nenhuma pesquisa é totalmente controlável, com início, meio e fim previsíveis. A pesquisa é um processo em que é impossível prever todas as etapas. O pesquisador está sempre em estado de tensão porque sabe que seu conhecimento é parcial e limitado – o “possível” para ele. GOLDENBERG (p. 13, 2003)

Muitas vezes, para entendermos o dinamismo da escola é necessário realizarmos várias ações diferenciadas, entre elas a observação de seu cotidiano.

Segundo TRIVIÑOS (p. 110, 2007), em Educação, a pesquisa qualitativa abrange a maioria dos estudos e a grande maioria é de natureza descritiva e tem o foco essencialmente residindo no desejo de conhecer a comunidade, seus traços característicos, sua gente, seus problemas, suas escolas, seus professores, sua preparação, seu trabalho. Os estudos descritivos denominados estudos de caso, por sua vez, têm por objetivo aprofundar a discussão

e a descrição de um local específico, de uma determinada realidade. O estudo de caso é um dos procedimentos mais relevantes da pesquisa qualitativa, pois é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente, podendo ser desde o estudo de um sujeito, passando por uma escola ou estudando uma turma ou uma série especificamente.

Neste sentido, faz-se necessário a realização de pesquisas cada vez mais profundas dentro das escolas brasileiras, pois as avaliações do tipo SAEB²⁶, ENEM²⁷, Prova²⁸ e outras têm o objetivo de avaliar apenas o “quanto” os alunos aprenderam no decorrer da educação básica ou ao final de cada ciclo. Portanto, os resultados obtidos pelos alunos têm sido utilizados para definir se a escola é ou não de qualidade. Mas, a forma como os resultados têm sido apresentados, reforçam a voz do senso comum em dizer que tanto os alunos são um fracasso, quanto os professores brasileiros são os responsáveis por isso e pelo ensino de má qualidade e poucas escolas têm superado este nível de falta de qualidade. Como podemos definir, então, a qualidade na/da educação? DEMO (1986) reforça que temos de ter claro que em educação há dois tipos de qualidade, quando usamos este conceito, há dois tipos de definições possíveis e intrínsecas a ela, as quais necessariamente se complementam: a *qualidade formal* e a *qualidade política*.

A primeira refere-se aos instrumentos, métodos, tecnologias, aos regimentos, aos rituais da escola, principalmente as notas e aos boletins e a segunda está relacionada com a legitimidade, a representatividade, a convivência, a

²⁶ SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica – é realizada de dois em dois anos e tem por objetivo avaliar os conhecimentos dos alunos em Português e Matemática (leitura, escrita e interpretação) ela é feita somente pelos alunos das 4ª e 8ª séries. Porém ela tem o resultado por amostragem, para isto são escolhidas apenas duas escolas: uma da rede municipal e outra da rede estadual e particular (por adesão) em cada município do País.

²⁷ ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio – Realizado em todo País e podem participar todos os alunos, concluintes ou não do ensino médio e tem um caráter de avaliação global e de conhecimentos gerais.

²⁸ Prova Brasil – Tem as mesmas características do SAEB, porém é realizada por todos os alunos, das redes Particulares e Públicas, matriculados nas 4ª e 8ª séries.

solidariedade comunitária, a consciência política, a capacidade crítica e a autogestão. É importante ressaltamos estes aspectos, pois as avaliações não têm dado conta deles e o problema recai sobre o professor ou sobre o aluno. O que não é verdade, pois ambos estão inseridos dentro de um ampliadíssimo contexto, chamado escola. Por isso, é necessário chamar a atenção para a necessidade de pesquisas que vivenciem a prática e a organização escolar.

É exatamente neste sentido de explicitar e descobrir o que quer dizer qualidade na educação, que o MEC²⁹ em parceria com a UNICEF³⁰, PNUD³¹, INEP³² entre outras organizações elaborou e lançou em 2004 o documento intitulado *Indicadores de qualidade na educação*.

Estes *Indicadores da Qualidade na Educação* foram criados para ajudar a comunidade escolar na avaliação e na melhoria da qualidade da escola. Neste documento estão especificados sete elementos fundamentais – os quais são chamados de dimensões – para identificá-los são utilizados alguns pontos que são chamados de indicadores, que segundo os autores, através deles é possível checar o *que vai bem* e o *que não vai bem* na escola e, desta forma, é possível levar ao conhecimento de toda a realidade das escolas. Conhecendo essas dimensões de forma real, é possível discutir e decidir as prioridades das ações que visam de fato melhorá-la. É reforçada neste documento que a melhoria da educação é uma luta de toda a comunidade: pais, mães, professores, diretores, alunos, funcionários, conselheiros tutelares de educação, dos direitos da criança, ONGs, órgãos públicos, universidades, enfim, toda pessoa ou instituição que se relaciona com a escola e se mobiliza por sua qualidade, pois educação é um assunto de interesse público.

²⁹ Ministério da Educação e Cultura.

³⁰ Organização das Nações Unidas para Infância;

³¹ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento;

³² Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

A nosso ver é um documento que pode ter múltiplas utilidades dentro da unidade escolar. No nosso caso, utilizaremos as sete dimensões propostas como forma de focar o nosso trabalho de pesquisa dentro da escola e olhar para o conjunto de fatores que dão suporte ao processo ensino-aprendizagem. Estas dimensões, com toda certeza, nos auxiliaram a lançar um olhar mais detalhado sobre os outros aspectos que subsidiam o trabalho administrativo e pedagógico da escola e que estão relacionados ao bom desenvolvimento do processo ensino aprendizagem. Resumidamente, são assim descritos:

1. **Ambiente educativo:** Nesta dimensão os indicadores se referem ao respeito, à alegria, à amizade e solidariedade, à disciplina, ao combate à discriminação e ao exercício dos direitos e deveres.
2. **Prática pedagógica e avaliação:** Aqui, refletem-se coletivamente sobre a proposta pedagógica da escola, sobre o planejamento das atividades educativas, sobre as estratégias e recursos de ensino-aprendizagem, os processos de avaliação dos alunos, incluindo a auto-avaliação, e a avaliação dos profissionais da escola.
3. **Ensino e aprendizagem da leitura e da escrita:** Aborda a proposta pedagógica para a alfabetização inicial e desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita ao longo da educação básica; aponta as oportunidades que os alunos têm para desenvolver hábitos e a motivação para leitura, incluindo uso da biblioteca e equipamentos de informática.
4. **Gestão escolar democrática:** Focaliza o compartilhamento das decisões, a preocupação com a qualidade, com a relação custo-benefício e com a transparência.
5. **Formação e condições de trabalho dos profissionais da escola:** Aqui, discute-se sobre os processos de formação dos professores, sobre a suficiência, assiduidade e estabilidade da equipe escolar.
6. **Espaço físico escolar:** Nesta dimensão, os indicadores são o bom aproveitamento dos recursos existentes na escola, a disponibilidade e a qualidade desses recursos e a organização dos espaços escolares.
7. **Acesso, permanência e sucesso na escola:** As perguntas principais são: Quem são os alunos que apresentam maior dificuldade no processo de aprendizagem? Quem são aqueles que mais faltam na escola? Onde e como eles vivem? Quais são as suas dificuldades? Quem são os alunos que abandonaram ou evadiram? Quais os motivos?

É importante ressaltar que eles serão apenas referenciais, pois não seguiremos esta seqüência proposta durante o nosso processo de observação ou descrição e tão pouco, temos a pretensão de esgotá-la. As ações realizadas tiveram

como parâmetro as sete dimensões citadas acima, porém elas foram reorganizadas para que pudessem atender aos objetivos propostos.

Para o desenvolvimento da pesquisa e das ações, tomamos em mãos o projeto político pedagógico da escola e, a partir dele, destacamos alguns itens para análise, estudo e observação. Estes itens foram considerados importantes, pois são eles que podem de certa forma expressar o bom andamento e o desenvolvimento das atividades escolares e, posteriormente, nos auxiliar nas interpretações dos resultados obtidos.

Para descrevê-los, realizamos uma leitura minuciosa do projeto pedagógico da escola em questão e uma observação direta de algumas ações da dinâmica escolar. Porém, por motivos éticos preservaremos a identidade da escola e das pessoas envolvidas não divulgando o nome do município, da escola e das pessoas envolvidas.

BRESSAN (2000) diz que o método do estudo de caso deve levar o pesquisador as evidências, utilizando fontes de dados, entre elas: documentos, registros de arquivos, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos e cada uma delas requer habilidades específicas e procedimentos metodológicos específicos. LIBÂNEO (p.301, 2005) reforça essa afirmação quando diz que uma escola bem gerida é aquela que cria e assegura condições organizacionais, operacionais e pedagógico-didáticas que permitem o bom desempenho dos professores em sala de aula, de modo que todos os seus alunos sejam bem-sucedidos em suas aprendizagens. Em contrapartida, a escola municipal depende, conseqüentemente, de uma gestão que assegure e privilegie estes aspectos também.

Portanto, vamos à escola.

3.2 A escola e o município em contexto

A escola pesquisada fica em um município do estado de São Paulo. Localizado na Região Metropolitana, também conhecida como Grande São Paulo e conta com uma população de aproximadamente 200.000 pessoas.

Em visita ao site do IBGE³³, obtivemos as seguintes informações em relação à rede municipal: são 19.982 (dezenove mil, novecentos e oitenta e dois) alunos matriculados em toda a rede, os quais estão distribuídos em vinte escolas de ensino fundamental e trinta de ensino pré-escolar. Esta rede conta com aproximadamente quatrocentos professores no ensino fundamental e de duzentos no ensino pré-escolar. O município adota desde 2005 o segmento de nove anos para o ensino fundamental.

Foi solicitado por escrito à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia (SEMUECCT) a possibilidade de acesso, ou de cópia do atual Plano de Municipal de Educação (PME) a Secretaria nos atendeu oferecendo uma cópia do PME de 2003³⁴. Ao solicitarmos o PME atual, foi nos dito verbalmente que ele ainda encontrava-se em fase de desenvolvimento.

Foi realizada uma breve análise deste documento, apenas com o objetivo de saber o que a “gestão anterior” havia planejado para a questão da introdução da informática no município e a questão da formação de professores para o uso delas. No PME há apenas dois itens neste sentido, sendo eles:

- Na página 71, item 6 – *Educação à Distância e Tecnologias Educacionais* - que tem como objetivos e metas fornecer equipamentos de informática, antenas parabólicas digitais, câmeras de vídeo e acesso à Internet para as escolas públicas; capacitar em 5anos 100% dos professores e especialistas em

³³ www.ibge.gov.br

³⁴ A título de informação este plano pertence à gestão anterior que teve o mandato findado em 2004, por motivo da eleição municipal. Atualmente a cidade é governada por outro Prefeito e consequentemente o Secretário Municipal e toda equipe gestora, também é outra.

informática educacional; assegurar e estimular a formação à distância para jovens e adultos, formação em nível superior para os professores de educação básica e a educação continuada para os demais professores;

- Na página 76, item 7 – *Educação Tecnológica e Formação Profissional* - que tem como objetivos e metas implantar e ampliar no município a oferta de cursos técnicos de nível médio, treinamento e aperfeiçoamento de trabalhadores, inclusive utilizando-se dos recursos da educação a distância.

Não consta no PME nenhuma referência de como é pretendido a implantação destes recursos no município³⁵.

A gestão que permaneceu no município até 2004, realizou uma licitação pública para contratar uma empresa que realizasse esse serviço. A empresa ganhadora ficou responsável por:

- equipar as vinte e duas escolas de educação básica com vinte microcomputadores no laboratório de informática e mais um para atender as demandas das secretarias das escolas, todos com acesso à Internet com banda larga e pela manutenção dos mesmos;
- contratar os professores facilitadores que ministrariam aulas para as crianças de informática e inglês;
- Adquirir vinte *note book* e vinte *data show* para serem utilizados nas aulas de inglês e
- Formar e capacitar os gestores e professores da rede;

Após três anos de trabalho, todo o equipamento adquirido passa a ser inserido no material de patrimônio das escola. A verba para pagamento dos serviços prestados pela empresa durante todo este período de contratação é oriunda do FUNDEF³⁶, agora do FUNDEB. O valor pago para a empresa é, especulativamente falado no município, de ser algo em torno de R\$ 70,00 mensais por aluno matriculado na educação básica da rede, que hoje, é de aproximadamente

³⁵ As informações adquiridas e aqui expressas têm como fonte conversas diretas com o Diretor e com os professores da escola pesquisada.

³⁶ Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (atual FUNDEB)

15.000 alunos. Mais adiante, será retratado com mais detalhes a prestação deste serviço.

A escola foi criada por Decreto Municipal em julho de 1998 e, como muitas outras escolas, recebeu o nome de uma personagem histórica. A unidade escolar atende a cerca de oitocentos alunos funcionando com classes de educação infantil e ensino fundamental ciclo I em três períodos, a saber:

- Matutino: 7h às 11h;
- Intermediário: 11h às 15h;
- Vespertino: 15h às 19h.

A escolha da escola foi feita pelo resultado obtido na Prova Brasil de 2005 (**Figura 1**), a qual se destacou dentro do município. Os seus objetos de avaliação são os conteúdos de Língua Portuguesa (com foco em leitura) e de Matemática, com questões elaboradas a partir do que está previsto para as séries avaliadas nos currículos de todas as unidades da Federação e, ainda, nas recomendações dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Para um melhor entendimento deste resultado, reforçamos que a prova é organizada em uma escala (por ordem de acerto) que vai de acertos inferiores a 125 até 500. O município, por sua vez, teve um total de 3.340 alunos da 4ª série que participaram da prova e como resultado ficaram em um nível **menor** que cento e cinquenta (> 150). Isto significa, nos critérios gerais de avaliação das habilidades dos alunos em Língua Portuguesa, eles não têm condições de realizarem as habilidades de localização de informações explícitas em vários tipos de textos; de inferirem informações também explícitas; identificarem o tema, o conflito e as marcas lingüísticas ou interpretarem textos em materiais gráficos diversos. Com esta média, estão longe, ainda, de conseguirem interpretar uma tabela a partir da comparação entre informações ou de identificarem o efeito de

humor provocado por ambigüidade de sentido de palavra ou expressão em textos com linguagem verbal e não-verbal e em narrativas humorísticas.

Os mesmos 3.340 alunos realizaram a prova de Matemática. O resultado da prova de Matemática segue os mesmos princípios da prova de Português. A média geral do município ficou em um nível **menor** que duzentos (> 200). Neste nível, os alunos têm a capacidade de estabelecerem relações entre medidas de tempo (horas, dias, semanas) e efetuarem cálculos utilizando as operações a partir delas; lerem horas em relógios de ponteiros, em situação simples; efetuarem multiplicações com números de dois algarismos ou divisões exatas por números de um algarismo. Mas estão longe, ainda, de resolverem problemas reconhecendo um quadrado fora da posição usual ou de identificarem os elementos de figuras tridimensionais ou de calcularem divisão com divisor de duas ordens.

A média da 4ª série da escola na prova de português foi 209, 42, portanto, ela está em uma escala ($200 < 225$) e em matemática a média da 4ª série da escola foi 211, 89, portanto ela está em uma escala ($200 < 225$), resultado este que a coloca acima da média do município (**Figura 2**).

Para o desenvolvimento da pesquisa e das ações, tomamos em mãos o projeto político pedagógico (PPP) da escola e, a partir dele, destacamos alguns itens para análise e estudo, além de uma concomitante observação das atividades desenvolvidas na escola, entre eles a formação dos professores para o uso da TIC, tendo sempre como base as dimensões anteriormente citadas.

Além das observações realizadas na escola, foi necessário realizar um questionário com o professor da 4ª série e o professor facilitador de informática, como também a análise e leitura do material de apoio para a formação dos professores para o uso da TIC. Vale ressaltar que, há aproximadamente três anos

quem realizou o processo de informatização das escolas e o trabalho de formação de professores é a empresa contratada pelo município. Para isto, o município utiliza os recursos oriundos do FUNDEB, conforme nos informou o diretor da unidade escolar.

Como a leitura e a análise do PPP da escola não nos satisfiz em termos de pistas para os resultados positivos obtidos pela escola na prova Brasil, fez-se, então, necessário “conversar” com os responsáveis diretos pelo seu desenvolvimento: o professor de classe e o professor facilitador de informática. Por isto é importante? Porque muitas vezes o que é escrito no PPP de uma escola, não conta as ações que levam ao desenvolvimento dos planejamentos escolares. Assim como SCHLÜNZEN, E.T. (2000, in ALMEIDA, p.189, 2006), nós acreditamos que o computador consegue resgatar uma forma de aprender e um novo interesse pela escola e, para que o processo de formação tenha êxito, ele deve ser permanente e o trabalho realizado a ser desenvolvido com os alunos, não deve estar centrado em uma única pessoa, no caso o professor facilitador, pois caso haja alguma perda repentina deste profissional, este trabalho corre o risco de parar (SCHLÜNZEN, 2000 in ALMEIDA, p. 189, 2006). Portanto, esta atividade deve ser compartilhada com o professor da classe, o qual poderá e deverá substituí-lo, dando prosseguimento ao trabalho com os alunos. Iremos então atrás deste processo de formação e do trabalho que se tem realizado na escola.

3.2.1 Descrição do espaço físico e ambiente educativo

A escola atende os seus quase oitocentos alunos em nove salas de aulas, as quais compõem vinte e sete classes ao longo dos três períodos acima citados. Todas as salas de aula possuem um ventilador de teto, são bem arejadas e possuem balcões abaixo das janelas onde são guardados materiais utilizados pelos

professores nas aulas como: vários tipos de papéis, tintas, lápis coloridos, entre outros. A escola possui uma secretaria, uma sala de informática, uma sala de multimeios (onde encontramos guardados os materiais didáticos pedagógicos, televisão, dvd, karaokê, livros, entre outros) que funciona como um depósito de livros didáticos e poucos exemplares para didáticos. Este espaço sem cadeiras ou mesas é chamado por todos na escola de biblioteca. Há uma boa e organizada cozinha, um bom espaço de refeitório, bons banheiros para alunos e professores, uma pequena sala de professores, um pequeno pátio coberto, um pequeno espaço que é considerado quadra da escola, um playground e um almoxarifado.

Os recursos físicos e materiais didático-pedagógicos disponíveis na escola estão à disposição ou alocados em determinados espaços físicos. Podemos dizer que a escola é muito bem organizada fisicamente e possui uma boa quantidade de materiais de suporte técnico, administrativo e pedagógico.

3.2.1.1 Descrição do laboratório de informática

Este espaço está equipado com:

- Vinte micros computadores com todos os periféricos;
- Um scanner;
- Três impressoras matriciais;
- Um servidor com acesso à Internet por banda larga;

Não há neste espaço nada que o diferencie de outros espaços criados para o mesmo objetivo, como os existentes nas escolas do estado de São Paulo, ou seja, é um espaço adaptado para este fim. A diferença talvez esteja basicamente na quantidade de computadores, que é o dobro da que encontramos nas escolas estaduais e o acesso a este espaço que é algo permanente, pois como dito anteriormente, todos os alunos da escola têm uma aula semanal neste espaço.

3.2.2 Ensino e aprendizagem da leitura e da escrita

Estes são os objetivos iniciais da escola: ler e escrever. Para isto acontecer é necessário que haja um bom planejamento por parte dos professores, principalmente, e da escola, a qual deverá assegurar as condições mínimas necessárias tanto para os professores ensinarem, quanto para os alunos aprenderem. Sugere-se que esses conjuntos de ações e de conteúdos a serem ensinados e aprendidos estejam organizados em um documento que, entre outras coisas, expresse a organização física, administrativa e pedagogia escolar.

O produto do processo de planejamento das unidades escolares recebe variadas denominações, como: projeto político pedagógico, projeto pedagógico, projeto educativo, projeto da escola, plano escolar, plano curricular entre outros, mas todos se referem ao mesmo objeto que é um documento que propõe uma direção política e pedagógica para o trabalho escolar, formula metas, prevê as ações, institui procedimentos e instrumentos de ação (LIBÂNEO, p. 345, 2005). Toda organização precisa de um plano de trabalho, assim fica mais fácil e mais organizada as atribuições e responsabilidades de cada membro ou setor da escola. Para LIBÂNEO (2005), o projeto pedagógico deve ser considerado "inconcluso", pois a vida escolar é marcada pela interação entre pessoas, por uma variável de intenções e pela desigualdade de pensamento. Por isso mesmo, ele deve ser construído e reconstruído diariamente e o planejamento disciplinar deve ser flexível, com práticas e ações negociadas.

3.2.2.1 Matriz Curricular do Ensino Fundamental

Os currículos para a educação básica, segundo a LDB, devem contemplar duas bases: uma Nacional comum e uma diversificada,

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

A matriz curricular da escola refere-se ao ensino fundamental ciclo I com um módulo de quarenta horas semanais e está de acordo com Lei Federal 9394/96 e com o Decreto Municipal nº 051 de 02/07/1999. (**anexo 1**)

O chamado currículo, cujo significado advém da palavra latina *currere*, refere-se à carreira e a um percurso que deve ser realizado (SACRISTÁN, p.125, 2000) e este documento pode ser definido como o conjunto de disciplinas oferecidas a cada série mais o número de horas aulas de cada uma delas por semana. Encontramos na matriz curricular da escola em estudo, um ponto positivo que é a contemplação na parte diversificada de uma aula semanal de informática. Isto indica avanço na questão da gestão pedagógica, pois não é comum encontramos este tipo de proposta nas matrizes curriculares das escolas públicas, principalmente nas de ensino fundamental I, isto é mais freqüente em escolas particulares.

O complemento desta matriz curricular, em relação ao desenvolvimento de conteúdos, de habilidades e de competências deve ser descrito nos planos de curso, nos projetos e em outras atividades previstas nos planejamentos dos professores. Para entendermos como a escola desenvolve suas ações de ensino-aprendizagem da leitura e da escrita, principalmente, precisamos checar então como estão organizados o:

3.2.2.2 Plano de curso do Ensino Fundamental I (EF I)

A LDB diz o seguinte em relação ao ensino fundamental:

Seção III
Do Ensino Fundamental

Art. 32. O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

O plano de curso da escola (**anexo 2**) é quase que uma cópia fiel da transcrição acima da LDB, pois isto é uma prática muito comum na educação, ou seja, apenas transcrever o que a lei recomenda, entretanto, o mais importante é complementar estas orientações de acordo com a realidade de cada escola. Por isso, os Planos de Curso, componentes do Projeto Político-Pedagógico de Gestão Escolar, devem objetivar garantir a organicidade e continuidade dos cursos oferecidos e devem conter:

- Objetivos dos cursos;
- Integração e seqüência dos componentes curriculares;
- Síntese dos conteúdos programáticos, como subsídio à elaboração dos planos de ensino;
- Carga horária mínima dos cursos e seus componentes curriculares;
- Procedimentos de acompanhamento e avaliação.

O currículo é um documento importante para escola, pois é nele que contêm (ou deve conter) os conteúdos e as ações, e os objetivos a serem desenvolvidos e alcançados ao longo do ano pela escola. A organização do currículo das escolas é representada pelo conjunto de disciplinas para cada série. Este modelo de documento é para o mundo globalizado de hoje uma forma de organização fragmentada e ultrapassada, mas de uso arraigado nos sistemas de ensino. Mas, há uma forte tendência, principalmente com relação ao ensino médio que em poucos anos os planos de cursos não sejam mais disciplinar, mas sim por áreas de conhecimento, exemplo disso são os PCNs deste nível de ensino.

3.2.2.3 Plano de curso da 4ª do EF I

Os conteúdos, as ações e as avaliações contidas no planejamento de curso (**anexo 3**) de uma determinada série, dependem da intencionalidade presente nas ações dos gestores e professores. O plano de ensino de uma determinada série deve ser o desdobramento do projeto político da escola, ou seja, a projeção dos objetivos, das orientações e das diretrizes operacionais previstas nele. Supõe-se, portanto, estreita relação entre o projeto pedagógico e a proposta curricular, a fim de promover um entrecruzamento dos objetivos e das estratégias para o ensino (LIBÂNEO, p. 346, 2005).

Este plano deve ser proposto para que os objetivos de ensino-aprendizagem para esta série sejam alcançados, principalmente no que diz respeito aos conteúdos, pois sem conteúdo não há ensino e, conseqüentemente, não há aprendizagem. É importante ressaltar que o plano de ensino (ou curso) para ser eficiente não tem que, necessariamente, ser elaborado com objetivos tão abrangentes, ou primar pelo resgate de valores, normas e atitudes se as propostas de ações não concatenar com eles. Explicando melhor. Este plano de curso reflete a prática cultural, se não de todos, mas de uma boa parte de nós e das instituições de ensino, que aprendemos, talvez equivocadamente, que sempre que pensamos em objetivo, esta palavra deveria estar sempre associada a um verbo no infinitivo, que é o que PERRENOUD (p. 36, 1999) define como competência transversal, ou seja,

para escrever os objetivos dos programas escolares, criamos uma lista enorme, para não dizer inesgotável de ações humanas que dependem exclusivamente do agir e da técnica: escrever, ler, observar, comparar, calcular, antecipar, julgar, analisar, avaliar, decidir, comunicar, informar, argumentar, convencer, negociar, imaginar, entender, etc.

E muitas vezes esvaziadas de sentido e independente de seu conteúdo e contexto, como é o exemplo que podemos ver e encontrar no PPP da

escola em algum dos itens dos objetivos gerais assim descritos: *estabelecer vínculos com os adultos, representar e evocar aspectos diversos da realidade..., compreender a cidadania com participação social política...* De uma forma geral, os objetivos nele propostos são gerais para todas as séries do ensino fundamental, ou seja, não há uma divisão por séries, quando na verdade a divisão seriada na escola contempla faixas etárias distintas e, portanto, acredita-se que há níveis de aprendizagens também distintos, quando na realidade os objetivos até podem ser gerais e abranger os alunos da primeira à quarta série, mas acreditamos que seriam mais eficazes se cada ano complementasse a série anterior. Isso sim seria um conjunto de habilidades e competências globalmente atingidas ao final do curso. Da forma colocada no plano, a impressão que se tem é que todos os objetivos propostos deverão ser alcançados ao final do ano letivo, que na verdade resume-se em oito meses de aulas.

No PPP há muitas palavras no infinitivo, desagregadas de um complemento que indique que ação será realizada, ou seja, ao sugerir a *análise* de alguma coisa é importante destacar, principalmente para os alunos, o porquê dela, ou ao sugerir *compreender a cidadania* é necessário que o professor tenha conhecimento de técnicas e ou habilidades de organização de trabalhos práticos e teóricos que possam levar o aluno a trilhar caminhos que irão contemplar os objetivos esperados e que serão traduzidos em aprendizagem. Somente ações mais complexas e compartilhadas podem levar a este fim. Estes objetivos propostos devem servir para que a escola prepare o aluno para situações ambíguas e de decisão. É o que PERRENOUD (1999) reforça ao dizer que, não basta sugerir que o aluno aprenda calcular, é preciso que ele aprenda a calcular para elaborar um

orçamento, por exemplo. Mas, para isto o professor tem que ser capaz de realizar o que ele chama de transposição didática, pois

Na vida, com efeito, argumenta-se não só para defender causas nobres, para fazer ouvir o direito ou a razão, mas também para influenciar os outros para fins menos nobres, para ganhar uma decisão, para fazer calar um adversário, para desculpar-se, para escapar de uma sanção, para ocultar um engano, para pedir um favor, para brilhar na sociedade, para deixar o outro em dificuldade, para vencer uma eleição, para ser contratado, para obter uma autorização, para barganhar ou vender, para ganhar tempo. (IBID, p. 39, 1999)

Definitivamente, os objetivos propostos para o ciclo somente poderão ser alcançados se juntados aos conteúdos das séries. No caso desta série (4^a), as propostas contidas em seu planejamento, da forma como estão escritas, deixa-nos muitas dúvidas e não elucidada como são realizadas na prática.

3.2.2.4 Organização do currículo da 4^a do EF I

A elaboração de um currículo deve contemplar primeiro, os conteúdos mínimos a serem trabalhados em uma série e por disciplina, não necessariamente nesta ordem. Ele é e deve ser o desdobramento do projeto-político pedagógico da escola. Segundo sugere LIBÂNEO (2005), ele geralmente deve ser elaborado a partir de três níveis, os quais servem para fazer a distinção entre esses vários níveis de currículo, os quais têm o objetivo de mostrar que aquilo que os alunos aprendem na escola ou deixam de aprender depende de muitos fatores, e não apenas das disciplinas previstas na grade curricular. São eles:

O currículo formal ou oficial é aquele estabelecido pelos sistemas de ensino, expresso em diretrizes curriculares, nos objetivos e nos conteúdos das áreas ou disciplinas de estudo. Podemos citar como exemplo os Parâmetros Curriculares Nacionais e as propostas curriculares dos estados e dos municípios;

O currículo real é aquele que, de fato, acontece na sala de aula, em decorrência de um projeto pedagógico e dos planos de ensino. É tanto o que sai das idéias e da prática dos professores, da percepção e do uso que eles fazem do currículo formal, como o que fica na percepção dos alunos (...)

O currículo oculto refere-se àquelas influências que afetam a aprendizagem dos alunos e o trabalho dos professores e são provenientes

da experiência cultural, dos valores e dos significados trazidos de seu meio social de origem e vivenciados no ambiente escolar — ou seja, das práticas e das experiências compartilhadas na escola e na sala de aula. É chamado de oculto porque não se manifesta claramente, não é prescrito, não aparece no planejamento, embora constitua importante fator de aprendizagem, (p. 363)

Ao elaborarmos uma proposta de currículo, ele pode vir a ser organizado e desenvolvido com base em projetos temáticos. Para tanto, é necessário que os conteúdos mínimos a serem aprendidos por cada série estejam vinculados à ele. Para que isto aconteça é necessário que algumas ações sejam previstas e aconteçam. Entre elas é importante destacar que tipo de materiais didático-pedagógicos será utilizado para o desenvolvimento das ações e qual será o papel específico de cada disciplina. A questão da interdisciplinaridade é fundamental para o desenvolvimento de trabalho por projetos, pois não é possível pensar em uma metodologia de trabalho como esta e apenas um professor do segmento curricular fazê-lo.

Segundo a elaboração escrita do PPP da escola, os trabalhos desta série estão planejados para serem desenvolvidos sob a forma de projetos (**anexo 4**). Destacamos, para tanto, a 4ª série e a respectiva proposta de desenvolvimento de projeto Jornal e a observação em que os proponentes colocam a possível utilização do laboratório de informática como um instrumento para o seu desenvolvimento. Aliás, vale a pena ressaltar que é a única referência proposta neste sentido. Esta observação é válida, uma vez que o desenvolvimento desta estratégia-prática pode ajudar a transformar e a definir consciente e criticamente as estratégias de atuação mediadas por meios de comunicação e ambientes tecnológicos.

3.2.2.5 Projetos proposto para a 4ª série do EF I

Na chamada sociedade do conhecimento e da aprendizagem, as oportunidades de acesso e permanência oferecidas aos alunos da rede pública, têm ficado nas mãos da vontade e do entendimento político e da forma como estes gestores têm consolidado as propostas para a educação em cada Estado, em cada Município, em cada escola e em cada sala de aula. É exatamente dentro da sala de aula que a educação acontece de fato, pois é dentro dela que o professor, junto com seus alunos, desenvolve o processo de ensinar e aprender. Para que o ensino aconteça e a aprendizagem também, é importante que cada professor, responsável por cada disciplina, elabore um planejamento de os conteúdos serão ensinados e como ele fará para que os alunos aprendam, atingindo os objetivos previamente estabelecidos. Quando a proposta é de trabalhar estes conteúdos contextualizando-os em situações reais, a aprendizagem toma outro significado. Não se pensa o ensino desconectado de um contexto (RIOS, p. 55, 2005) e para que isto seja possível, há várias formas de se contextualizar os diversos conteúdos a serem ensinados aos alunos ao longo do ano. Esse processo pode ser muito bem desenvolvido, quando se faz a opção de trabalhá-los sob a forma de projetos. Os professores da série em questão fizeram um planejamento de desenvolver ao longo do ano letivo dois projetos, sendo: um o projeto jornal, com o objetivo de trabalhar “aspectos” relacionados a um jornal e com foco no desenvolvimento da leitura e da escrita no processo de ensino-aprendizagem, e outro projeto com o objetivo relacionado à pesquisa de opinião da comunidade com relação às eleições. **(anexo 5 e 6)**

Para entendermos como é realizado e desenvolvido estes projetos e atividades inerentes a eles, realizamos um questionário com o professor da quarta

série e um com o professor facilitador das aulas de informática, os seguem abaixo relatados.

3.2.2.6 O perfil e o trabalho realizado pelo professor da classe

Para entendermos como é realizado e desenvolvido estes projetos, realizamos um questionário com a professora da quarta série (**anexo 7**), onde ela nos conta como pensa, planeja e realiza suas aulas, utilizando os recursos disponíveis na sala de informática em aulas semanais.

Esta professora tem uma experiência de 23 anos de magistério e possui formação superior em Letras. Como muitos ela foi levada a utilizar os recursos do computador por necessidades inerentes a realização de planejamentos, ou para digitar provas. A partir daí surgiu a necessidade pessoal de ter seu próprio equipamento.

Dos cinco módulos de formação oferecidos pela empresa aos professores, ela participou apenas dos dois primeiros, que foram o de conhecimento básico de *Windows* e de *word*. Com relação a formação que é oferecida aos professores pela empresa, ela auxilia parcialmente no trabalho dos professores com os seus alunos, pois segundo ela, *sem domínio da máquina e dos principais recursos* ele não pode orientar seus alunos.

Com relação a aprendizagem e o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita de seus alunos, as atividades desenvolvidas em conjunto com o professor facilitador, tem colaborado para o resultado positivo alcançado na Prova Brasil, pois as atividades escolhidas pelo professor da classe é um *fator determinante para isto*, na utilização deste ambiente. Nada impede que o professor utilize este espaço de forma mais lúdica, porém ao utilizá-lo para a pesquisa e a

produção, o resultado é outro, principalmente com a ajuda do professor facilitador, que é quem na verdade domina a parte técnica.

As suas aulas são planejadas e passadas ao professor facilitador com antecedência, mas ela faz questão de reforçar que, ela também ministra as aulas na informática e defende a importância do professor de classe acompanhar a evolução da aula, pois as aulas são de apenas 50 minutos semanais e são necessárias várias aulas para que o trabalho seja concluído.

É no horário das aulas de informática que os alunos confeccionam o jornal. As ações deste projeto iniciam-se na sala de aula, onde os alunos manuseiam e lêem vários tipos diferentes de jornais. Posteriormente eles passam a identificar as partes dele, os chamados cadernos. Nesta exploração ela aproveita para analisar algumas notícias que são destaques e depois eles passam a analisar os elementos da notícia, manchete, *lead*, legenda, etc. Após esta fase os alunos produzem a sua própria notícia, a qual posteriormente será digitada na sala de informática e então, os alunos, confeccionarão o seu próprio jornal.

A professora acredita que ao utilizarem os recursos diferenciados do laboratório de informática, os alunos desenvolvem melhor suas habilidades de leitura e de escrita, pois *as aulas de informática despertam o interesse do aluno e fazem com que se envolvam nas atividades e aprendam com mais prazer*. As notícias não são apenas lidas, elas são comentadas e discutidas e este processo, provavelmente, os tornem *mais críticos e atuantes perante a sociedade*.

O fato de ter um professor que auxilie as aulas na informática é algo muito importante para que este processo aconteça, pois a professora reforça que, caso a empresa saísse do município, mas o laboratório permanecesse montado e os professores das classes tivessem que assumir este trabalho, *alguns professores*

ainda o utilizariam, mas com dificuldade, pois teriam que desempenhar o papel do facilitador, o que é muito difícil. Porém, outros deixariam de utilizá-lo e o trabalho morreria. Se os professores fossem independentes, não necessitariam de um facilitador, por outro lado independente da presença da empresa, há a resistência de alguns profissionais que não fazem questão de aprender ou assumir este trabalho. É mais cômodo ter alguém que faça por eles.

O resultado desta parceria é o jornal confeccionado pelos alunos, tendo para isto o auxílio em conjunto da professora de classe e do professor facilitador (**anexo 8**).

3.2.2.7 O perfil e o trabalho realizado pelo professor facilitador de informática da classe

Por outro lado, o professor facilitador relatou a sua parceria com a professora da classe e como, em conjunto, desenvolvem esse projeto (**anexo 9**).

Este professor é um jovem que tem uma experiência na área de educação de aproximadamente 4 anos, representada pelo trabalho que efetua como facilitador de informática. É estudante de Sistemas de informação, o qual teve seu contado com os computadores desde os seis anos de idade, por causa do pai que lidava com isto.

O seu trabalho consiste exatamente em utilizar os recursos do laboratório de informática para desenvolver as atividades, sugeridas pelos professores, junto aos alunos. Estas atividades estão voltadas basicamente para o uso dos recursos do pacote *Office* além de alguns programas gratuitos e da internet.

Com relação ao trabalho realizado em conjunto com a professora da 4ª série, é ela quem faz o trabalho acontecer, *pois quase todos os trabalhos são*

idealizados e desenvolvidos por ela no laboratório. A sua função se limita a ajudar os alunos na digitação das notícias, auxiliando-os a pontuar e a digitar corretamente os textos. Antes de digitar, o aluno escolhe a notícia e a apresenta para a professora da classe. Após ser aprovado por ela, eles passam a realizar a digitação da matéria. Depois de digitado a professora lê a matéria novamente e realiza as devidas correções. Como o jornal é realizado em conjunto pela classe, o professor facilitador, posteriormente as reúne e monta o jornal.

Assim como a professora da classe, ele também acredita que este trabalho colabora para que os alunos aprendam mais, pois eles lêem e escrevem com mais frequência e isto é estimulado pelo uso do computador. Mesmo quando o trabalho não é realizado com foco em um projeto, *os professores das outras classes cobram trabalhos e realizam perguntas sobre todos os textos lidos no laboratório.* Este facilitador acredita que o fato dos alunos terem aulas semanais de informática desde que entraram na escola, colabora para que sejam mais independentes nas atividades desenvolvidas no laboratório e pelo fato serem jovens e destemidos tem um aprendizado mais rápido, ou seja, basta dar uma informação e ela é prontamente assimilada.

Para ele o fato de não ter uma formação pedagógica, não o impede de ter uma boa didática com os alunos de todas as séries e de todas as faixas etárias, pois segundo ele muitos professores que são formados em pedagogia não possuem o entendimento que ele tem de educação, mesmo estando atuando há apenas quatro anos na educação. Para ele o ser "*pedagógico*" está dentro do sujeito.

Mesmo com todos os esforços que a empresa faz para formar os professores para o uso desta tecnologia, *ainda falta uma compreensão por parte dos*

professores de que a informática não será uma coisa a mais para eles no futuro, falta eles entenderem que a informática não é futuro e sim presente, então ou eles se atualizam nesse quesito, ou ficaram para trás.

Por conta desta não compreensão da importância deste recurso para o desenvolvimento da aprendizagem e das dificuldades que eles têm de mexer com o computador é que há pouco envolvimento por parte dos professores com os trabalhos realizados nas aulas de informática. Por isso que, assim como a professora da classe, ele também acredita que com a saída da empresa, *a falta de manutenção e de gente especializada, poucos usariam por algum tempo, depois os laboratórios acabariam ficando ao léu.*

3.2.3 Gestão, formação e perfil dos profissionais da escola

Os profissionais da educação para atuarem nesta rede municipal como diretor, vice ou coordenador pedagógico necessitam possuir formação superior em Pedagogia.

A escola possui um grupo docente de trinta e cinco professores, porém somente vinte e sete trabalham no ensino fundamental ciclo I, mas todos os professores da escola possuem formação superior e alguns com pós-graduação. Além deles, a escola conta com uma secretária, uma escriturária, inspetores de alunos e ADE³⁷, que são responsáveis pela limpeza, pela organização e pela alimentação.

Segundo a legislação vigente (Lei n° 9394/96), o âmbito da formação docente devem ser as universidades e os institutos superiores de educação (ISEs) que mantêm os cursos de formação de professores de educação básica, curso normal superior, além de programas de formação pedagógica para diplomados em

³⁷Agente de desenvolvimento escolar

nível superior, de educação continuada para profissionais da educação dos diversos níveis e de cursos de pós-graduação. Com a reforma educacional, a escola, local de trabalho docente, assume também a função de formação docente.

É importante nesta questão de formação docente, inicial ou continuada, sabermos o perfil dos professores da escola e a opinião deles sobre os cursos que lhes é oferecido pela empresa. Neste sentido foi necessário realizar uma pesquisa com os professores da escola e o que podemos observar foi o que relataremos a seguir (**anexo 10**).

Nesta escola atuam 21 professores e 92,3% deles possuem formação em curso superior, contra os 69,1% dos professores do Município, 72,6% do Estado e 57% da União³⁸.

Dentre esses vinte e um docentes da escola, dezessete foram entrevistados, para podermos conhecer mais e melhor o seu perfil. Dos dezessete docentes, apenas três trabalham em outra rede de ensino, mas todos têm experiência com alunos desde a série inicial (6 anos) até a 4ª série (10 anos) e alguns realizaram curso de pós-graduação.

O conhecimento deles em informática (*Word, Excel, Power point e Intenet*) é definido como básico, mas apenas doze adquiriram esse conhecimento nos cursos oferecidos pela empresa. Todos possuem computador em casa com acesso a internet e um dado interessante é que apenas 60% deles acessam a internet para navegar em casa, 23% acessam no trabalho e os outros 17% acessam em outros lugares. Um outro dado interessante é que 77% destes professores utilizam a internet doméstica para enviar e receber e-mail. Enquanto 11% deles fazem isto a partir de seu local de trabalho e os outros 12% acessam de outro lugar.

³⁸ Dados contidos na Figura 1 – dados da escola

Quanto a questão da qualidade dos cursos oferecidos pela empresa é regular para 53%, bom ou excelente para 23,5% deles e 35% consideram o material de apoio regular, enquanto 65% considera bom, ninguém o considerou ruim ou excelente.

Segundo este grupo de professores, no decorrer dos cursos o enfoque de informática educacional ou pedagógica feita pelo cursista, praticamente inexistiu para 41% deles, para 23% foram poucas vezes e para 6% algumas vezes. Já para 17% isto ocorreu muitas vezes e para os outros 13% isto ocorreu muitas vezes.

3.2.3.1 O papel do gestor, sua visão e a utilização das TIC na educação

A tendência atual das administrações públicas principalmente é caminhar para a descentralização das ações, principalmente as que se referem às escolas. Este é um fato que vem fazendo muita diferença nas tomadas de decisões, pois o Diretor ou gestor da escola não toma as decisões sozinho. As decisões tanto de utilização de recursos, quanto da elaboração do PPP tem tomado uma característica de ação compartilhada. Compartilhada com quem? Com os professores, com os outros integrantes do grupo escola, com os alunos e com a APM.

A utilização da verba disponível nesta escola somente é utilizada após o Diretor consultar os professores, o grupo escolar, o Conselho escolar e a APM. A decisão na hora de adquirir bens é realizada com prioridade para: materiais pedagógicos, materiais escolares e manutenção do prédio. Esta ordem somente é alterada ou descartada se houver outra que supere a primeira. *Após o dinheiro ser gasto, realizamos novamente outras reuniões com os mesmos grupos para*

apresentar o material adquirido e a prestação das contas. Com uma experiência de 38 anos na educação, esta diretora considera a atual gestão municipal democrática e participativa, pois ela possui liberdade para utilizar os recursos que vão para a escola e tem plena autonomia para gastá-lo (**anexo 11**).

A questão do ensino-aprendizagem na escola ter um caráter de qualidade é atribuída ao excelente grupo de professores, os quais possuem formação superior e alguns com pós-graduação, são extremamente preparados para alfabetizar as crianças dos anos iniciais e levá-los a ser também letrados nas séries finais, principalmente pelo trabalho desenvolvido pelos professores das 4ª séries. *Este grupo esta sempre se atualizando, são comprometidos com o ensino, envolvem-se com todas as atividades e projetos da escola.*

Mesmo com todos estes atributos, há ainda o que melhorar, pois a escola possui muitos materiais didático-pedagógicos, os quais estão sempre à disposição para uso, porém estes materiais ainda ficam limitados ao planejamento e poucos são os professores que lançam mão deles para realizarem atividades diferenciadas com os alunos. A escola não possui salas ambientes, portanto estes materiais estão à disposição na mesma sala onde fica a biblioteca. O seu uso somente é permitido para desenvolver as ações previstas nos planejamentos. Assim a intenção da diretora é evitar o uso indevido de jogos, televisão, DVD ou vídeo e que o professor não “*enrole as aulas*”.

Como gestor de uma escola que possui laboratório de informática, ela avalia como sendo de extrema importância o fato da empresa contratada realizar a manutenção periódica dos computadores, pois segundo ela *a secretaria por si só não teria como mantê-los, não há pessoal para isso.* Se a empresa saísse repentinamente do município seria um caos para as escolas, *pois os equipamentos*

já estão velhos e ficariam sem manutenção. Isso sem deixar de salientar que, de acordo com a formação oferecida, os professores não estariam preparados para assumir a função do facilitador e estes por sua vez também iriam embora.

Segundo ela a formação tem apenas caráter técnico, deixando a desejar, pois eles ensinam Word e Excel, e mesmo assim muitos ainda não sabem utilizar, pois cada módulo tem no máximo 30 horas e eu não vejo nenhum projeto pedagógico sendo desenvolvido, além dos das 4ª séries. Resumidamente não há preparo pedagógico do professor para isto, fato de serem os professores facilitadores que capacitam os professores e, mesmo com todas as qualidades, lhes faltam a formação pedagógica e a formação dos professores é feita por esses facilitadores, portanto a formação que eles recebem deixa a desejar no quesito pedagógico, o que ao meu ver não os leva a desenvolverem atividades com os alunos no laboratório.

Para que este projeto implantado no município fosse um sucesso, a secretaria deveria assumir a direção das ações, fazer avaliações periódicas delas, contratar professores habilitados para serem os facilitadores para trabalharem junto aos professores e modificar a estrutura e os conteúdos da formação oferecida aos professores, pois são poucos, pouquíssimos os professores que assumem as tarefas no laboratório, a maioria das vezes é só o facilitador que trabalha com as crianças.

E o grande problema é que a secretaria deixou todo o processo na mão da empresa, sem um acompanhamento das atividades.

3.2.3.2 A introdução das TIC no município, o papel da empresa e a formação dos professores.

Ousar na implantação de laboratórios ou salas de informática não deve ser resumido ao ato de compra computadores, impressoras e outros periféricos. Qualquer instância pública ou privada que decidir investir neste caminho das TIC na educação deve ter ao menos um plano para formar ou preparar as pessoas para o uso racional destes equipamentos e ter em mente que não é a tecnologia que vai resolver ou solucionar o problema educacional brasileiro. Poderá colaborar, no entanto, se for usada adequadamente, para o desenvolvimento educacional dos estudantes (MASETTO, p.139, 2001).

O desenvolvimento intelectual ou técnico do aluno é proporcional ao desenvolvimento intelectual e técnico do professor, ou seja, somente um professor que adquire novos conhecimentos é capaz de construir novos conhecimentos aos seus alunos. É importante que o professor (aprendiz) não aprenda apenas a técnica de lidar com o computador, por exemplo. Mas ao aprender a técnica de uso de softwares, planilhas, redatores de texto e navegadores da Internet, ele possa, ao menos, estar pensando e refletindo sobre sua realidade e ambiente profissional. Isto o ajudará a dar significado para as teorias e os conceitos que devem aprender e integrá-los ao seu mundo intelectual (IBID, p. 148).

Neste contexto tentamos obter informações sobre o perfil e a formação profissional dos profissionais que realizam a formação dos professores neste processo. Somente obtivemos êxito de maneira informal, ou seja, através de conversa com estes chamados facilitadores. Sabemos então, que todos que dão formação aos professores são, em sua grande maioria, estudantes e muitos não possuem formação em nível superior, ou seja, possuem apenas o conhecimento técnico de informática.

Desde a implantação dos laboratórios de informática no município (2003), foram oferecidos aos gestores e professores, cinco módulos de curso (pacote *Office*) e cada um deles com uma carga horária de 30 horas (**anexo 12**). Os locais dos cursos são sempre os laboratórios das onze escolas.

Em 2006 a empresa ofereceu um curso de Internet (navegação, criação de contas de e-mail, sites de pesquisa, entre outros). Ao todo foram montadas vinte e seis turmas distribuídas para atenderem a quatrocentos e sessenta e seis (466) professores inscritos. Todos tiveram suas inscrições realizadas pela própria unidade escolar por meio de um site criado pela empresa para esta finalidade e todas as turmas foram compostas de dezoito (18) professores com exceção de duas turmas de terça-feira das 17h às 19h que tiveram dezenove (19) professores e quinze (15) professores, respectivamente. Quando as turmas iniciaram as atividades, o número de professores inscritos era de quatrocentos e quarenta e um (441). Esta diferença aconteceu por vários motivos, entre elas a desistência de alguns e pela duplicidade na inscrição. Este módulo foi desenvolvido em quinze (15) encontros organizados em duas horas por semana. Todos os professores da escola se inscreveram, bem como, o coordenador, o diretor e o seu vice.

Acompanhamos esta formação, sem intervir no processo. Em trinta horas de curso em nenhum momento foi dito aos professores ou sugerido à eles atividades de pesquisa, de busca ou outro tipo de atividade que os levassem a utilizar esse recurso com os alunos. Observamos também não haver preocupação por parte dos professores em questionar formas pedagógicas deste recurso por não serem eles que iriam trabalhar com os alunos no laboratório de informática e sim o professor facilitador. Poucos são os casos em que o professor de classe é o mediador. No caso desta escola e desta série estudada, o professor possui este

diferencial, como veremos mais adiante. A professora diz possuir pouco conhecimento, mas ela media as aulas junto com o facilitador e diz a ele o *que* e *como* o trabalho deve ser desenvolvido. Por sua vez, o professor facilitador orienta os alunos no uso técnico do computador, conhecimento que falta muitas vezes ao professor.

Ao oferecer um curso de preparação, capacitação, formação ou qualquer outra palavra atribuída ao processo de levar conhecimento ao professor sobre o uso dos computadores, é importante enfatizar o quão é necessário que o capacitador seja capaz de levar o aprendiz a certas reflexões no campo da pedagogia, pois métodos de planejamento para o ensino são pertinentes à profissão de professor e se este capacitador for alguém apenas com formação técnica, o ensino será técnico. É importante então que o capacitador reúna essas competências: a técnica e a pedagógica. Por que essas duas características são importantes? Para MASETTO (p. 170, 2001):

- Excepcionalmente para transmitir informações;
- Mais comumente para dialogar trocar experiências;
- Para debater dúvidas e lançar perguntas orientadoras;
- Para motivar o aprendiz e orientá-los nas carências técnicas ou científicas;
- Para propor desafios, reflexões e situações-problema;
- Para relacionar a aprendizagem com a realidade social e questões éticas;
- Para incentivar a crítica quanto à realidade e à qualidade de informações de que se dispõe;
- Para construir o conhecimento junto com o aprendiz tanto no sentido de dar um significado pessoal às informações que se adquirem, como no sentido de reorganizar um conteúdo produzindo conhecimento próprio;
- Para ajudar o aprendiz a comandar a máquina.

No caso deste processo de trabalho com o uso dos computadores, somente o uso técnico é utilizado na formação dos professores, pois não é oferecido nenhum desafio ou reflexão sobre nada.

A formação continuada para o uso pedagógico do computador inter-relaciona conhecimentos teórico-educacionais, conhecimentos e habilidades no domínio da tecnologia e atitudes que promovam o desenvolvimento da

prática reflexiva, da capacidade crítica, da compreensão de que cada indivíduo produz conhecimento, bem como a valorização do ser humano em multidimensionalidade (cognitiva, afetiva, histórico-social e ecológica) e a compreensão de que todos podem se tornar agentes de mudança. (ALMEIDA, p. 86, 2006)

Em nenhum momento a reflexão crítico reflexiva foi oferecida aos professores, apenas objetivou-se ensinar o professor a dominar a técnica de navegação.

No próximo capítulo relataremos e discutiremos os resultados das investigações realizadas, os aspectos positivos e negativos da terceirização no município, o papel do gestor desta escola, as contribuições do papel do professor da classe e do professor facilitador para desenvolverem nos alunos a habilidade de leitura e escrita com o uso das técnicas e dos métodos do computador.



CAPITULO 4 - Discutindo os resultados

4. 1 Retomando alguns conceitos

Gestão democrática e participativa, autonomia pedagógica e administrativa, participação dos professores e da comunidade na elaboração do PPP e nas tomadas de decisões, formação permanente, educação para cidadania. São alguns dos elementos responsáveis pela chamada qualidade na educação. Todos estes elementos têm que estar associados e concatenados em um plano de ensino, principalmente na esfera pública, seja ele municipal ou estadual.

A autonomia concedida aos municípios a partir da Constituição de 1988, outorga-lhes a responsabilidade de zelar e administrar a educação básica para que ela seja de qualidade, eficiente e igualitária. Esta responsabilidade aumentou a partir da LDB, quando colocou o ensino fundamental do ciclo I sob responsabilidade municipal. A base para uma vida de aprendizagem e estudos deve ser fortalecida justamente nesta fase educacional, pois são nestas primeiras séries que os alunos devem ser alfabetizados e adquirirem gosto e condições necessárias para se educarem para o resto da vida. Portanto, os professores dos alunos destes primeiros cinco anos de vida escolar são os grandes responsáveis por este trajeto. Por isso que é de suma importância que cada vez mais sejam feitos investimentos para sua valorização profissional e pessoal, desde a sua formação inicial até o final da sua carreira.

É fato que o aluno que ingressa no segundo ciclo do ensino fundamental com defasagem em sua alfabetização ou ainda analfabeto, terá dificuldades para avançar. Futuramente ele poderá perder o interesse pela escola e pelos estudos e a abandonará, ou o concluirá e irá para o mercado de trabalho sem qualificação nenhuma, sem saber ler ou escrever corretamente. Dificilmente os

professores do fundamental II e do ensino médio conseguirão alfabetizá-lo, pois estes professores, na sua grande maioria, não possuem formação específica para fazê-lo.

Por isso devemos acreditar, sempre, que a escola é e deverá ser sempre uma instituição de mediação entre o governo e a sociedade. Portanto, ela deve estabelecer um diálogo entre diferentes concepções e avançar na proposta de concepção organizacional, cultural e social mais adequada para o desenvolvimento humano (VIEIRA, p. 148, 2003). Para construirmos uma escola que estabeleça esta mediação e este diálogo é necessária a construção de ambientes, incluindo os informatizados, e que estejam abertos aos gestores, funcionários, professores, alunos e se possível à comunidade (pais e irmãos dos alunos). Segundo MORAN (p. 151, 2003), o incentivo do gestor para que os professores aprendam, aperfeiçoem e inovem constantemente é de fundamental importância para que a escola caminhe para o alavancar da sua qualidade no processo de ensino e aprendizagem.

Uma escola, porém, não pode ser construída somente com a boa vontade dos gestores e dos professores. É necessário que haja recursos financeiros para aquisição de equipamentos, manutenção e formação das pessoas, além de um planejamento que permita a utilização dos mesmos.

A chamada autonomia das gestões públicas de educação está diretamente relacionada e dependente da questão financeira. Esta autonomia financeira está garantida pelo Art. 15 da LDB que diz que

os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas e educação básica que os integram, progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Compete, então, aos órgãos públicos, principalmente as secretarias municipais de educação e as escolas jurisdicionadas à elas equacionar a aquisição de recursos, de materiais e a formação permanente de seus gestores e professores.

Estes investimentos devem estar contemplados dentro de um projeto, pelo menos local, para a educação que vá além da administração pública e que ele seja mais social e menos político. Se este município em questão nesta investigação possui um Plano para sua educação, infelizmente ele não nos foi apresentado. Consequentemente, não podemos saber se há uma linha política a ser seguida pelas escolas de sua jurisdição e quais projetos estão sugeridos para o alavancar da educação no município, principalmente na questão de formação permanente de seus professores. Infelizmente ainda é baixa a consciência política em relação à importância social dos professores no quadro do desenvolvimento do país e de seu enquadramento na conjuntura mundial (GATTTI, p. 07, 1996).

No trabalho de observar e estudar as três grandes dimensões da escola, que foram: o espaço físico e ambiente educativo, a gestão e a formação dos profissionais da escola e o processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita, podemos fazer as seguintes análises.

4.2. Quanto ao espaço físico e ao ambiente educativo

O gestor atual da escola reforma os espaços físicos e a comunidade escolar o mantém. Adquire equipamentos elétrico-eletrônicos, materiais pedagógicos e didáticos, livros, jogos e muitos outros materiais de qualidade. Eles são adquiridos através de verbas oriundas de projetos Federais de envio de dinheiro para a escola e de recursos levantados em atividades desenvolvidas pela escola, como a festa junina, por exemplo. O que gastar e com o quê gastar é decidido em reuniões

ordinárias e extraordinárias com os membros da APM³⁹, com os pais, com a comunidade extra-escolar e com os profissionais da escola. Todos decidem juntos o que deve ser adquirido, consertado ou reformado. Quando os recursos são gastos em materiais didáticos, por exemplo, eles estarão sempre à disposição dos professores para uso. Além disso, é possível encontrarmos nos armários presentes nas salas de aula todos os tipos de folhas e papéis, lápis colorido, giz de cera, caneta colorida e uma infinidade de materiais para uso em aula com os alunos. Encontramos aqui o verdadeiro e efetivo gestor participativo. Este trabalho de troca entre a escola e a comunidade tem gerado nas pessoas um verdadeiro sentimento de pertinência ao espaço público. Esta participação desperta nas pessoas a vontade de ajudar a construir e a preservar algo que é de todos e que diretamente mexe na qualidade de vida de cada um, seja no sentido de realização pessoal, seja pelos benefícios sociais que dela advém (BORDIGNON & GRACINDO, p. 171, 2004).

Apesar de ser uma escola bem equipada com espaços físicos adequados e boas condições de uso e conservação, observamos poucas vezes os materiais disponíveis e os outros espaços da escola sendo utilizados pelos professores com os alunos. Os dois espaços mais disputados são: o laboratório de informática e a sala onde está alocada a televisão e o *DVD*. Raras vezes os professores retiram livros para didáticos para lerem com os alunos, tão pouco os alunos vão até a biblioteca retirar livros para ler.

Quando concluímos o nosso trabalho de observação na escola havia uma solicitação encaminhada à Secretaria de Educação, por parte da comunidade e dos membros da escola para a construção de uma sala de leitura, para onde os livros seriam levados e as crianças poderiam ter acesso a eles.

³⁹ Associação de pais e mestres

4.3. Quanto à gestão e a formação dos profissionais da escola

É importante destacarmos neste processo que o primeiro passo para a integração do uso do computador como recurso pedagógico já foi dado pela secretaria municipal que é a aquisição e a implantação de equipamentos nas escolas. O segundo passo também já foi dado, que é o acesso aos equipamentos e aos seus recursos, assegurado pelo fato dos alunos terem uma aula semanal de informática.

O terceiro passo, que é a formação dos professores, poderia ser melhor, pois a gestão municipal outorgou à formação dos professores a empresa contrata e infelizmente ela está resumida à módulos de formação básica de conhecimentos técnicos de computador. O que é uma grande pena, pois esta mesma formação deveria estar aliada a uma formação muito mais ampla, mais complexa e concatenada com atuais exigências das novas gerações. Se esta formação proposta abrangesse a complexidade requerida para a inserção do uso dos computadores na prática pedagógica, o resultado do município na Prova Brasil, provavelmente teria sido tão surpreendente quanto foi o da escola estudada, pois como veremos mais a frente, a diferença para a qualidade é dada pelo papel do professor e pelo entendimento que ele tem do uso destas tecnologias.

Utilizar as TIC na prática pedagógica para a busca, seleção e troca de informações e experiências, assim como para a reconstrução contínua de conhecimento, a reflexão, a interação e a colaboração implica na necessidade de o professor desenvolver a autonomia para identificar os recursos tecnológicos mais adequados aos objetivos pedagógicos da atividade a realizar, de modo a propiciar a aprendizagem significativa dos alunos (ALMEIDA, p. 211, 2006)

A formação dos professores e gestores acontece apenas como forma de cumprimento de contrato, pois na verdade são os professores facilitadores que oferecem a formação e são eles, na sua grande maioria, que trabalham com os

alunos na sala de informática. Por sua vez, os professores de classe se envolvem pouco neste processo.

Segundo a opinião do professor da classe e do professor facilitador, se a empresa abandonasse o projeto, *alguns professores utilizariam esses recursos com dificuldades, porém outros deixariam de utilizá-lo e o trabalho morreria*. Mas, segundo a opinião do professor *se os professores fossem mais independentes (eu diria melhor preparados) eles não necessitariam da presença do facilitador, mas por outro lado é mais cômodo ter alguém que faça este trabalho por eles*.

Em muitos países este é um processo que ainda também está caminhando.

No caso específico o Brasil, embora nenhum programa tenha atingido plenamente as metas específicas previstas em relação à inclusão do computador no ensino e na aprendizagem, muitas pesquisas realizadas mostram que a especial atenção atribuída à realidade da escola e à prática pedagógica do professor como eixo da formação contextualizada, atribuindo importante papel ao saber profissional pelos professores faz a diferença. (ALMEIDA, p. 211, 2006),

ALMEIDA (2006) destaca ainda que um ponto que merece destaque na questão da formação continuada em tecnologia educacional é o efetivo envolvimento da escola neste processo, pois a participação deles na formação para a inclusão das TIC na escola está voltada não somente à tomada de consciência sobre a importância de seu papel, mas o acesso às informações permite aos gestores identificar problemas e buscar alternativas de solução por meio do diálogo com o corpo docente, assim como compete aos formadores dos professores assessorá-los no uso do computador com os alunos, havendo necessidade de acompanhá-los até que desenvolvam as competências necessárias para continuar por si mesmos.

Um dos pontos nevrálgicos da educação brasileira ainda é a questão da formação inicial dos professores. Mesmo após todas as reformas ocorridas nas

últimas décadas e de todas as indicações mundiais para a educação do século XXI. Dentre estas mudanças e propostas, inclui-se também a questão da descentralização da educação, a qual outorga maiores responsabilidades aos estados e aos municípios, principalmente em relação à educação básica. Apesar de todo o discurso de investimento, de ampliação e de prioridade com relação à educação básica, ela sempre foi a “*área menor das políticas*”, no discurso a primeira e nas ações efetivas a última, com raras exceções (GATTI, 1996).

Com relação à formação e carreira de professores, seus salários e condições de trabalho (local, infra-estrutura, material didático) as iniciativas têm sido até aqui mais que modestas. Como se professor se fabricasse por um passe de mágica, ou como se um sistema educacional, que é a base de uma nação, pudesse funcionar sempre através de “quebra-galhos”, “dá-se um jeitinho”. O resultado está aí: analfabetismo funcional em todos os níveis, a formação de várias gerações comprometidas por baixa inserção cultural. Fica-se correndo atrás do “déficit”, seja com programas compensatórios, supletivos, ou de formação em serviço (IBID, p.10, 1996)

E GATTI (p. 09, 1996) ainda completa:

Reverter um quadro de má formação ou de formação inadequada não é processo para um dia ou alguns meses, mas para décadas. Não se faz milagres com a formação humana mesmo com toda a tecnologia disponível. Não dá para implantar um chip de sabedoria no homem. Esta tem que ser desenvolvida em longo processo de maturação, como é longo nosso processo de crescimento físico-fisiológico.

É por causa desta defasagem na sua formação inicial, associada a estes múltiplos fatores, que as mudanças demorarão a acontecer mais do que alguns pensam, porque nos encontramos em processos desiguais de aprendizagem e evolução pessoal e social (MORAN, p. 16, 2000).

4.4. Quanto ao processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita

Não encontramos no PPP da escola ou no planejamento dos professores da 4ª série registros de como os professores trabalham ou como desenvolvem as ações pedagógicas para que os seus alunos atinjam o índice de rendimento obtido na Prova Brasil. Por isso, ler um PPP de uma escola ou o

planejamento de um professor, muitas vezes, não nos leva a enxergar o trabalho que é realizado a partir dele. Infelizmente a escola ainda elabora estes documentos apenas com o objetivo de cumprir com as exigências burocráticas da educação. Quando na verdade, deveria ser a partir destes documentos que a forma de ensinar, de utilizar os instrumentos, de desenvolver os valores e a aprendizagem dos conteúdos estariam contemplados e entendíveis para quem os lê. São essas ações que devem estar não apenas no papel, mas além deles. Devem estar no fazer e no dinamismo do dia a dia da escola e serve também para que a cada período letivo seja retomado, seja avaliado para que tomem novas decisões, se retome o rumo e se corrijam desvios (LIBÂNEO, p. 361, 2006).

Há, portanto, ainda, uma grande distância entre o chamado currículo formal, que é aquele que está expresso em papel, e o currículo real, que é aquele que realmente acontece na sala de aula. Neste caso as poucas informações contidas e escritas no PPP e nos planos da série estudada, fez-nos ir atrás do professor desta série, para entendermos onde está a contribuição de seu ensino para a aprendizagem dos seus alunos.

A internet e os recursos de digitação e pesquisa são utilizados pelos alunos. Primeiro o professor elabora e planeja as aulas e depois junto ao facilitador solicita o que os alunos devem fazer nas aulas “de informática”. Do que vão pesquisar, até o que irão construir, no caso avaliado, o jornal. Como o professor mesmo diz, *a escolha das atividades é um fator determinante na utilização do ambiente virtual. Um professor tanto pode utilizá-lo de forma mais lúdica, como realmente utilizá-lo para a pesquisa, a produção, o desenvolvimento do raciocínio.* Este é o principal papel do professor diante do desafio de trabalho com as tecnologias, ou seja, a inovação não está restrita ao uso da tecnologia, mas também

à maneira como o professor vai se apropriar desses recursos para criar projetos metodológicos que superem a reprodução de informação e levem à produção do conhecimento (BEHRENS, p.103, 2000).

Para desenvolver o projeto do jornal, o professor inicialmente leva para sala de aula diariamente jornais para que os alunos possam tomar conhecimento e identificar as suas partes, ou seja, os chamados cadernos. Os alunos realizam uma exploração do material disponível e efetuam em conjunto uma leitura crítica de algumas matérias. Concomitante, o professor já solicita ao facilitador que nas aulas de informática o mesmo processo seja feito com o jornal disponível na internet e o próprio professor acompanha o seu desenvolvimento. Para que as estratégias funcionem como mediadoras da aprendizagem, é imprescindível que o professor que as planeja e organiza esteja imbuído de uma nova perspectiva para o seu papel: o de ser, ele mesmo, um mediador pedagógico (MASETTO, p. 168, 2000). Após essa fase de conhecimento do material impresso e do material virtual, os alunos recebem a tarefa de começarem a criar o seu próprio jornal, nas aulas de informática.

De forma simplificada, o professor desenvolve as suas ações propostas e atinge o objetivo esperado, que é o de melhorar a habilidade de leitura, escrita e da criticidade dos alunos. BEHRENS (p.108, 2000) descreve de forma mais complexa estas mesmas fases desenvolvidas pelo professor e este tipo de trabalho é chamado de projetos de aprendizagem colaborativa e para desenvolvê-los a sugestão da autora é importante que o professor esteja atento ao seguinte esquema da Figura 3, sem necessariamente atenderem a ordens estanques:

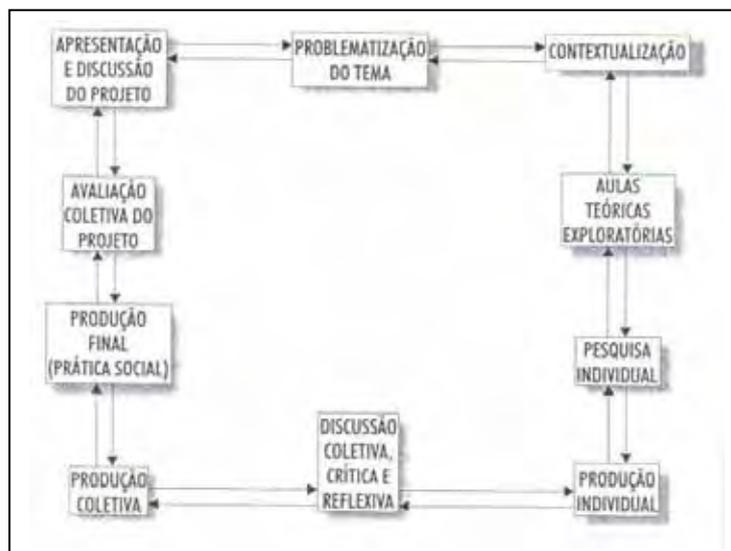


Figura 4 – Fases do projeto de aprendizagem colaborativa

Fonte: BEHRENS, M. A., Projetos de aprendizagem colaborativa num paradigma emergente, 2000, p 108, in MORAN, J.M., MASETTO, M.T., BEHRENS, M.A., *Novas tecnologias e mediação pedagógica*, 11ª edição, Campinas: Papyrus, 2000.

Perguntamos ao professor da classe se o trabalho que o professor facilitador realiza no laboratório de informática contribuiu para o resultado obtido pelos alunos na avaliação da Prova Brasil e a sua resposta foi positiva. Segundo ele *ao utilizar um recurso diferenciado (no caso o computador) da lousa e do giz utilizados em sala de aula e as aulas de informática despertam o interesse do aluno e fazem com que se envolvam nas atividades e aprendam com mais prazer.* Ao fazermos a mesma pergunta ao professor facilitador a resposta é também afirmativa, pois segundo ele *os alunos desenvolvem mais o hábito da leitura em suas aulas, mesmo estando em um local diferente do habitual e isto os estimula e o professor por sua vez cobra trabalhos e fazem atividades relacionadas com o que foi passado nas aulas de informática.* Com relação ao conhecimento de Matemática, ele acredita que estas aulas contribuem porque *os alunos acessam jogos lúdicos como o tangram, torre de hanói, sudoku e outros.*

Um trabalho proposto para ser desenvolvido com o uso dos computadores, deve permitir a todos, professores e alunos, irem além da digitação

de jornais ou de tabelas, pois há vários software de uso livre que permitem realizar um conjunto de atividades pedagógicas. Há programas que rodam na Internet com a possibilidade de colocar textos, sons, imagens, enviar e receber mensagens (MORAN, 2006).

Neste caso, o professor da classe tem apropriação técnica dos recursos da informática, mas ainda assim estabelece uma parceria com o professor facilitador, que realiza com ele as ações planejadas e as aulas não são de informática e não ficam na navegação ou na utilização sem sentido dos recursos do computador. Por essas razões, é possível que o trabalho nesta escola, com estes professores e com esta classe, até o momento, tenha gerado bons resultados. Embora os resultados obtidos pelos alunos na Prova Brasil ainda não indiquem uma excelência no aprendizado, eles ainda permanecem acima das médias das escolas do Estado e do próprio município. Sabemos também que, ainda há muito que aprender ao longo da vida.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gestão pública e educação de qualidade. Dois temas inesgotáveis de pesquisa, ainda mais quando são acrescidos de itens como investimentos em recursos físicos e humanos. A dimensão é ampliada quando somamos também o item avaliação. Um trabalho de pesquisa realizado com o objetivo de ser a dissertação de um curso de mestrado, não permite grandes aprofundamentos em todas estas questões, mas permite que o pesquisador aprofunde em um destes aspectos, pelo menos. Viver o dia a dia de uma escola é ter a certeza de que ele é único e singular. Nada acontece da mesma forma, ou pelo menos da forma como planejamos. As nossas aulas para as mesmas séries são distintas, as ações previstas e as avaliações elaboradas também tomam outros significados. Viver a escola pública e entendê-la em cada uma de suas dimensões é uma tarefa árdua e complexa, mas enormemente gratificante, pois nos leva a andar por cantos e adentrar portas nunca antes abertas ou exploradas.

A riqueza da escola pública está exatamente na maneira singular como cada uma é gerenciada e valorizada por seus integrantes, sejam eles de dentro ou de fora da escola. É fato que as ações externas influenciam diretamente as ações internas da escola, tanto isso é verdade que já há alguns anos todos os envolvidos com a questão da escola pública e da educação vêm alertando para a importância da valorização e da aproximação da escola com a comunidade.

As decisões tomadas em relação à educação, seja na amplitude maior como as indicações feitas pela UNESCO para a educação do século XXI, seja na amplitude menor, como as de uma secretaria municipal de educação, todas

devem ter como referência a escola real, ou seja, não basta dizermos o que esperamos que a escola produza, temos que antes dar-lhe condições financeiras para aquisição de bens, formação de seu pessoal, autonomia para gerir esses recursos e mais do que isto, a gestão municipal deve estabelecer uma linha mestre de ações e orientar os seus diretores por qual caminho linha trilhar e para qual objetivo os trabalhos devem estar focados.

Com relação às três dimensões observadas na escola, temos as seguintes considerações a serem feitas:

1. Quanto à gestão e a implantação de computadores na educação

Ainda que muitas concepções sobre a relação educação e sociedade sejam distintas em determinados países, estados ou municípios, todos compartilham da mesma opinião: a escola oferece um tipo de formação que não é facilmente adquirida em outro lugar;

- A escola é uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado existindo para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso a esse saber;
- Esta formação abarca as dimensões científicas, técnica, ética e humana que constituem de elementos cognitivos (aprendizagem, ensino, habilidade, conhecimentos, capacitação, qualificação) e elementos atitudinais (socialização, disciplina, conduta, disposição);
- A passagem pela escola, assim como desempenho desta com os alunos e alunas, isto é o êxito ou fracasso acadêmicos, têm influência relevante sobre o acesso às oportunidades sociais da vida em sociedade. (FERREIRA, p.295, 2004)

Neste contexto, podemos dizer com toda certeza que a escola, muitas vezes seja classificada como ruim ou ineficiente para as suas funções, mas ainda constitui-se um lugar de excelência e a forma com que é administrada colabora enormemente para isso.

Ao nosso entender a razão de ser da gestão da educação consiste, portanto, na garantia de qualidade do processo da formação humana, a qual vai

completar questões como: matrícula universal, permanência, construção e ampliação de escolas e aquisição de materiais de consumo e permanente.

Como reforça MASETTO (2005) a questão da inovação na educação, principalmente no aspecto da inclusão digital dentro das escolas, depende quase que exclusivamente como os Diretores dos sistemas educacionais se abrem às novas propostas e a forma como ele exerce a sua administração. Este fator tem impedido ou favorecido importantes e fundamentais mudanças na gestão. Um dos fatores que contribuem para a caracterização da escola como sendo de qualidade é a forma de administrá-la e com toda certeza neste quesito, a gestão desta escola tem feito isto com perfeita maestria.

As decisões mais importantes e as mais simples são sempre compartilhadas, seja com os professores, seja com os pais. Talvez o mais importante para uma gestão, e o mais difícil, seja na verdade o fato de ter que estabelecer prioridades e ter que decidir entre comprar algo para a escola ou consertar algo, pois nem sempre as decisões democráticas são as mais justas ou as mais racionais, mas elas são e devem ser sempre respeitadas.

Na questão relacionada a introdução das TIC na educação, este estudo deste caso, nos permite estabelecer uma comparação com as ações dos outros projetos, também de iniciativa pública (Proinfo e Eol) para a inserção de computadores nas escolas, principalmente as referentes ao Estado de São Paulo. Tanto as ações do Proinfo, quanto as do Eol, seguiram os mesmos princípios para instalar computadores nas escolas e forma de “gerenciá-los”, ou seja, nos dois casos o atendimento às escolas ficou a cargo dos NTE, no caso do Proinfo, e dos NRTE, no caso do Eol. Ficava centralizado nestas duas instâncias, não só o atendimento dado às escolas na questão técnica, que pelo menos no estado de São Paulo nunca

funcionou com este intuito, mas também e principalmente a questão da formação dos professores. A forma como estas ações aconteceram seguiram caminhos um pouco distintos. No estado de São Paulo, por exemplo, os Programas de Educação Continuada (PEC) iniciados no final da década passada e no início desta, que tinham por objetivo de instrumentalizar os professores da rede para o uso das novas e velhas mídias, a princípio, migrou para ser *PEC - Formação Universitária*, o qual utilizou-se destas mídias e dos recursos da EaD⁴⁰ para formar os professores desta rede em nível superior, sem muito se preocupar com a questão da instrumentalização, do domínio técnico ou da apropriação e do uso pedagógico delas.

No caso deste município, a iniciativa de colocar os computadores nas escolas ficou sob a responsabilidade de uma empresa, a qual também se incumbiu de realizar as manutenções periódicas das máquinas, contratar os facilitadores que ministram aulas nas escolas e de formar os professores. É possível perceber claramente na fala dos profissionais entrevistados que as aulas de informática somente ainda acontecem porque a empresa ainda está no município.

Um fator de grande importância neste caso e que tem permitido o uso contínuo dos laboratórios de informática é o fato da empresa realizar a manutenção dos equipamentos. A ausência de manutenção periódica e permanente como esta, a meu ver, complicou o desenvolvimento de ações pedagógicas na rede estadual de São Paulo, pois muitos Diretores de escola não permitiam o uso das SAI por medo de danificar os equipamentos. Se este “detalhe” fosse tratado com uma atenção específica pela Secretaria, talvez a educação pública de São Paulo tivesse uma outra história para contar *da escola de cara nova na era da informática*. As

⁴⁰ Educação a Distância

verbas para manutenção dos equipamentos nesta rede foram praticamente inexistentes durante esta última década, sem contar que a maioria dos computadores está com dez anos de existência.

Manutenção de computador em escola é fundamental para o sucesso de projetos dessa amplitude e este foi um ponto bem acertado neste caso, porém é importante ressaltar que, em casos como este de terceirização, a secretaria não pode e não deve outorgar tudo a quem vai desenvolver o trabalho, pois como foi visto, as pessoas entrevistadas são unânimes em dizer que a saída da empresa, em pouco tempo, causaria um caos nas escolas e o trabalho certamente pararia.

Neste caso a secretaria não possui uma rede ou pessoal preparado para assumir este trabalho e a saída seria, então, se quisessem continuar com os trabalhos na escola, contratar outra empresa para realizar este serviço. Criando assim um círculo vicioso, enquanto que, poderia ser criada dentro da própria secretaria uma estrutura que prestasse este tipo de serviço para as escolas, preparando e contratando seus próprios técnicos de manutenção.

É muito importante que, em casos como este a secretaria tome as rédeas deste processo, pois a quebra de um contrato ou o fim dele pode acarretar na parada das ações e na quebra dos trabalhos. Podendo acontecer de não ter pessoas que gerencie esse processo ou que continue a fazer este tipo de manutenção.

2. Quanto à formação de professores para uso dos computadores

Há dez anos muitos de nós professores éramos completamente analfabetos funcionais em relação ao computador e muitos ainda são. Mas, no decorrer desta década, vários programas de formação continuada e o barateamento dos equipamentos permitiram mudar este perfil do professor. Muitos professores que

iniciam, hoje, sua jornada no magistério, passam em algum momento pela experiência da informática, pelo menos em dois recursos: pelo redator de texto e pela internet. Se esta experiência na sua formação, nos cursos de licenciaturas, tem sido contemplada sob o aspecto de metodologia ou de prática de ensino, isto é uma outra história. Por isso que se faz cada vez mais necessário o oferecimento de cursos de formação continuada para o uso e a mediação pedagógica com as novas mídias.

Esta nova geração de professores, provavelmente, terá mais facilidade para lidar com elas do que a nossa e as anteriores, pois eles fazem parte de uma geração que tem contato com a tecnologia dos computadores muito mais cedo. Apressadamente, como diz ALMEIDA (p.207, 2006),

Bastaria esperar pela nova geração de educadores, representada pelos alunos que estão hoje nas escolas com essa visão crítica e tudo estaria resolvido. Eles deterão o domínio sobre a tecnologia, da mesma forma que hoje as pessoas dirigem os carros ou se comunicam por telefone.

Basta sabermos se eles vão decidir pelo caminho do magistério. Para aventurar-se pelo caminho do magistério é muito importante que o jovem saiba que

A profissão docente comporta um conhecimento pedagógico específico, um compromisso ético e moral e a necessidade de dividir responsabilidade com outros agentes sociais, já que exerce influência sobre outros seres humanos e, portanto, não pode nem deve ser uma profissão meramente técnica de “especialistas infalíveis” que transmitem unicamente conhecimentos acadêmicos (IMBERNÓM, p. 29, 2006)

Como muitas pesquisas têm apontado para a falta de opção e o fraco preparo dos alunos tem os empurrado para a carreira do magistério. A LDB (Art. 63, II) *garante programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica*, com esta abertura

da lei, outros profissionais formados em diversas áreas podem vir tornar-se professores.

Esta chamada “complementação pedagógica”, oferecida geralmente pelas faculdades particulares, muitas vezes não proporciona um conhecimento válido ou um currículo formativo para assimilar um conhecimento profissional básico e que deveria promover experiências interdisciplinares que permitissem ao futuro professor ou professora integrar os conhecimentos e os procedimentos das diversas disciplinas (IBERNÓM, p. 66, 2006).

O domínio técnico é apenas o segundo passo após a informatização das escolas. Estes dois pontos devem ser precedidos pela possibilidade de domínio pedagógico e gerencial e o das soluções inovadoras que seriam impossíveis sem essas tecnologias (MORAN, 2003).

Para dar sentido à formação continuada ou permanente dos professores para o uso dos computadores, é necessário mais do que colocar computadores nas escolas, contratar uma empresa ou criar uma estrutura própria que elabore e planeje estas ações. É necessário que se tenha pessoal qualificado para este fim e que estabeleça

as relações entre as pessoas nas diferentes situações educacionais orientando-se pelos princípios de co-responsabilidade, parceria, colaboração, interação, solução de problemas em comum, diálogo, aproximação de todos os interessados e envolvidos nas situações, valorização e socialização das experiências e conhecimentos individuais (MASETTO, p. 74, 2003).

A gestão deve estar interada das ações que acontecem sob a responsabilidade a quem foi outorgada. No caso do município, seria necessário realizar avaliações periódicas e de acompanhamento das ações de formação do pessoal, para verificar se os objetivos estão sendo alcançados. Em caso negativo, reorganizar o processo.

Se isso acontecesse, possivelmente alguém iria verificar que, com raras exceções, como acontece nesta escola, o professor não realiza as atividades com os alunos no laboratório de informática, ou seja, ele não coloca em prática os conhecimentos adquiridos no curso de formação. Neste caso, o professor da classe estudada fez apenas dois cursos, mas o entendimento e a forma como associa as suas aulas de classe com as aulas de informática, demonstra que nem sempre são os cursos de capacitação levarão o sujeito à prática. Mas sim o entendimento, o planejamento e o desejo pessoal de fazer bem feito e com qualidade a tarefa que lhe é atribuída no início de cada ano: ser professor!

Esta diferença é feita também pela mente que é reflexiva, organizada e que trabalha. É o desejo e a vontade do sujeito que provoca a mudança e é nele que está centrada a força motriz de inovação, se ele não acreditar na possibilidade, não há vontade política, ou cursos que se efetive.

Uma importante consideração que deve ser feita, também com relação aos cursos de formação continuada oferecidos aos professores, é que ao serem planejadas as ações de formação, há que se garantir duas importantes apropriações. Uma delas é a chamada *apropriação técnica* e que consiste basicamente em ensiná-los a lidar com as ferramentas disponíveis no computador e a outra é a *apropriação pedagógica*, que consiste em desenvolver atividades ou projetos baseados em conteúdos a serem ensinados, utilizando os recursos das técnicas aprendidas.

O desenvolvimento destas duas apropriações deve, preferencialmente, estar centrado na própria escola e contemplar a realidade escolar do professor cursista, esta é uma forma de levá-lo a enfrentar o desafio de lidar com

as dificuldades realmente existentes e utilizar o que realmente está disponível para desenvolver o seu trabalho.

Por isso que, aqueles que têm como objetivo formar continuamente professores para usar as TIC, deve garantir condições que favoreçam estas apropriações, pois somente a partir delas que o professor, provavelmente terá “idéia” de como utilizar estes recursos com seus alunos, adequando-as aos conteúdos a serem ensinados, às séries e as idades apropriadas. Ao final este processo deve levar o cursista a realizar a famosa ação-reflexão-ação.

É importante que os gestores saibam que, ao ousar oferecer este tipo de formação aos seus professores, devem antes de tudo, ter um diagnóstico qualitativo da educação local, sendo do município todo ou apenas de uma escola, para posteriormente ter parâmetros de análise e dizer se o processo tem surtido efeito ou não. Mesmo que para isso sejam utilizados, com todas as reservas, os resultados das avaliações externas.

Neste caso, fica claro na fala dos professores que, se a empresa sair do município e a secretaria não tomar uma decisão de contratar ou atribuir aulas para os professores, provavelmente o trabalho deixe de acontecer. Neste sentido o que podemos perceber é que a secretaria não investiu em sua própria autonomia e ela está atrelada aos interesses particulares da empresa e é ela quem decide como formar o pessoal da rede. Esta é uma falha que poderá trazer grandes atrasos neste processo, que pelo visto até aqui, pelo menos na escola estudada, tem dado bons resultados.

3. Quanto ao ensino e aprendizagem mediada pelo computador e a internet

As crianças que entram nesta escola, por exemplo, na série inicial com seis anos de idade, já têm aulas de informática. Estas aulas acontecem na maioria das escolas da rede, se não todas, sob a orientação do chamado professor facilitador. No caso desta escola e com esta classe de alunos, o professor da classe planeja com prioridade as aulas que serão desenvolvidas no laboratório de informática e que equivocadamente são chamadas de “*aulas de informática*”. A chamada diferença no processo de ensino-aprendizagem quem faz aqui é a figura dos sujeitos: professor e facilitador. É o acreditar dos dois que é possível levar os alunos a um processo de construção da aprendizagem. Com os recursos tecnológicos oferecidas pelo computador, é possível sair do abstrato, é possível contextualizar e dar significado para a aprendizagem. Um ponto importante é que embora os dois professores tenham papéis específicos, estabelecidos pelos seus contratos de trabalho, ambos não se limitam aos espaços pré-definidos para eles, ou seja, o professor não se limita à sala de aula e o facilitador não se limita ao laboratório. Isto faz muita diferença, pois como dito pelos dois com palavras diferentes: *o computador é um recurso diferente do giz e da lousa*.

O conhecimento da era digital é apenas mais uma nova forma de categorizar o conhecimento e não implica no descarte de todo o caminho trilhado pela linguagem oral e escrita (BEHRENS, p. 74, 2006) o que torna o papel do professor mediador e facilitador da aprendizagem cada vez mais importante. Com a possibilidade do acesso, os alunos, passam a ser descobridores, transformadores do seu conhecimento e se vierem, a algum dia, a serem professores, talvez consigam trabalhar com mais exatidão com as mídias e as tecnologias de sua época, do que os professores da nossa época lidavam com o giz e a lousa.

Há, hoje, uma inversão nos conceitos tradicionais da educação, pois antes de aprenderem a ler e a escrever textos, ou antes de serem alfabetizados, já estão lendo e interpretando outros códigos, como as imagens da internet e de jogos no computador ou os comandos de arquivos que os levam a acessá-los.

Há algum tempo atrás, a professora Emília Ferreiro concedeu uma entrevista a uma renomada revista da área de educação e ao ser questionada sobre as mudanças educativas na forma de leitura e escrita, provocadas pela questão da internet, principalmente, afirmou que estas duas modalidades, básicas para o desenvolvimento da aprendizagem, tendem a ter o seu real significado modificado ao longo da história. Afirma, ainda, que o que se espera do leitor, é determinado por cada época, ou seja, na Antigüidade clássica não se esperava o mesmo que no século XVIII, nem o que se espera agora. Por que então acontece isto? Porque a tecnologia dos computadores, que já foi “estática” e monocromática, hoje é colorida, viva e dinâmica como é a própria vida da criança.

Há dez anos, quando tive os primeiros contatos com o computador era muito difícil imaginar que chegaríamos um dia em que todos, inclusive os alunos, teriam acesso a esta tecnologia. Hoje, por alguns trocados é possível ficar horas conectado na internet, nas chamadas *lan house* e por parcelas muito baixas é possível ter um computador em casa com acesso a internet em banda larga. Isto faz, muitas vezes, o aluno deter a técnica da digitação muito mais e melhor que o professor. Conversar *on-line* com os amigos é muito mais prazeroso e interessante do que ter que digitar um jornal esvaziado de sentido na aula semanal de informática na escola, certo? Pois é exatamente este prazer que tem que ser oferecido ao aluno, para que o uso do computador e de outras mídias surta efeito.

Como disse o professor facilitador: *“falta ainda aos professores entenderem que a informática não é uma “coisa” a mais para eles fazerem o futuro, falta eles entenderem que a informática não é futuro e sim presente, então ou eles se atualizam nesse quesito, ou ficarão para trás”*. O professor que entendeu esse processo e paulatinamente, ano após ano, vem utilizando deste recurso para contextualizar suas aulas está colhendo frutos e vendo resultado neste processo, como é o caso que aqui estudamos. Este professor e este facilitador não fazem milagre com os alunos da 4ª série, eles apenas completam uma educação de um aluno que entra em uma escola e passa pelas mãos de um grupo de professores preparados para alfabetizá-los ao longo dos quatro primeiros anos mais importantes para uma educação ao longo da sua vida. A metodologia, a estratégia e os recursos utilizados pelos professores, principalmente da leitura quase diária de jornal, os colocam em condições de realizarem e irem bem em avaliações do tipo da Prova Brasil, pois é exatamente a leitura e a interpretação que são cobradas de quem é avaliado. Com este trabalho os alunos, por sua vez, têm aprendido mais e a escola tem assumido o caráter de qualidade. E como diz IBERNÓM (p. 99, 2000), a qualidade da instituição educacional depende da qualidade dos alunos através de suas contribuições à sociedade, da qualidade do que se aprendeu e da forma de aprendê-lo. Para tanto, a efetividade da formação, a apropriação de aprendizagens flexíveis e adequadas à mudança e a transmissão dessas aprendizagens são fundamentais.



BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, A., *Uso (s) das novas tecnologias em um programa de formação de professores: possibilidades, controle e apropriações*, Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, 2007;

ALMEIDA, M. E., HERNANDES, V. K., SCHLÜNZEN, E. T. M., MORELATTI, M. R. M., SCHLÜNZEN, K. J., *A Informática em escolas da rede estadual de São Paulo: expectativas e realidade*, IV Congresso RIBIE, Brasília 1998;

_____, *Proinfo: Informática e formação de professores*, vol. 2, SEED, Brasília: Ministério da Educação, Seed, 2000;

_____, M. E. B., *Inclusão digital do professor: formação e prática pedagógica*, São Paulo: Editora Articulação, 2006;

ALONSO, M. (org), *Gestão educacional e tecnologia*, São Paulo: Avercamp, 2003;

_____, *A gestão/Administração educacional no contexto da atualidade*, in *Gestão educacional e tecnologia*, São Paulo: Avercamp, 2003;

ASSMANN, H.A., *Metamorfose do aprender na sociedade da informação*. *Ciência e Informação*, Brasília, v. 29, n. 2, 2000;

AZEVEDO, N. P., *A UNDIME e os desafios da educação municipal*. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 42 2001.

BARRETO, R.G., *Tecnologia e educação: trabalho e formação docente*, *Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 25, nº 89, set/dez 2004, **disponível em:** www.cedes.unicamp.br, **acessado em:** 08/10/2006;

BEHRENS, M.A., *Projetos de aprendizagem colaborativa num paradigma emergente*, in MORAN, J.M., MASETTO, M.T., BEHRENS, M.A., *Novas tecnologias e mediação pedagógica*, 11ª edição, Campinas: Papirus, 2000;

BORDIGNON, G., GRACINDO, R. V., *Gestão da educação: o município e a escola*, in FERREIRA, N. S. C., AGUIAR, M. A. da S. (org), *Gestão da Educação impasses, perspectivas e compromissos*, 4ª ed., São Paulo: Cortez, 2004;

BRASIL. Leis, decretos, etc. Lei de diretrizes e bases da educação nacional: lei n. 9394 de 20.12.1996. Brasília, DF, 1996;

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Parâmetros curriculares nacionais. Brasília, DF: MEC, 1997. V. 1;

BRESSAN, F., *O método do estudo de caso*, *Revista Administração On-line: prática, pesquisa e ensino*, Vol. 01 (jan/mar) 2000;

DELORS, J. (org.), *Educação: um tesouro a descobrir*, 6ª ed., São Paulo: Cortez, Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2001;

DEMO, Pedro, 1986. *Avaliação Qualitativa*. 7. ed. Campinas: Autores Associados.

FERREIRA, N. S. C., *Gestão democrática da educação: ressignificando conceitos e possibilidades*, in FERREIRA, N. S. C., AGUIAR, M. A. da S., *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos*, 4ª ed., São Paulo: Cortez, 2004;

_____, AGUIAR, M. A. DA S. (org), *Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos*, 4a ed., São Paulo: Cortez, 2004;

GADOTTI, M, *A boniteza de um sonho: ensinar e aprende com sentido*, 1992, **disponível em:** http://www.paulofreire.org/boniteza.htm#_ftn8, **acessado em:** 07/12/2007 às 16h 21min;

GADOTTI, M., *Concepção dialética da educação: um estudo introdutório*, 13ª ed., São Paulo: Cortez, 2003;

GARCIA, W. E., *Tecnocratas, educadores e os dilemas da gestão*, in *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos*, FERREIRA, N. S. C., AGUIAR, M. A. da S. (org.), 4ª ed., São Paulo: Cortez, 2004;

GATTI, B. A., *Diagnóstico, problematização e aspectos conceituais sobre a formação do magistério (Subsídio para o Delineamento de Políticas na Área)*, São Paulo: FCC/DPE, 1996;

GOLDENBERG, M., *A Arte de Pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003;

IMBERNÓM, F., *Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza*, 6ª ed., São Paulo: Cortez, 2006;

Indicadores da qualidade na educação / Ação Educativa, Unicef, PNUD, Inep-MEC (coordenadores). – São Paulo: Ação Educativa, 2004;

LÉVY, P., *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*, Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993;

LIBÂNEO, J.C., OLIVEIRA, J. F. DE, TOSCHI, M. S., *Educação Escolar: políticas, estrutura e organização*, 2ª ed., São Paulo: Cortez, 2005;

MASETTO, M., *Cultura educacional e gestão em mudança*, in VIEIRA., A. T., ALMEIDA, M. E. B., ALONSO, M. (org.), *Gestão educacional e tecnológica*, São Paulo: Avercamp, 2003;

_____, *Mediação pedagógica e o uso da tecnologia*, in MORAN, J.M., MASETTO, M.T., BEHRENS, M.A., *Novas tecnologias e mediação pedagógica*, 11ª edição, Campinas: Papirus, 2001;

MORAN, J. M., *Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas*, in MORAN, J.M., MASETTO, M.T., BEHRENS, M.A., *Novas tecnologias e mediação pedagógica*, 11ª edição, Campinas: Papirus, 2000;

MORAN, J.M., *Gestão inovadora com tecnologias*, in VIEIRA, A.T., ALMEIDA, M. E. B., ALONSO, M. (org.), *Gestão educacional e tecnológica*, São Paulo: Avercamp, 2003;

OLIVEIRA, D. A., *A Gestão democrática da educação no contexto da reforma do Estado*, in FERREIRA, N. S. C., AGUIAR, M. A. da S., *Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos*, 4a ed., São Paulo: Cortez, 2004;

PAQUAY, L., WAGNER, M.C., *Competências profissionais privilegiadas nos estágios e na videoformação*, in *Formando professores profissionais: Quais estratégias? Quais competências?* PAQUAY, L., PERRENOUD, F., ALTET, M., CHARLIER (ORG) 2ª ed, Porto Alegre: ARTMED, 2000;

PATTO, M. H.S., *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: T.A Queiroz, 1990.

PERRENOUD, P., *Construir as competências desde a escola*, Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999;

RIOS, T. A., *Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade*, 5ªed., São Paulo: Cortez, 2005;

SACRISTÁN, J.G., GÓMEZ, A. I. P., *Compreender e transformar o ensino*, 4ª ed., ArtMed, 2000;

SILVA JUNIOR, J. R., *Reformas de Estado e da educação e as políticas públicas para a formação de professores a distância: implicações políticas e teóricas*. Educação e Sociedade, Campinas, v. 23, n. 24, 2003;

SINGER, P., *Poder, política e educação*, Revista Brasileira de Educação, nº 01, jan/fev/mar/abr 1996;

SOUZA, D. T. R., *Formação continuada de professores e o fracasso escolar: problematizando o argumento da incompetência*, Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 32, n.3, set/dez. 2006;

TRIVIÑOS, A. M S., *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*, 1ª ed, 15a reimp., São Paulo: Atlas, 2007;

VIEIRA, A. T., ALMEIDA, M.E.B., ALONSO, M. (org), *Gestão educacional e tecnologia*, São Paulo: Avercamp, 2003;

TAVARES, N.R.B., *Formação continuada de professores em informática educacional*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2001;

_____, *História da informática educacional no Brasil observada a partir de três projetos públicos*, 2004, disponível em: <http://pauling.fe.usp.br/artigos/neide.pdf>, acesso em: 07/03/2004 às 18h 50.

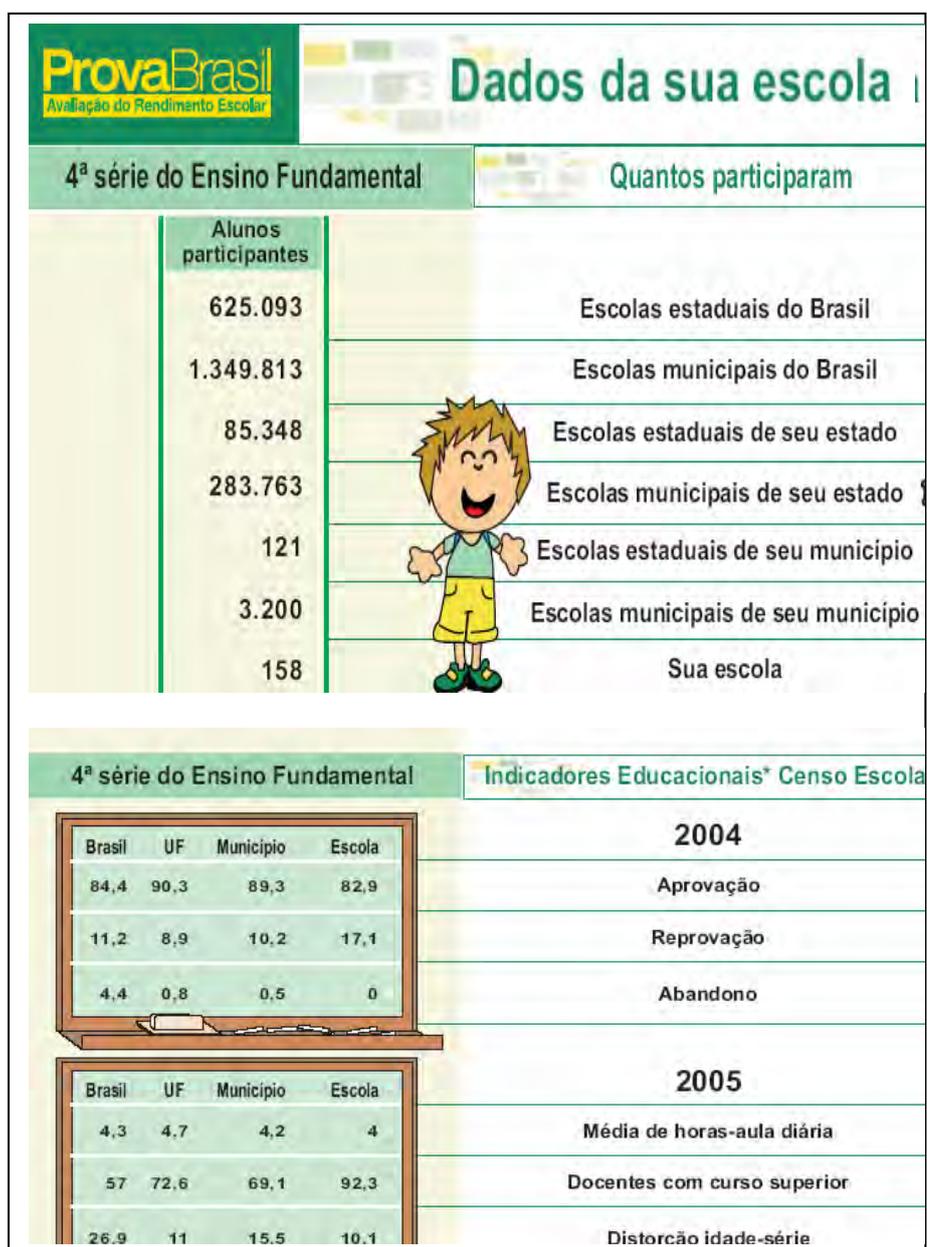
TERÇARIOL, A. A. de L., et al, *Construindo redes digitais de aprendizagem colaborativa*, in PELLANDA, N. M. C., SCHLÜNZEN, E.T. M., SCHLÜNZEN, K. J.

(org), *Inclusão digital: tecendo redes afetivas/cognitivas*, Rio de Janeiro: DP & A, 2005;

FIGURAS

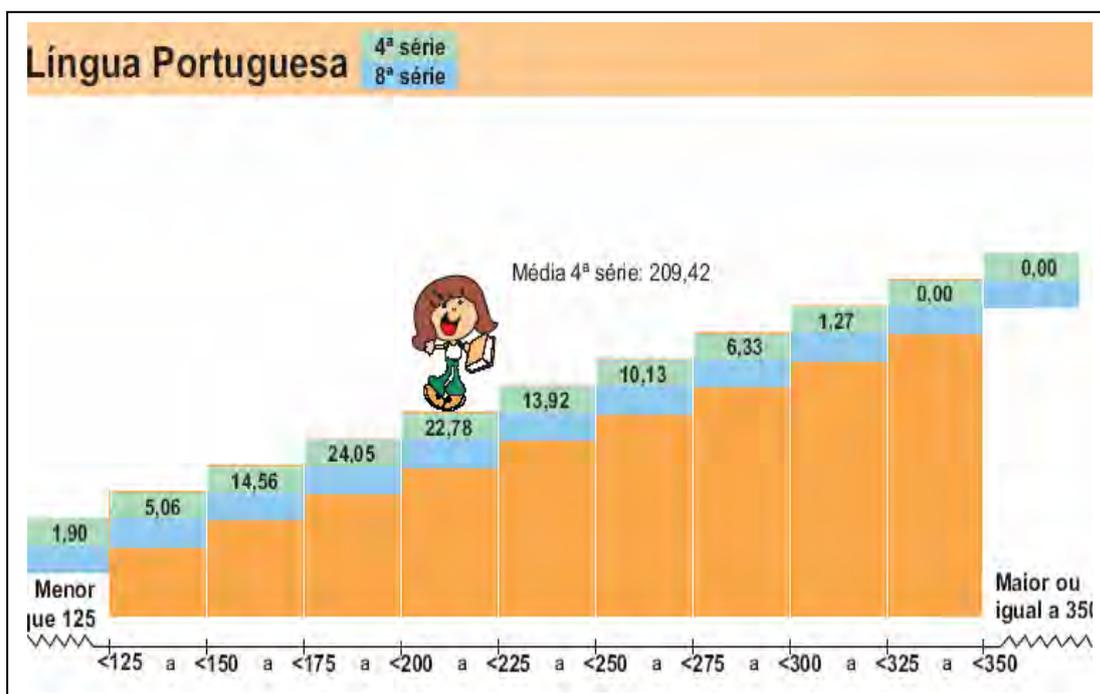


Figura 1 – Resultado da escola na Prova Brasil 2005



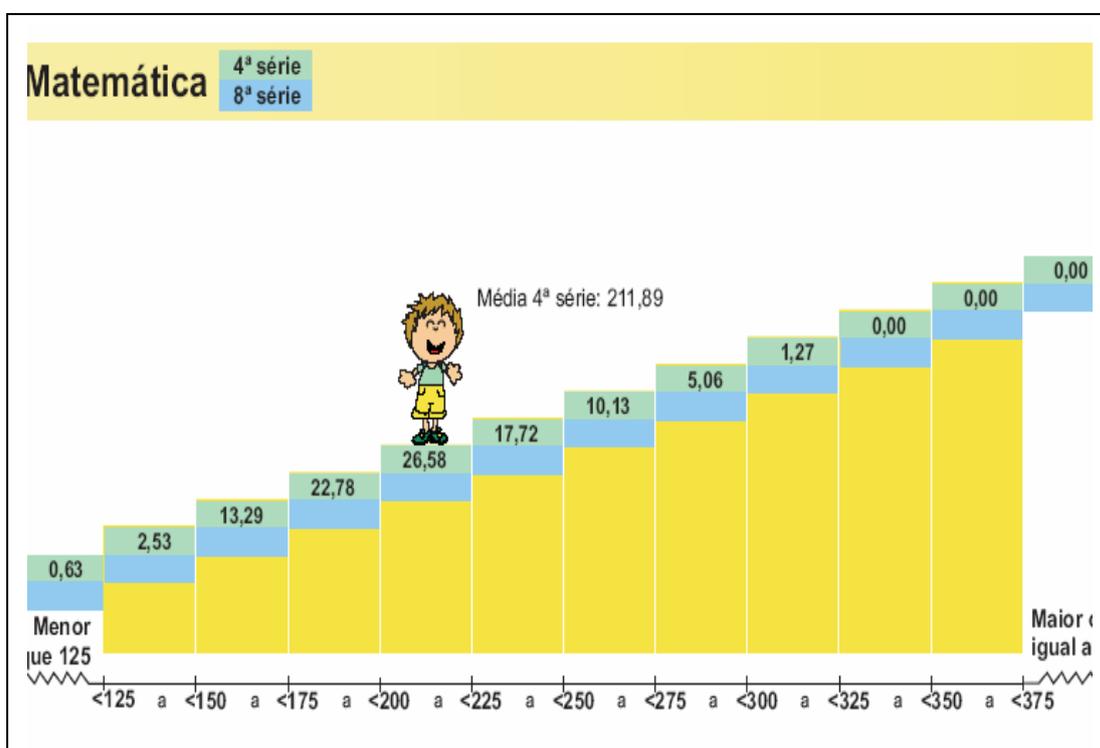
Fonte: www.inep.org.br

Figura 2 – Resultado da escola na Prova de Língua Portuguesa



Fonte: www.inep.org.br

Figura 3 – Resultado da escola na Prova de Matemática



Fonte: www.inep.org.br



ANEXOS

Anexo 1 – Matriz curricular do ensino fundamental

2. MATRIZ CURRICULAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABOÃO DA SERRA
SEMUEC – Secretaria de Educação e Cultura
 e-mail: semuec@yahoo.com.br

Unidade Escolar: Heitor Villa Lobos
 Endereço: Rua Maria José Teixeira Ferreira, 31
 CEP: Código CIE: 090554
 E-mail: emef_heitor@yahoo.com.br

Ensino Fundamental **MÓDULO: 40 SEMANAIS**

Lei Federal 9394/96 – Decreto Municipal nº051 de 02/07/1999

	Componentes Curriculares	Carga Horária Semanal				
		Série inicial	CICLO I		CICLO II	
			1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série
B A S E N A C I O N A L C O M U M	Língua Portuguesa	-	7	7	7	7
	Matemática	5	6	6	6	6
	Ciências	-	2	2	2	2
	Geografia	-	1	1	1	1
	Historia	-	1	1	1	1
	Artes	4	2	2	2	2
	Educação Física	3	1	1	1	1
	Linguagem Oral e Escrita	7				
	Natureza e Sociedade	3				
	Total da Base Comum	22	20	20	20	20
P A R T E D I V E R S I F I C A D A	L.E.M: Inglês	-	1	1	1	1
	Ensino Religiosos	-	-	-	-	-
	Introdução a computação	-	1	1	1	1
	Total Parte Diversificada		2	2	2	2
	Total Geral Semanal	22	22	22	22	22

Turno: Diurno
 Horário: 7h às 19h

Carga Horária
 Diária: 4h
 Anual em horas: 880 h.a.

Duração aula: 50 min
 Duração recreio: 20min

Assinatura do Diretor da Escola _____
 Parecer da Supervisão _____
 Walkíria Saad Petta
 RG.: 2.816.011

 Diretor DIOF

 Homologação

Anexo 2 - Plano de curso do ensino fundamental

PLANO DE CURSO DO ENSINO FUNDAMENTAL
<p>2.1 Objetivos Gerais do Ensino Fundamental</p> <ul style="list-style-type: none"> • Descobrir, conhecer e controlar progressivamente o próprio corpo, formando uma imagem de si mesmo, valorizando sua identidade sexual, suas capacidades e limitações de ações e expressão, e adquirindo hábitos básicos de saúde e bem estar. • Atuar de forma cada vez mais autônoma em suas atividades habituais, adquirindo progressivamente segurança afetiva e emocional, e desenvolvendo suas capacidades de iniciativa e confiança em si mesmo. • Estabelecer vínculos com os adultos e com seus iguais, respondendo aos sentimentos de afeto, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração. • Conhecer algumas manifestações culturais, mostrando atitudes de respeito, interesse e participação. • Representar e evocar aspectos diversos da realidade, vividos, conhecidos ou imaginados e expressá-los mediante às possibilidades simbólicas que oferecem o jogo e outras formas de representação e expressão. • Enriquecer e diversificar suas possibilidades expressivas mediante a utilização dos recursos e meios a seu alcance, assim com apreciar diferentes manifestações artísticas. • Compreender a cidadania com participação social, política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação repúdio às injustiças. <p>Valores, normas e atitudes.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Interesse por ouvir e manifestar sentimentos, experiências, idéias e opiniões; • Preocupação com a comunicação nos intercâmbios: fazer-se entender e procurar entender os outros. • Respeito diante de colocações de outras pessoas, tanto no que se refere às idéias quanto ao modo de falar. • Valorização da cooperação como forma de dar qualidade aos intercâmbios comunicativos. • Reconhecimento da necessidade da língua escrita (a partir de organização coletiva com ajuda) para planejar e realizar tarefas concretas. • Valorização da leitura como fonte de fruição estética e entretenimento. • Interesse por ler ou ouvir a leitura especialmente de textos literários e informativos, por compartilhar opiniões, idéias e preferências (ainda que com ajuda); • Interesse em tomar emprestados livros do acervo da classe ou da biblioteca escolar. • Cuidado com livros e demais materiais escritos. • Atitudes críticas diante de textos persuasivos dos quais é destinatário direto ou indireto (ainda que em atividades coletivas ou com ajuda do professor) • Preocupação com a qualidade das produções escritas próprias, tanto no que se refere aos aspectos textuais como às apresentações gráficas. • Respeito aos diferentes modos de falar.

Anexo 3 – Plano de ensino (planejamento) da 4ª série

12.3.5 4a SÉRIE	
Objetivos	
Utilizar as diferentes linguagens - verbal, matemática, gráfica, plástica e corporal -como meio para produzir, expressar e comunicar suas idéias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação. Saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos.	
DISCIPLINA	OBJETIVOS/CONTEÚDOS
Língua Portuguesa	<p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar a variação dialetal e seu uso social; • Expressar através da linguagem oral e escrita; • Perceber, comparar, interpretar, resumir, produzir e reproduzir os diversos portadores de texto; • Quanto à organização gráfica e estruturação do texto, segmentá-lo em parágrafos, identificar a grafia correta, reconhecendo e utilizando os elementos e papéis semânticos que o estruturam e organizam; • Criticar, analisar e modificar os vários tipos de textos.
Conteúdos conceituais	<p>Textos informativos: Jornal (projeto anexo) Revistas Dicionário Livros didáticos Carta/bilhete Entrevistas</p> <p>Textos de convencimento Propagandas Cartazes Notícias</p> <p>Textos de enredamento Narrativos Dissertativos Reportagens Poemas Contos História em quadrinhos Diálogos Discurso direto e indireto leitura compartilhada de livros</p>
Gramática	<p>Divisão silábica Tonicidade Sinônimos, antônimos e homônimos. Sinais de pontuação Substantivos: comuns, próprios, concretos, abstratos, coletivos, primitivos, derivados, simples e compostos (classificação). Gênero, número e grau dos substantivos. adjetivo numeral</p>

	<p>pronome</p> <p>Verbos: flexão de tempo, número, pessoa e modo.</p>
Ortografia	<p>Sons do x</p> <p>Emprego do porque, por que, por quê e porquê</p> <p>m antes de p e b/m final</p> <p>há/a</p> <p>se</p> <p>gua/gue/gui; g/gu/gue/gui</p> <p>qua/que/qui; que/qui</p> <p>hiato ôo/êe</p> <p>l/h</p> <p>ge/gi; agem/igem/ugem; ágio/égio/ígio/ógio/úgio</p> <p>querer/quiser; mas/mais</p> <p>ch/x; h</p> <p>l/u</p>
Conteúdos procedimentais	<p>Visitas à biblioteca e retida de livros para leituras individuais;</p> <p>Leitura oral e silenciosa e interpretação de textos variados</p> <p>Leitura compartilhada de um livro em capítulo</p> <p>Escrita livre e coletiva</p> <p>Relatar acontecimentos, debater, argumentar, emitir e defender opiniões, justificar, criticar, colher e dar informações, fazer e dar entrevistas.</p> <p>Uso do dicionário sempre que necessário</p> <p>Pesquisa de palavras com dificuldades ortográficas e levantamento de hipóteses sobre as regras.</p> <p>Participação em jogos, bingos, cruzadinhas, músicas, caça-palavras, torto, que envolvam regras gramaticais.</p> <p>Revisar os textos que produz, verificando se todas as idéias estão colocadas de forma clara, corrigindo possíveis falhas.</p> <p>Fitas de vídeo quinzenais para enriquecer as atividades desenvolvidas na sala de aula.</p> <p>Excursões programadas a eventos e passeios que tenham a ver com os conteúdos trabalhados no decorrer do ano letivo.</p>
Conteúdos atitudinais	<p>Respeito e valor às linguagens regionais;</p> <p>Falar na hora certa (roda da história, conversa).</p> <p>Saber ouvir em silêncio</p> <p>Prazer na leitura</p>
MATEMÁTICA	<p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver a autoconfiança para enfrentar problemas matemáticos, refletindo, analisando e calculando; • Desenvolver habilidades matemáticas e aplicá-las nas situações reais: classificar, representar, reconhecer, interpretar, mede concluir. • Ampliar os procedimentos de cálculo-mental escrito, exato aproximado pelo conhecimento de regularidades dos fatos fundamentais, de propriedade das operações e peia antecipação e verificação de resultado. • Vivenciar processos de resolução de problemas, percebendo que para resolvê-los é preciso compreender, propor e executar um plano de solução, verificar e comunicar a resposta.
Conteúdos Específicos	<p>Sistema de Numeração Decimal</p> <p>Quatro operações com Números Naturais, nomenclatura e propriedades.</p> <p>Situações problemas</p> <p>Arredondamentos</p> <p>Cálculos Mentais</p> <p>Expressões numéricas</p> <p>Múltiplos e divisores</p> <p>F rações</p> <p>Números decimais</p> <p>Medidas (comprimento, volume, massa e capacidade).</p>

	<p>Gráficos: análise e interpretação Formas geométricas espaciais, planas e contornos. Simetria Principais figuras geométricas</p>
Conteúdos procedimentais	<p>Manter o vínculo entre a realidade e a teoria, problematizando situações do cotidiano. Usar situações-problema que refutam necessidades ocorridas no dia-a-dia, tornando as idéias das operações mais claras, quanto contextualizadas. Utilizar material manipulável para o estabelecimento de relações entre objetos que permitam realizar um pensamento matemático mais abstrato Utilização de jogos que visem integrar o mundo da matemática com essas atividades típicas do mundo da criança Diversificação de atividades para a fixação da compreensão dos métodos e conteúdos.</p>
Conteúdos atitudinais	<p>Participar da roda da matemática valorizando a maneira de pensar e resolver problemas de cada amigo</p>

Anexo 4 – Projetos propostos para a 4ª série

12.1 Organização do Currículo por Projetos		
ORGANIZAÇÃO DO CURRÍCULO POR PROJETOS		
Educação Infantil	Gênero Literário	Assuntos-Eixo Norteador
Mini-maternal	Canções	Animais de jardim Frutolândia
Maternal	Canções	Animais de estimação Frutolândia
Jardim I	Canções	Filhotes
Jardim II	Parlenda e trava-língua	Animais do Pantanal
Pré	História em quadrinhos Poesia e música	Conhecer, Aproximar e Integrar Animais de criação.
Ensino Fundamental	Gênero Literário	Assuntos-Eixo Norteador
1ª série	Conto e Lenda Receita Propaganda e Anúncio	Conhecer, Aproximar e Integrar índio Brasileiro Geração Saúde-Alimentação.
2ª série	Fábula Bilhete Regras de jogo	Conhecer, Aproximar e Integrar Descobrimos Taboão da Serra Viagem ao fundo do Mar.
3ª série	Poesia História em quadrinhos Carta Biografia	Conhecer, Aproximar e Integrar Passando a História a Limpo/ Consciência Negra Educação Ambiental.
4ª Série	Jornal – reportagem e texto de opinião Carta Biografia	Conhecer, Aproximar e Integrar Povo Politizado / Cidadão Consciente Educação Ambiental.

OBS: O Projeto Conhecer Aproximar e Integrar faz parte do Programa Interação Família e Escola da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, onde os educadores visitam a residência de seus alunos com o intuito de aproximar essa relação Família X Escola.

Todas as séries desenvolvem um trabalho baseado numa diversidade textual, elegendo alguns gêneros para projeto e outros como seqüência de atividades.

Os projetos irão nortear todas as áreas do conhecimento.

O laboratório de informática será um instrumento nas mãos dos professores para enriquecer o trabalho desenvolvido, integrado ao planejamento.

Anexo 5 – Projeto Povo civilizado.

<p>Projeto: Povo Politizado - Cidadão Consciente Séries envolvidas: 4^{as} Séries.</p>
<p>Áreas do conhecimento envolvidas: História, Geografia, Língua Portuguesa e Matemática</p>
<p>Duração aproximada: Durante todo o ano letivo de 2004, em aulas quinzenais.</p>
<p>Justificativa Devido ao grande índice de desinteresse político por parte dos jovens, atualmente, e da importância do tema na formação de nossa sociedade, fez-se necessário a criação deste projeto.</p>
<p>Conteúdos conceituais</p>
<p>1.º Bimestre: Conceito político Tipos de sistemas políticos Os três poderes: divisão e função</p> <p>2.º Bimestre: Processos partidários: formação, prática e objetivos.</p> <p>3.º Bimestre: Processo eleitoral municipal</p> <p>4.º Bimestre: A política e os problemas sociais</p>
<p>Conteúdos procedimentais</p>
<p>1.º Bimestre: Enquete com os colegas e familiares (em anexo) Livro paradidático - leitura compartilhada Textos informativos (livros, jornais e revistas) Análise de músicas que falem do assunto Debate em sala de aula</p> <p>2.º Bimestre: Pesquisa sobre os partidos: significados das siglas e objetivos Leitura de notícias políticas com interpretação e comentário - fichas de leitura Apresentação de seminários Produção de texto</p> <p>3.º Bimestre: Pesquisa dos candidatos às eleições municipais (Taboão e São Paulo) Pesquisa e análise dos planos de governo Propostas de plano de governo Simulação eleitoral (fictícia ou não)</p> <p>4.º Bimestre: Entrevista com um membro de uma ONG ou que realize algum tipo de trabalho voluntário; Visita com prestação de serviços em alguma instituição com crianças carentes ou doentes ou asilo; Pesquisa sobre alguns problemas sociais: fome, desemprego, educação e meio ambiente; Elaboração de um projeto social.</p>
<p>Conteúdos atitudinais</p>

Reconhecer a presença política no nosso cotidiano e sua importância.
Conhecer várias ideologias político-partidárias do Brasil.
Vivificar a realidade política do Brasil.
Desenvolver a reflexão e a iniciativa política diante dos problemas sociais.

Avaliação

A avaliação será realizada de acordo com os trabalhos realizados, participação nos debates e apresentações e produções de texto.

Fechamento

A conclusão deste projeto ocorrerá na nossa "Mostra Cultural" com o resultado dos trabalhos realizados no decorrer do ano.

QUESTÕES PARA A ENQUETE

1. Você saberia dizer o que é política?
2. Você se interessa por política? Por quê?
3. Você conhece as funções de um vereador, deputado, senador e presidente?
4. Você conhece os partidos políticos existentes no Brasil atualmente e o significado de suas siglas?
5. Você sabe a função de um partido?
6. Como você ou seus pais escolhem um candidato?
7. Discute - se política em sua casa?
8. Em sua casa há o costume de assistir as propagandas eleitorais gratuitas?
9. Qual a principal característica que um candidato político deve ter?
10. Que fontes de informação contribuem positivamente para a sua formação política?

• Estas questões devem ser feitas para um grupo de quatro pessoas (no mínimo), responder as questões em folha separada e entregar à professora na data para análise e debate.

Anexo 6 – Projeto Jornal na sala de aula.

<p>Projeto - O Jornal na Sala de Aula Série: 4as.séries.</p>
<p>Áreas: Língua Portuguesa, matemática história e geografia</p>
<p>Duração: 1 ano</p>
<p>Materiais que serão utilizados: Jornais atuais</p>
<p>Objetivos Gerais Utilizar as diferentes linguagens: verbal, matemática, gráfica, plástica e corporal, como meio para produzir, expressar e comunicar suas idéias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação. Saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos.</p>
<p>Objetivos Específicos Por se tratar de um veículo formador de opinião, o principal objetivo do uso do jornal dentro da sala de aula é o aproveitamento da diversidade da linguagem jornalística como uma fonte de informação atualizada e dinâmica, funcionando como elemento integrador entre o currículo, as notícias sobre os acontecimentos do mundo e as concepções de cada leitor. Através do contato sistemático com a língua portuguesa em diferentes veiculadores de texto, os alunos podem vir a se tornar leitores e escritores competentes.</p>
<p>Conteúdos Identificação da primeira folha e das partes de um jornal Elaboração de textos publicitários Identificar os efeitos da publicidade em nossa sociedade Descrição de viagens e localidades turísticas Elaboração de um roteiro de entrevista Painel de notícias com leitura diária</p> <p>Matemática Problemas que envolvem cálculos diversos Ampliar o universo de referência dos alunos e despertar sua curiosidade Problemas com dados reais do cotidiano Raciocinar matematicamente Leitura e construção de gráficos e mapas Fazer conexões entre os números e as situações da realidade</p>
<p>Justificativa Por se tratar de uma "utilidade prática" ou de "preparação para a vida", a fundamentação do recurso dos jornais, leva o aluno a comparar a linguagem do livro didático, caracterizadas, sobretudo pela organização segundo a lógica da exposição do conhecimento organizado, com a realidade do jornal. Portanto o texto didático necessita do apoio de outros, tais como os textos jornalísticos. A utilização do jornal na sala de aula serve como alternativa para o texto literário, fonte de aplicações práticas e enriquecimento do livro didático.</p>
<p>Seqüência de atividades Leitura de notícias, apresentação e atividades semanais através de atividades diversificadas e interdisciplinares, seguindo o conteúdo apresentado no projeto, através do manuseio e aplicações práticas.</p>
<p>Fechamento Elaboração de um jornal por classe</p>

Anexo 7 – Entrevista realizada com o professor da classe.

1. Qual sua idade?

41 anos.

2. Há quanto tempo está na educação?

Há 23 anos.

3. Conte, resumidamente, como foi seu primeiro contato com os computadores (vida pessoal)

Passei a ter contato com os computadores nas escolas nas quais eu trabalhava. A partir daí, senti a necessidade de ter o meu próprio equipamento e comprei um. No início, tive muitas dificuldades para manuseá-lo, mas como todas as minhas atividades de escola eram digitadas, como provas, planejamentos, projetos etc., pouco a pouco, aprendi a utilizá-lo. Quando surgiu a oportunidade de se fazer o curso na escola, fiz os primeiros módulos que me auxiliaram bastante.

4. Você participou de algum curso de formação oferecida pela empresa que presta serviço de informática no município? {Se sim cite qual (is)}

Sim, os dois primeiros módulos. Não fiz os demais por falta de tempo, uma vez que trabalho em três escolas.

5. Em sua opinião, estes cursos de formação preparam o professor para assumir as aulas na informática com os alunos, na falta do facilitador de informática? Por quê?

Acredito que sim, mas não totalmente, porque um professor que não tenha domínio da máquina, que não saiba utilizar os principais recursos que ela oferece, com certeza não poderá orientar seus alunos. Mas, a didática e a escolha das atividades que serão aplicadas dependem muito mais da experiência do professor do que seu conhecimento da máquina.

6. A escola em 2005 obteve o 1º lugar no município na prova Brasil, esta é uma prova que avalia principalmente as habilidades de leitura, interpretação e escrita. Você acredita que o trabalho do facilitador contribuiu para isto? Por quê?

Sim, contribuiu. Como havia dito anteriormente, a escolha das atividades é um fator determinante na utilização do ambiente virtual. Um professor tanto pode utilizá-lo de forma mais lúdica, como realmente utilizá-lo para a pesquisa, produção, desenvolvimento do raciocínio. No entanto, o tempo que o professor tem no laboratório é restrito e tendo a ajuda do facilitador na seleção das atividades pertinentes às propostas pedagógicas do professor, facilita e torna possível o trabalho planejado.

7. Em 2005 e 2006 você realizou um projeto Jornal com estes alunos, como é a sua interação com o facilitador? Como você o orienta para desenvolver o trabalho? Como planejam as atividades? Há relação das suas aulas com as aulas do facilitador? Comente resumidamente.

Na verdade as aulas são planejadas e ministradas por mim, inclusive no laboratório de informática. O auxílio que eu tenho do facilitador é disponibilizar os recursos de que eu necessito para desenvolver a aula, acompanhar a evolução da aula e auxiliar-me na orientação com os alunos. Além disso, durante os Horários de Trabalho Coletivo, sempre que

necessário, solicito a presença do facilitador para mostrar-lhe o que estou planejando e pedir a sua orientação sobre a viabilidade ou não da atividade ser realizada.

8. Por que trabalhar com jornal? Qual é a aprendizagem esperada? Você faz alguma avaliação diagnóstica com os alunos para saber o que eles sabiam antes do projeto e o que eles aprenderam com ele? Em caso afirmativo, comente resumidamente esta avaliação.

Porque o jornal faz parte do nosso cotidiano, ele informa, diverte, orienta, desperta a atenção por apresentar diferentes notícias e reportagens. Na verdade, este projeto inicia-se com o próprio jornal, que é levado em sala de aula diariamente. Nesta apresentação do jornal, o aluno passa a identificar o que é um caderno, os diferentes tipos de cadernos existentes, quais são diários e quais são semanais. Nesta exploração do jornal, aproveitamos para analisar algumas notícias em destaque. Posteriormente, passamos a analisar os elementos da notícia, manchete, lead, legenda etc. Fazemos a leitura e análise semanal de artigos jornalísticos (inclusive virtuais) e, por último, a produção da notícia. Só depois de todo este processo é que produzimos o nosso próprio jornal. Com certeza, os alunos aprendem e muito. Através deste projeto, os alunos desenvolvem sua leitura e escrita, interagem com o seu cotidiano ao analisarem as notícias lidas e, principalmente, tornam-se cidadãos mais críticos e atuantes perante a sociedade, pois além de lidas, as notícias são comentadas e discutidas.

9. Você acredita que os trabalhos realizados com os alunos na informática contribuem para a melhoria da aprendizagem deles? Por quê?

Sim, porque é um recurso diferenciado da lousa e giz utilizados em sala de aula. As aulas de informática despertam o interesse do aluno e fazem com que se envolvam nas atividades e aprendam com mais prazer.

10. Você consegue contar resumidamente como o facilitador elabora as aulas na informática e como ele as desenvolve com os alunos?

Como já havia dito, estamos em constante interação, as aulas são planejadas com antecedência e repassadas ao facilitador que se programa para que no dia da aula tudo esteja de acordo.

11. O que você acredita que aconteceria com esse trabalho, se da noite para o dia a empresa fosse embora?

Se o laboratório permanecesse montado, alguns professores ainda o utilizariam, mas com dificuldade, pois teriam que desempenhar o papel do facilitador, o que é muito difícil. Porém, outros deixariam de utilizá-lo e o trabalho morreria.

12. Caso você acredite que o trabalho pararia, você acredita que é proposital não formar adequadamente os professores para assumirem esta função na informática?

Acredito que esta resposta seja divergente: por um lado, professores independentes, não necessitariam de um facilitador; por outro, independente da presença da empresa, há a resistência de alguns profissionais que não fazem questão de aprender ou assumir este trabalho. É mais cômodo ter alguém que faça por eles.

Anexo 8 – Jornal produzido pelos alunos da 4ª série

 <p>Taboão da Serra, Junho de 2006</p> <p>EDITORIAL</p> <p>Este jornal foi elaborado pelos alunos da 4ª série B, da EMEF H. V. L. Nosso jornal relata alguns fatos que aconteceram em nossa escola, dicas de beleza e viagens, história do nosso município, curiosidades, etc..</p> <p>Esperamos que todos apreciem nosso trabalho, que foi resultado de nosso esforço.</p> <p style="text-align: right;">(Guilherme e Carlos)</p>	
<p>NOTÍCIAS DA ESCOLA</p> <p><i>Festa Junina</i> Na festa junina do HEITOR, teve várias danças como: Quadrilha, Caldeirão e Country. Teve também várias barracas como: a pescaria, o jogo da caixa – surpresa, barracas de churrasco, quentão, doces, cachorro quente, milho, refrigerante, pula – pula e cama elástica.</p> <p><i>Dia do Livro</i> Antes da festa do dia das mães, teve o dia do livro, vários alunos foram prestigiar com seus pais o dia do livro, tinha gibis e vários tipos de livros como; fábulas, livros de escola, de princesas. E teve várias pessoas que contavam histórias para as crianças presentes. (Ana Carolina e Paula)</p> <p>CULTURA</p> <p><i>A história de Taboão da Serra</i> Taboão da Serra foi emancipado apenas em 1959 e pelo pouco tempo ‘vida’ é considerada pelos historiadores uma cidade jovem, com uma história curta se comparada a São Paulo, por exemplo, que já passou dos 450 anos. Apesar dessa precocidade, o município cresceu assustadoramente nos últimos 15 anos e hoje está entre as 30 maiores cidades do estado. O município já passou por diversas fases econômicas que acabaram mudando sua própria população e sua vocação. Na época da emancipação, a cidade vivia basicamente da agricultura e das olarias. Taboão chegou a ser considerada a capital do tijolo, tantas eram as indústrias, na maioria familiares, que fabricavam produto.</p>	<p>PASSEIOS</p> <p><i>Cinema</i> Nos cinemas estão passando filmes muito interessantes como as bruxinhas, a era do gelo 2, X-man 3 e outros filmes muito legais.</p> <p><i>Música</i> As músicas antigas estão sendo tomadas pelo pop, rap, samba rock, axé, funk e outras músicas nova. As músicas novas estão tomando a cabeça do povo. Mc-Léozinho canta músicas muito legais como as que eu acabei de falar, rap, pop, samba rock entre outras. (Leonardo e Diego)</p> <p>CURIOSIDADES</p> <p><i>O caratê veio da Índia</i> Ao contrário do que indica a crença geral, o caratê não é uma arte marcial japonesa. Sua origem deu-se na Índia muitos séculos atrás. Seus ensinamentos foram aos poucos se espalhando pela Ásia e chegaram ao Japão apenas muito tempo depois. (Larissa L. e Tayara)</p> <p><i>Primeira coca-cola foi vendida em 1886</i> A primeira garrafa de coca-cola foi vendida no dia 8 de maio de 1886, em Atlanta, E. U. A. Criada pelo farmacêutico John S. Permberton, a bebida era inicialmente vendida como um xarope capaz de curar todos os males da alma e do corpo por apenas \$ 5 centins. Por dificuldades financeiras, Permberton vendeu a fórmula para a empresária Asa G. Candle em 1991, que criou a The Coca-Cola company. No Brasil, o refrigerante chegou informalmente em 1941, no Recife foi produzida inicialmente pela Fábrica de Água Mineral Santa Clara, até que</p>

Hoje, Taboão da Serra é um dos maiores Pólos de serviço do estado de São Paulo o progresso mudou o Taboão da Serra.

A cidade que possuía oito mil habitantes em 1959 ganhou novos moradores e problemas. Hoje somos 230 mil pessoas vivendo em Taboão da Serra.

(Larissa C. e Joyce)

BELEZA

A beleza das mulheres e dos homens é produzida pelos batons, maquiagens, e pó.

E elas gostam muito mesmo de se maquiar para todos ficar com inveja e para seus namorados e maridos. E também porque gostam e ficam até em casa.

Eu também gosto de me maquiar é por isso que eu sei. Sei também que os homens também se produzem, eles se perfumam para ficar cheirosos e bonitos.

E essa beleza quer dizer boniteza.

E meus parabéns para quem inventou essa maquiagem, porque é uma coisa tão bela que eu não sei explicar para vocês e eu sei que as mulheres também gostam de ficar bonita para si mesma é loucura o que elas fazem para ficar de bem com a vida.

Elas fazem regime e comem salada para ficar magras. E usam creme sabonetes xampus de boas qualidades. E também as belezas delas são naturais porque tem mulheres que são bonitas por natureza e algumas são bonitas só com maquiagem.

(Laura, Isabela, Gabriele e Aline)

COTIDIANO

GCM é investigada por comprar munição sem arma.

O Ministério Público de São Paulo abriu inquérito para apurar o motivo de a GCM (Guarda civil metropolitana) ter gasto cerca de R\$ 41 mil em balas de borracha. O problema é que esse tipo de armas não é usada pelos guardas.

A investigação do MP também irá apurar o motivo de 115 carros e 70 motos da GCM estarem parados no pátio da guarda, na Aclimação (Zona Sul), por falta de manutenção.

O comando da GCM admitiu a compra da munição e disse que as armas também já foram compradas, mas não entregues.

Em relação a frota, disse que está parada a devido ao atraso na licitação para contratar oficinas.

Fonte: Folha de São Paulo - 21 de junho - cotidiano - Raphael Gomide.

fossem instaladas mini-fábricas na capital pernambucana e dos navios para a Europa em plena Segunda Guerra Mundial.

A primeira fábrica de Coca-Cola foi instalada na então capital do Brasil, Rio de Janeiro.

(Larissa e Tayra)

CULINÁRIA

Culinária Vegetariana

Alu Gobi

Ingredientes:

1 batata, 3 buquês de couve-flor, ½ cebola, ½ colher (café) de cominho em grão, ½ pimenta-verde, 1 colher (sopa) de óleo de soja, ½ tomate, ½ colher (café) de cúrcuma, ½ colher (chá) de curry, ½ colher (sopa) de coentro verde e 2 colheres (chá) de coentro em pó

Modo de preparo:

Cozinhe a batata em cubos. Esquente uma frigideira com o óleo, o cominho em grão, a cebola picada e a pimenta-verde. Deixe até dourar. Junte o alho, o gengibre, a cúrcuma, o coentro em pó, o curry e o tomate picado. Em seguida, coloque abatata e a couve-flor. Tempere com sal a gosto. Salpique com o coentro verde.

(Mirella e Beatriz)

A COPA DO MUNDO

A copa do mundo é um evento que é realizado em quatro e quatro anos em cada ano, a torcida vibra muito para o Brasil. A copa do mundo é muito importante para o povo Brasileiro

(Renan, Gabryel, Vinicius e Leonardo Silva)

VIAGENS

CONHEÇA MACEIÓ

No centro da agitação turística, de frente para o mar, o Jatiúca Resort oferece uma área verde de 62.000 m², com um belo coqueiral e a Lagoa da Anta, com 6.000 m².

Lazer: piscina adulto e infantil quadras de tênis, quadra de vôlei de praia, salão de jogos, hidroginástica, aulas de dança playground, monitores adulto e infantil, baby sitter, bingo, 3 bares e 4 restaurantes.

Apartamentos: vista privilegiado, ar-condicionado, frigobar, cofre, TV a cabo e telefone.

Aproveite essa dica!

(Ivan e Everton)

Boa notícia!

Alguns alunos de todas as 4.^a séries da Rede Municipal de Ensino de Taboão da Serra estarão

(Tayná e Tatiane)

participando do “ Programa Caravanas do Conhecimento Redescobrimo o Interior”. Todos os alunos selecionados, a partir do dia 17/07/2006, viajarão para a cidade de Queluz. Lá, eles participarão de várias atividades recreativas e culturais.

Iniciativas com estas proporcionam aos alunos a oportunidade de conhecer outros lugares e ampliar seus conhecimentos.

Que a viagem seja muito especial

DIVERSÃO



Anexo 9 – Entrevista com o professor facilitador de informática da classe

1. Qual sua idade?

25 anos

2. Qual seu grau de instrução?

3ª Grau (Cursando)

3. Qual o curso superior que cursa?

Sistemas de Informação

4. Há quanto tempo trabalha na empresa terceirizada no município, que presta os serviços de inglês e informática?

3 anos e 10 meses

5. Conte, resumidamente, como foi seu primeiro contato com os computadores (vida pessoal)

Com meu pai aos 6, 7 anos de idade, ele sempre mexeu com isso.

6. Conte, resumidamente, em que consiste seu trabalho com os alunos na escola e no laboratório de informática? (Que tipo de ferramentas usa internet, word, power point, jogos, palavras cruzadas e como você desenvolve as atividades com os alunos, o que vc pretende com cada uma delas quando pede aos alunos para desenvolver as atividades)

O laboratório de informática foi criado com o intuito de uma complementação das atividades desenvolvidas em sala de aula com os alunos. Usamos os principais programas do pacote Office (Word, Excel), além de programas gratuitos que venham a atingir uma determinada tarefa com os alunos, de acordo com o que as professoras da série em questão precisem. Usamos muito a internet como meio de pesquisa e aprendizado, assim, com todas essas ferramentas os alunos acabam conhecendo o computador e as vantagens que um computador oferece sem ser aquele negócio chato de uma aula de informática tradicional.

7. Como você e os professores das 4ª séries (no ano de 2006) planejam as atividades desenvolvidas, entre elas o jornal das turmas?

Quase todos os trabalhos realizados no laboratório são idealizados e desenvolvidos pelos professores, a função do Mediador de Informática é fazer com o que as professoras idealizaram se torne possível dentro do laboratório, ai sim entra o trabalho em conjunto com muita conversa e planejamento conjunto.

8. Elas apenas sugeriram o trabalho a você ou colaboraram, estiveram presentes durante suas aulas para a elaboração e a conclusão do jornal?

Elas que fazem o jornal acontecer, minha parte se limita a ajudar os alunos na digitação das notícias, fazendo com que eles coloquem a pontuação da maneira correta, coloquem apenas um espaço entre cada palavra digitada, esse tipo de coisa, mas antes disso os alunos apresentam as propostas de notícias para as professora e elas aprovam, aprovado o aluno começa a digitar a matéria, depois de digitado a professora lê a matéria novamente e ajuda o aluno a corrigir os erros de português, pontuação, etc. Após isso tudo, fica com a parte de salvar a notícia e juntar todas as notícias digitadas para a montagem do jornal.

9. A escola em 2005 obteve o 1º lugar no município na prova Brasil, esta é uma prova que avalia principalmente as habilidades de leitura, interpretação e escrita. Quanto você acha que seu trabalho contribuiu para isto?

Acho que meu trabalho contribui no fato de que alguns alunos acabam desenvolvendo um pouco mais a leitura dentro do laboratório de informática. Em português 1 - porque o aluno está em um local diferente do que normalmente está e acho que isso o estimula muito. 2 - Os professores cobram trabalhos e fazem perguntas de todos os textos que são lidos no laboratório, assim fazendo com que os alunos tenham que ler o que foi passado no laboratório. Em matemática acho que a ajuda do laboratório se tem com a grande parte de jogos lógicos que passamos para os alunos, como tangram, torre de hanoi, sudoku entre outros.

10. Os alunos das 4ª séries de 2005, em 2004 eram alunos da 3ª. Em dois anos de trabalho com estes alunos como avalia o crescimento deles em relação ao uso do computador?

Muito bom, os alunos por serem jovens e destemidos tem um aprendizado muito rápido, desenvolvendo suas habilidade no computado com muita tranqüilidade, na maior parte do tempo, basta explicar uma vez que na próxima aula ele já faz sozinho e começa a procurar e perguntar formas mais fáceis de fazer aquela tarefa anterior.

11. E o seu crescimento como foi? Como foi começar a trabalhar pedagogicamente com as crianças, uma vez que você não tem essa formação?

Cresci muito trabalhando na educação, pois comecei a ter uma nova visão do que é ser educador, a pedagogia, a meu ver, está dentro de cada um, tem professores que tem formação em pedagogia, mas na prática não são nada pedagógicos, mas pelo que os profissionais da área me dizem, eu tenho uma boa didática com os alunos, sejam eles em de qualquer idade. E grande parte desse desenvolvimento pedagógico que tive foi por causa da empresa, que acreditou em minas habilidades com a informática e depositou em mim a confiança de trabalhar com a educação de todas as idades.

12. Você acredita que a empresa deixa a desejar no quesito uso pedagógico na formação dos professores, ou ela os prepara para assumirem esse trabalho que você faz?

A empresa sempre se esforça para da formação pedagógica na área de informática para os professores, o que falta na realidade é uma compreensão dos professores de que a informática não será uma "coisa" a mais para eles fazerem no futuro, falta eles entenderem que a informática não é futuro e sim presente, então ou eles se atualizam nesse quesito, ou ficaram para traz.

13. Quanto a sua formação pedagógica para o uso do computador, relate as qualidades (aspectos positivos) do trabalho que desenvolve e as dificuldades (aspectos negativos).

Não sei o que mencionar sobre essa questão.

14. Caso tenha algo que você acredita que poderia acontecer de forma diferenciada (trabalho pedagógico com os alunos) e não acontece, cite o que é e diga como você acredita que deveria ser.

A única coisa que falta é um envolvimento maior em relação a alguns professores com as aulas de informática, pela própria dificuldade que eles tem de mexer com computadores.

15. Dê sua opinião pessoal sobre se considera importante o uso de computadores na escola ou não.

Acho importante sim, pois como já disse, informática é presente e não mais futuro, hoje a informática não é mais um diferencial na vida das pessoas e sim quase uma coisa obrigatória de se ter para poder ter um alguma coisa melhor na vida.

16. O que você acredita que aconteceria com esse trabalho, se da noite para o dia a empresa fosse embora? Os professores assumiriam a sua função? Por quê?

Não, minha visão hoje é de que alguns até usariam algum tempo, mas com a falta de manutenção, e de gente especializada para isso os laboratórios acabariam ficando ao leo.

ANEXO 10 – Registro do perfil dos professores da escola

REGISTRO DO PERFIL DOS PROFESSORES Setembro/outubro 2006

Caro (a) Professor (a):

As informações contidas neste questionário são de fundamental importância para o desenvolvimento da pesquisa realizada por mim, em virtude do curso de pós-graduação em Educação da UNESP, portanto a veracidade das respostas é imprescindível. Conto com sua ajuda! Grata,

Rozane Andrade

1. Dados Pessoais:

Nome:

Idade:

e-mail:

2. Formação:

a) Graduação: sim não em:

b) Pós-graduação: sim não em:

3. Experiência Profissional:

a) Assinale em qual série ministra aulas (na rede Municipal), caso trabalhe em mais de uma assinale-a também:

Série inicial 1ª série 2ª série 3ª série 4ª série outras

b) Trabalha em outra rede?

Estadual

Particular

4. Informática:

a) Possui computador em casa? sim não

b) Possui impressora? sim não

c) Acesso à Internet? sim não

5. Assinale os cursos que você realizou ?

Word Básico Carga horária:

Excel Básico Carga horária:

Power Point Básico Carga horária:

6. Outros ? Quais?

7. Algum deles foi pela empresa terceirizada pela Prefeitura? Escreva qual:

8. No decorrer dos cursos oferecidos pela empresa terceirizada pela Prefeitura, na sua opinião, qual foi o enfoque dado à questão da informática como uso educacional?

Inexistiu (0) poucas vezes (1 a 3) algumas vezes (4 a 6)

muitas vezes (7 a 9) todo momento

9. Assinale nos quadros abaixo o seu nível de conhecimento em cada item:

- a) Processador de texto (Word):
 sem experiência básico intermediário avançado
- b) Frequência de Uso e local (Word):
 não usa diária semanal mensal em casa
 no trabalho outros lugares
- c) Planilha eletrônica (excel):
 sem experiência básico intermediário avançado
- d) Frequência de Uso (excel):
 não usa diária semanal mensal em casa
 no trabalho outros lugares
- e) Power point :
 sem experiência básico intermediário avançado
- f) Frequência de uso (Power point) :
 não usa diária semanal mensal em casa
 no trabalho outros lugares
- g) Internet (navegação na rede) :
 sem experiência básico intermediário avançado
- h) Frequência de uso (navegação) :
 não usa diária semanal mensal em casa
 no trabalho outros lugares
- i) Internet (recebimento e envio de e-mail) :
 sem experiência básico intermediário avançado
- j) Frequência de uso (envio e recebimento de e-mail) :
 não usa diária semanal mensal em casa
 no trabalho outros lugares

10. Registre a sua opinião em relação ao trabalho realizado, pela empresa terceirizada pela Prefeitura, quanto à:

- a) Formação dos professores:
ruim regular bom excelente
- b) Ao material oferecido nos cursos:
ruim regular bom excelente

ANEXO 11 – Módulos dos cursos oferecidos

Módulo I

Parte I: Fundamentação tecnológica

- *Conceitos básicos de computador:* o que é um computador; discos, drives, impressoras, scanner, câmera digital, projetor de multimídia, componentes de um computador, instalação e configuração de computadores, software;
- *Conceitos básicos de Windows:* caminho para programas, tela do Windows, mouse, aplicativos do Windows, barra de tarefas, área de trabalho, papel de parede, proteção de tela;
- *Windows Explorer:* gerenciador de arquivos, tela principal, barra de menus, barra de ferramentas, funções dos principais botões, barra de status;
- *Acessórios:* bloco de notas, calculadora, scandisk, desfragmentador de discos, mídia player, gravador de som, controle de volume, capturando sons, paint, programas utilitários, processos para backup, programas de licenças, rede de computadores, ambiente de trabalho, estudo de vocabulário;
- *Processador de texto:* Objetivos, o que é, iniciando, tela principal, explorando as barras de ferramentas, os recursos mais utilizados, assistente do Office, saindo do Word, os recursos mais utilizados no Word, editando um texto, manipulando arquivos, imprimindo, exibição do Word, formatando texto, outros recursos, utilitários, tabelas, listas e mala direta.

Parte II: Atividades de integração – Processador de texto

- *Processador de texto:* Usando o Microsoft Word, história da escrita e tipos de computadores;

Parte III: Fundamentação tecnológica

- *Editor de desenhos:* Objetivos do editor de desenho, o que é editor de desenhos; explorando a área de trabalho do paint e descrição das funções das ferramentas do paint.

Parte IV: Atividades de integração – Editor de desenho

- Explorando o paint, futebol, usando o Office Art.

Módulo II

Consistiu em aulas de *word* - infelizmente não tivemos acesso ao material;

Módulo III

Foi denominado de Arte Cibernética, que consistiu em um curso de power point e criação de história infantil, utilizando massa de modelar para construir pequenos personagens e em seguida eram fotografados e as fotos serviam para ir montando a história - Não tivemos acesso ao material oferecido aos professores.

Módulo IV: Consistiu em um curso de Excel básico, mas também não tivemos acesso ao material de curso.

Módulo V

Curso de Internet na educação, material apostilado do curso está dividido em duas partes contendo os seguintes conteúdos a serem trabalhados:

Parte I: Fundamentação tecnológica

- Objetivos da Internet;
- Um Breve Histórico do Surgimento da Internet;
- Internet no Brasil;
- O que é Internet?;
- TCP/IP – Protocolo de Controle de Transferência/Protocolo Internet;
- O que é WWW?;
- Browsers;
- Home Page;
- Web Page ou Site;
- Links;
- E-mail / Correio Eletrônico;
- WebMail;
- Chat;
- Lista de Discussão;
- Fórum;
- Weblog ou Blog;
- Fotoblog;
- Plug-In;
- Atividade – Palavras Cruzadas na Web;
- Conectar a Internet;
- Requisitos de Hardware e Software;
- Conexão;
- Provedores de Serviço Internet – ISP – Internet Service Provider;
- Tipos de Conexão;
- Conta para Acesso;
- Navegador – Internet Explorer;
- Iniciar o Internet Explorer;
- Tela Principal do Internet Explorer;
- Barra de Ferramentas;
- Barra de Endereços Sistema de Endereços – URL;
- Atividade – Explorar a Internet;
- Atividade – Configurar a Página Inicial;
- Atividade – Adicionar uma Página a Lista de Páginas Favoritas;
- Atividade – Imprimir Páginas;
- Atividade – Salvar Páginas;
- Atividade – Copiar Informações da Internet;
- Pesquisar na Internet;
- O Sistema de Buscas na Internet;
- Pesquisar Informações;
- Pesquisar;
- Refinar a Busca;
- Atividade – Lista de Discussão;
- Atividade – Sala de Chat;
- Atividade – Dicas de Sites;
- Atividade – Avaliação de Site – Ficha I;
- Atividade – Avaliação de Site – Ficha II;
- Atividade – Sucesso na Educação Online – Auto-Avaliação;

- Download;
- Criar uma Pasta para seus Arquivos;
- Fazer Download;
- Descompactar um Arquivo;
- Instalar e Executar o Programa;
- Gerenciador de e-mail;
- Outlook Express;
- Endereço de e-mail;
- Iniciar o Outlook Express;
- Tela Principal do Outlook Express;
- Barra de Ferramentas WebMail;
- Atividade – Usar o WebMail Atividade – Dicas de E-mail

Parte II: Fundamentação Pedagógica:

- Apoteose e Apocalipse: Internet e Educação no Brasil;
- A Internet como Fonte de Pesquisa para o Ensino Fundamental e Médio;
- Desafios da Internet para o Educador;
- Internet na Educação: Não Fique Fora Dessa, Educador!
- A Internet e o Desafio para os Educadores;
- Educação a Distância Online – Uma Discussão Racional do Assunto;
- Relatos de Experiências;
- Como utilizar a Internet na Educação
- Quatro Problemas. Com Solução;
- Internet como Ferramenta Pedagógica;
- Sala de Aulas sem Fronteiras – Clique Aqui!;
- Textos de Apoio Pedagógico;
- A Formação do Aluno Pesquisador;
- Internet gera uma crise positiva na Escola;
- O Uso da Internet e do Chat como Recurso de Ensino-Aprendizagem;
- Conhecimento Compartilhado;
- Internet e as Questões de Cidadania;
- Prece de Internauta;
- Vídeos;
- Aprender por Pesquisa e Rede;

ANEXO 12 – Entrevista com o gestor da escola

1. Qual a sua formação? Possui curso de pós-graduação?

Superior completo (Pedagogia). Não

2. Há quantos anos está no magistério?

38 anos

3. Você considera a atual gestão (municipal) democrática e participativa? Por quê?

Eu a considero democrática, pois trabalhamos com poder decisão e com autonomia para utilizar os recursos financeiros com livre arbítrio.

4. Como que você como gestor (diretor) escola prioriza a aquisição de bens? (Decide sozinha, solicita participação dos docentes, pais, comunidade, APM...)

Para adquirir bens para a escola, primeiro solicito a presença do grupo escola e em seguida a do conselho de escola e da APM. A prioridade é de acordo com a seguinte ordem: material pedagógico, material escolar e manutenção do prédio. Caso seja necessária a ordem é invertida, ou pulada. Após o dinheiro ser gasto, realizamos novamente outras reuniões com os mesmos grupos para apresentar o material adquirido e a prestação das contas.

5. Faça um breve comentário sobre a qualidade pedagógica dos professores de sua escola.

Todos os professores além de formação em Magistério, possuem formação superior e alguns com pós-graduação. São muito bem preparados para alfabetizar as crianças desde a série inicial. Envolvem-se com todos os projetos e eventos propostos e estão sempre atualizando.

6. Os professores de sua escola realizam projetos ou planejamentos para a utilização dos recursos disponíveis como Televisão, DVD, jogos educativos, outros)? Eles realizam na prática este planejamento?

Durante a semana de planejamento, no início do ano, todos os materiais são descritos para possíveis trabalhos, porém na prática muitos ainda são tradicionais e acabam não os utilizando. Enquanto gestor, somente autorizo o uso destes materiais para desenvolver atividades pedagógicas, evitando o uso desnecessário, como por exemplo, "enrolar aula".

7. Você é um gestor que permite o acesso aos recursos da escola e mantém as salas ambientes abertas para que os professores as utilizem? Você cobre deles uma utilização pedagógica destes recursos?

A escola não possui salas ambiente, apenas a de informática, há apenas uma sala onde encontram-se os livros (biblioteca), os jogos educativos, a televisão, o vídeo, o DVD e o som. O acesso aos recursos é liberado desde que seja para contemplar o planejamento e disse antes, como muitos não têm esse objetivo, os materiais permanecem ociosos.

8. A escola em 2005 obteve o 1º lugar no município na prova Brasil, esta é uma prova que avalia principalmente as habilidades de leitura, interpretação e escrita. Você acredita que este resultado se deve a quê?

Ao trabalho e esforço dos professores de todas as séries, mas principalmente dos da 4ª série.

9. Os professores, principalmente das 4ª séries desenvolvem um projeto jornal com os alunos em parceria com o professor facilitador de informática. Você acredita este trabalho contribui para a melhoria da aprendizagem deles? Por quê?

Sim, porque o professor que desenvolve este projeto tem formação na área de Letras e além disso é extremamente competente e envolvido com o processo de aprendizagem.

10. É importante o fato de ter uma empresa que realiza o trabalho de manutenção dos computadores das escolas, oferece os professores facilitadores e a formação dos professores? Ou você acredita que poderia ser diferente?

É extremamente importante a manutenção dos equipamentos por uma empresa, pois a secretaria pô si só não teria como mantê-los, não há pessoal para isso. Quanto aos facilitadores mesmo com todas as qualidades, lhes faltam a formação pedagógica e a formação dos professores é feita por esses facilitadores, portanto a formação que eles recebem deixa a desejar no quesito pedagógico, o que ao meu ver não os leva a desenvolverem atividades com os alunos no laboratório.

11. Qual é a sua avaliação sobre os cursos de formação, em informática, oferecidos aos professores?

Esta formação, ao meu entender, tem apenas caráter técnico, deixando a desejar, pois eles ensinam *Word* e *Excel*, e mesmo assim muitos ainda não sabem utilizar, pois cada módulo tem no máximo 30 horas e eu não vejo nenhum projeto pedagógico sendo desenvolvido, além dos da 4ª série. Resumidamente não há preparo pedagógico do professor para isto.

12. Como gestor, você considera que os conhecimentos oferecidos aos professores nos cursos, suficiente para eles desenvolverem um trabalho no laboratório de informática com os alunos? Por quê?

Não, como disse anteriormente, fala uma formação mais complexa.

13. O que você acredita que aconteceria com esse trabalho de informática nas escolas, se da noite para o dia a empresa fosse embora?

Seria um caos, pois os equipamentos já estão velhos e ficariam sem manutenção e de acordo com a formação oferecida os professores não estariam preparados para assumir a função do facilitador e estes por sua vez também iriam embora.

14. Caso você acredite que o trabalho pararia, você acredita que é proposital não formar adequadamente os professores para assumirem esta função na informática?

Não acredito que seja proposital, o problema é que a secretaria deixou todo o processo na mão da empresa, sem um acompanhamento das atividades.

15. Se você fosse o Gestor do município (secretário) o que você cobraria da atual empresa, em termos de melhoria na formação dos professores.

Para que fosse um projeto de sucesso a secretaria deveria assumir a direção das ações, fazer avaliações periódicas delas, contratar professores habilitados para serem os facilitadores para trabalharem junto aos professores e modificar a estrutura e os conteúdos da formação oferecida aos professores, pois são poucos, pouquíssimos os professores que assumem as tarefas no laboratório, a maioria das vezes é só o facilitador que trabalha com as crianças.